



Christiane Carvalho Veloso

**TURISMO SUSTENTÁVEL:
Uma Análise através da Teoria dos *Stakeholders*.**

**Lisboa
2015**



INSTITUTO SUPERIOR DE GESTÃO
Departamento de Mestrados

TURISMO SUSTENTÁVEL:
Uma Análise através da Teoria dos *Stakeholders*.

Christiane Carvalho Veloso

Dissertação apresentada no Instituto Superior de Gestão para
obtenção do Grau de Mestre em Gestão.

Orientadora: Professora Doutora Mafalda Patuleia

Lisboa
2015

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo geral analisar, no âmbito da teoria dos *stakeholders*, a relação com o turismo sustentável na cidade de Teresina capital do estado do Piauí. O turismo, ao longo das últimas décadas, transformou-se em uma das atividades sociais e econômicas mais relevantes no mundo. Sua complexidade dá-se pela inserção de recursos, infraestruturas, acessibilidades e serviços que asseguram o processo produtivo visando ofertar um serviço que venha superar as expectativas dos clientes, trazendo benefícios a todos os envolvidos. Desta forma, devido à extensa quantidade de setores (ambiental, social, econômico etc.) e atores com os quais o turismo relaciona-se, o modelo de gestão mais eficiente para a atividade seria aquele que compreendesse sua complexidade. Dentre os modelos de gestão que trabalham com a integração de diversos atores, tem-se a gestão voltada para os *stakeholders*. Para esta investigação, o uso da pesquisa qualitativa e quantitativa faz-se necessário, pois ambas complementam-se, possibilitando, assim, um aprofundamento do fenômeno estudado. Sendo assim, a pesquisa é exploratória, seguindo o método dedutivo. Como resultado, percebeu-se que o governo não contribui o suficiente para o desenvolvimento do Turismo Sustentável na região em estudo, assim como a população local não tem uma percepção evidente da existência de um desenvolvimento sustentável da atividade turística. Já as empresas hoteleiras estimulam o desenvolvimento do turismo de forma sustentável, na região em estudo, com foco na redução de seus custos.

Palavras-Chave: Gestão Turística; Rios Poti e Parnaíba; Sustentabilidade; Turismo Sustentável; Teoria dos *Stakeholders*.

ABSTRACT

This work has as main objective: to analyze the stakeholder theory within the relationship with sustainable tourism in the city of Teresina state capital of Piauí. The Tourism, over the past decades has become one of the most important social and economic activities in world. Its complexity will be given by the inclusion of resources, infrastructure, accessibility and services to ensure the production process aiming to offer a service that will exceed customer expectations bringing benefits to all involved. Thus, due to the extensive number of sectors (environmental, social, economic etc.) and actors with whom tourism relates, the more efficient management model for the activity would be one that understood its complexity. Among the business models that work with the integration of different actors has to management focused on the stakeholders. To do this research the use of qualitative and quantitative research is needed since both complement each other, thus enabling a deepening of the phenomenon studied. Therefore, research is exploratory, following the deductive method. As a result, it was realized that the government does not contribute enough to the development of sustainable tourism in the region under study, as well as the local population does not have a clear perception of the existence of a sustainable development of tourism. As for the hotel companies stimulate the development of tourism in a sustainable way in the region under study focused on reducing their costs.

Keywords: Management Tourist; Poti rivers and Parnaíba; Sustainability; Sustainable Tourism; Theory of Stakeholders.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação de mestrado é o fruto de um intenso trabalho de investigação e, ao culminá-la, eu não poderia deixar de agradecer a todos que contribuíram direta ou indiretamente para sua consecução.

À minha família, pelo apoio durante a realização deste curso, especialmente à minha filha Rebeca Veloso e ao meu esposo. A minha querida mãe, Maria de Jesus e aos meus irmãos, Camilo e Gaby.

Aos meus amigos e parentes, em especial Clenildes Pereira da Silva e família.

À Senhora Professora Doutora Mafalda Patuleia, minha orientadora, que me acompanhou nesta longa jornada.

Aos meus Mestres que conduziram este Curso de Mestrado com primazia, em especial o Senhor Professor Doutor Casimiro Ramos, pelo apoio prestado, e ao Senhor Professor Doutor Álvaro Dias Lopes.

Aos meus colegas de turma, que partilharam comigo amizade e conhecimento; em especial Simone Bandeira, pelo incentivo no início do curso; Ana Gláucia Agostinho, pelo apoio nos momentos difíceis durante a elaboração desta dissertação; e Eliziane Mota, por ter compartilhado conhecimento que agregou valor para esta dissertação.

Ao Fórum - Centro de Formação, Estudos e Pesquisas, pelo apoio prestado, em especial a nossa querida Zélia Gomes.

Aos meus alunos, ex-alunos, amigos do facebook, conhecidos e desconhecidos dos mais diversos grupos das redes sociais que se disponibilizaram a contribuir com os questionários, em especial as alunas Elizete, Gabi, Eliclebia e Marqueles.

A todos, muito OBRIGADA!

LISTA DE ABREVIATURAS

| | |
|-----------------|--|
| AHINOR | Administração das Hidrovias do Nordeste |
| ANTAQ | Agência Nacional de Transportes Aquaviários |
| ALEPI | Assembleia Legislativa do Estado do Piauí |
| CEPRO | Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí |
| EMBRATUR | Empresa Brasileira de Turismo |
| FNE | Fundo Constitucional do Nordeste |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| ICMS | Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação. |
| OMT | Organização Mundial do Turismo |
| ONGs | Organizações Não Governamentais |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| PIEMTUR | Empresa de Turismo do Piauí S/A |
| PML | Produção mais Limpa |
| PMT | Prefeitura Municipal de Teresina |
| SEBRAE | Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas |
| SEMDEC | Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo |
| SPSS | Statistical Package for the Social Sciences |
| SETUR | Secretaria de Turismo |
| TBL | Triple Bottom Line |

ÍNDICE GERAL

| | |
|--|-----|
| Índice de Figuras | 08 |
| 1. Introdução | 13 |
| 1.1 Temática | 13 |
| 1.2 Descrição do Problema | 17 |
| 1.3 Objetivos | 18 |
| 1.4 Estrutura da Dissertação | 19 |
| 2. Revisão da Literatura e Modelo Teórico | 20 |
| 2.1 Do Turismo ao Turismo Sustentável | 20 |
| 2.2 A Gestão Turística e seus <i>Stakeholders</i> | 26 |
| 2.2.1 Governo: conceitos iniciais | 30 |
| 2.2.2 População: conceitos iniciais | 31 |
| 2.2.3 Empresas: conceitos iniciais | 33 |
| 3. Método | 34 |
| 3.1 Desenho da Investigação e Procedimentos | 34 |
| 3.2 Amostra, População e Participantes | 37 |
| 3.3 Medidas e Instrumento de Recolha de Dados e Variáveis | 38 |
| 3.4 Procedimentos de Análise de Dados | 39 |
| 4. Análise dos Dados Obtidos e Discussão | 40 |
| 4.1 Contextualização da Pesquisa | 40 |
| 4.1.1 Governo: caracterização | 40 |
| 4.1.2 População: caracterização | 41 |
| 4.1.3 Empresas do Segmento Hoteleiro: caracterização | 42 |
| 4.2 Análise dos Dados | 43 |
| 4.2.1 O Governo e o Turismo da Região em Estudo | 43 |
| 4.2.1.1 Estratégias do Governo no Desenvolvimento do Turismo Sustentável | 49 |
| 4.2.1.1.1 Estudos Governamentais sobre a Hidrovia do Parnaíba | 51 |
| 4.2.2 População Local e o Turismo Sustentável | 54 |
| 4.2.3 Empresas do Segmento Hoteleiro e o Turismo Sustentável | 106 |
| 5. Conclusões | 117 |
| 5.1 Discussão e Implicações para a Teoria | 117 |

| | |
|--|-----|
| 5.2 Implicações para a Gestão | 120 |
| 5.3 Limitações e Futuras Investigações | 121 |
| Referências Bibliográficas | 122 |
| Apêndices | 130 |
| Apêndice 1 | 130 |
| Apêndice 2 | 132 |
| Apêndice 3 | 136 |

ÍNDICE DE TABELAS E FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 3.1 Modelo de Hipóteses..... | 35 |
| Tabela 3.2 Estatísticas de Escala | 38 |
| Tabela 4.1 Demanda Turística por Local de Hospedagem | 42 |
| Tabela 4.2 Demanda Turística da Cidade de Teresina | 45 |
| Tabela 4.3 Perfil dos Turistas | 47 |
| Tabela 4.4 Idade dos Respondentes..... | 54 |
| Figura 4.5 Idade dos Respondentes | 55 |
| Tabela 4.6 Gênero..... | 55 |
| Figura 4.7 Gênero..... | 56 |
| Tabela 4.8 Escolaridade..... | 56 |
| Figura 4.9 Escolaridade | 57 |
| Tabela 4.10 Profissão | 58 |
| Figura 4.11 Profissão..... | 58 |
| Tabela 4.12 O que impede o desenvolvimento sustentável é a falta de incentivo do poder público..... | 59 |
| Tabela 4.13 A falta de dinamismo das empresas impede o desenvolvimento sustentável..... | 59 |
| Tabela 4.14 O termo meio ambiente está associado a conservação da natureza..... | 60 |
| Tabela 4.15 Consumir é mais importante do que preservar o meio ambiente..... | 60 |
| Tabela 4.16 Costumo dialogar com os vizinhos sobre temas, como poluição do ar, dos rios, lixo etc..... | 61 |
| Tabela 4.17 Não poluir o ar e os rios, jogar o lixo no lugar certo, reciclagem, economia de água e luz contribuem para a preservação do meio ambiente..... | 61 |
| Tabela 4.18 O turismo constitui um fator de desenvolvimento na região..... | 62 |
| Tabela 4.19 O turismo, na região, pode ser explorado com mais afinco pelas partes envolvidas..... | 62 |
| Tabela 4.20 É favorável ao desenvolvimento de atividades turísticas, na região, de forma sustentável..... | 63 |

| | |
|---|----|
| Tabela 4.21 Considera que o turismo causa prejuízos para o meio ambiente em sua cidade..... | 63 |
| Tabela 4.22 Estatísticas..... | 65 |
| Tabela 4.23 Tabulação Cruzada: Idade <i>versus</i> O que impede o desenvolvimento sustentável é a falta de incentivo do poder público..... | 66 |
| Tabela 4.24 Tabulação Cruzada: Idade <i>versus</i> A falta de dinamismo das empresas impede o desenvolvimento sustentável..... | 67 |
| Tabela 4.25 Tabulação Cruzada: Idade <i>versus</i> O termo meio ambiente está associado a conservação da natureza..... | 68 |
| Tabela 4.26 Tabulação Cruzada: Idade <i>versus</i> Consumir é mais importante do que preservar o meio ambiente..... | 69 |
| Tabela 4.27 Tabulação Cruzada: Idade <i>versus</i> Costumo dialogar com os vizinhos sobre temas, como poluição do ar, dos rios, lixo etc..... | 70 |
| Tabela 4.28 Tabulação Cruzada: Idade <i>versus</i> Não poluir o ar e os rios, jogar o lixo no lugar certo, reciclagem, economia de água e luz contribuem para a preservação do meio ambiente..... | 71 |
| Tabela 4.29 Tabulação Cruzada: Idade <i>versus</i> O turismo constitui um fator de desenvolvimento na região..... | 72 |
| Tabela 4.30 Tabulação Cruzada: Idade <i>versus</i> O turismo, na região, pode ser explorado com mais afinco pelas partes envolvidas..... | 73 |
| Tabela 4.31 Tabulação Cruzada: Idade <i>versus</i> É favorável ao desenvolvimento de atividades turísticas, na região, de forma sustentável..... | 74 |
| Tabela 4.32 Tabulação Cruzada: Idade <i>versus</i> Considera que o turismo causa prejuízos para o meio ambiente em sua cidade..... | 75 |
| Tabela 4.33 Tabulação Cruzada: Gênero <i>versus</i> O que impede o desenvolvimento sustentável é a falta de incentivo do poder público..... | 76 |
| Tabela 4.34 Tabulação Cruzada: Gênero <i>versus</i> A falta de dinamismo das empresas impede o desenvolvimento sustentável..... | 77 |
| Tabela 4.35 Tabulação Cruzada: Gênero <i>versus</i> O termo meio ambiente está associado a conservação da natureza..... | 78 |
| Tabela 4.36 Tabulação Cruzada: Gênero <i>versus</i> Consumir é mais importante do que preservar o meio ambiente..... | 79 |

| | |
|---|----|
| Tabela 4.37 Tabulação Cruzada: Gênero <i>versus</i> Costumo dialogar com os vizinhos sobre temas, como poluição do ar, dos rios, lixo etc | 80 |
| Tabela 4.38 Tabulação Cruzada: Gênero <i>versus</i> Não poluir o ar e os rios, jogar o lixo no lugar certo, reciclagem, economia de água e luz contribuem para a preservação do meio ambiente..... | 81 |
| Tabela 4.39 Tabulação Cruzada: Gênero <i>versus</i> O turismo constitui um fator de desenvolvimento na região..... | 82 |
| Tabela 4.40 Tabulação Cruzada: Gênero <i>versus</i> O turismo, na região, pode ser explorado com mais afinco pelas partes envolvidas..... | 83 |
| Tabela 4.41 Tabulação Cruzada: Gênero <i>versus</i> É favorável ao desenvolvimento de atividades turísticas, na região, de forma sustentável..... | 84 |
| Tabela 4.42 Tabulação Cruzada: Gênero <i>versus</i> Considera que o turismo causa prejuízos para o meio ambiente em sua cidade..... | 85 |
| Tabela 4.43 Tabulação Cruzada: Escolaridade <i>versus</i> O que impede o desenvolvimento sustentável é a falta de incentivo do poder público..... | 86 |
| Tabela 4.44 Tabulação Cruzada: Escolaridade <i>versus</i> A falta de dinamismo das empresas impede o desenvolvimento sustentável..... | 87 |
| Tabela 4.45 Tabulação Cruzada: Escolaridade <i>versus</i> O termo meio ambiente está associado a conservação da natureza..... | 88 |
| Tabela 4.46 Tabulação Cruzada: Escolaridade <i>versus</i> Consumir é mais importante do que preservar o meio ambiente..... | 89 |
| Tabela 4.47 Tabulação Cruzada: Escolaridade <i>versus</i> Costumo dialogar com os vizinhos sobre temas, como poluição do ar, dos rios, lixo etc..... | 90 |
| Tabela 4.48 Tabulação Cruzada: Escolaridade <i>versus</i> Não poluir o ar e os rios, jogar o lixo no lugar certo, reciclagem, economia de água e luz contribuem para a preservação do meio ambiente | 91 |
| Tabela 4.49 Tabulação Cruzada: Escolaridade <i>versus</i> O turismo constitui um fator de desenvolvimento na região..... | 92 |
| Tabela 4.50 Tabulação Cruzada: Escolaridade <i>versus</i> O turismo, na região, pode ser explorado com mais afinco pelas partes envolvidas..... | 93 |
| Tabela 4.51 Tabulação Cruzada: Escolaridade <i>versus</i> É favorável ao desenvolvimento de atividades turísticas, na região, de forma sustentável..... | 94 |

| | |
|---|-----|
| Tabela 4.52 Tabulação Cruzada: Escolaridade <i>versus</i> Considera que o turismo causa prejuízos para o meio ambiente em sua cidade..... | 95 |
| Tabela 4.53 Tabulação Cruzada: Profissão <i>versus</i> O que impede o desenvolvimento sustentável é a falta de incentivo do poder público..... | 96 |
| Tabela 4.54 Tabulação Cruzada: Profissão <i>versus</i> A falta de dinamismo das empresas impede o desenvolvimento sustentável..... | 97 |
| Tabela 4.55 Tabulação Cruzada: Profissão <i>versus</i> O termo meio ambiente está associado a conservação da natureza..... | 98 |
| Tabela 4.56 Tabulação Cruzada: Profissão <i>versus</i> Consumir é mais importante do que preservar o meio ambiente..... | 99 |
| Tabela 4.57 Tabulação Cruzada: Profissão <i>versus</i> Costumo dialogar com os vizinhos sobre temas, como poluição do ar, dos rios, lixo etc..... | 100 |
| Tabela 4.58 Tabulação Cruzada: Profissão <i>versus</i> Não poluir o ar e os rios, jogar o lixo no lugar certo, reciclagem, economia de água e luz contribuem para a preservação do meio ambiente..... | 101 |
| Tabela 4.59 Tabulação Cruzada: Profissão <i>versus</i> O turismo constitui um fator de desenvolvimento na região..... | 102 |
| Tabela 4.60 Tabulação Cruzada: Profissão <i>versus</i> O turismo, na região, pode ser explorado com mais afinco pelas partes envolvidas..... | 103 |
| Tabela 4.61 Tabulação Cruzada: Profissão <i>versus</i> É favorável ao desenvolvimento de atividades turísticas, na região, de forma sustentável..... | 104 |
| Tabela 4.62 Tabulação Cruzada: Profissão <i>versus</i> Considera que o turismo causa prejuízos para o meio ambiente em sua cidade..... | 105 |
| Tabela 4.63 Perfil das organizações..... | 106 |
| Tabela 4.64 Perfil dos Respondentes..... | 107 |
| Tabela 4.65 Acredita que o Turismo pode ser desenvolvido de forma sustentável no município..... | 108 |
| Tabela 4.66 Sua empresa efetiva investimentos no desenvolvimento de práticas sustentáveis..... | 108 |
| Tabela 4.67 Os colaboradores têm percebido a adoção das práticas sustentáveis contempladas pela empresa..... | 109 |
| Tabela 4.68 As práticas sustentáveis adotadas pela empresa são feitas porque realmente existe a preocupação em desenvolver um turismo de forma sustentável..... | 109 |

| | |
|---|-----|
| Tabela 4.69 A implantação de alguma prática sustentável gerou redução de custos | 110 |
| Tabela 4.70 Estatísticas | 111 |
| Tabela 4.71 Correlações da Hipótese 2 | 114 |
| Tabela 4.72 Coeficientes | 115 |
| Tabela 4.73 Coeficientes | 116 |
| Tabela 4.74 Resumo do modelo | 116 |

1. Introdução

1.1 Temática

O termo *degradação ambiental* tem sido objeto de estudo técnico e científico. A Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente, no artigo 3, inciso II, conceitua o termo em questão como a “degradação da qualidade ambiental, a alteração adversa das características do meio ambiente” (Brasil, 1981). Assim, pode-se perceber de forma explícita que a degradação ambiental está associada a algo adverso e negativo.

O cenário de degradação do meio ambiente e os problemas sociais vivenciados pelo planeta Terra, principalmente nas últimas décadas, são do conhecimento de boa parte da população mundial. Violência, pobreza, fome, miséria, destruição ambiental, lixo, corrupção seriam alguns exemplos dos problemas ambientais e sociais que são consequências de diversas decisões políticas que foram tomadas ou deixaram de ser tomadas no passado.

Já a expressão *impacto ambiental* refere-se a toda ação ou atividade, tanto natural, quanto humana, que provoca alterações bruscas no meio ambiente, podendo ter aspectos positivos ou negativos. Por isso, tornou-se obrigatória em todos os países desenvolvidos e em muitos subdesenvolvidos, até mesmo no Brasil, a realização prévia de um estudo dos impactos que uma obra importante provocará no meio ambiente onde será construída e nas populações que ali vivem. Se os impactos ambientais negativos forem maiores que os positivos, essa obra poderá ser embargada ou proibida. (Vesentini, 2012, p. 223).

O conceito da expressão *conservação da natureza*, constante na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, Art.2º inciso II, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, abrange

[...] o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer às necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral (Brasil, 2000).

Desta forma, a conservação da natureza pode ser visualizada como um instrumento que tem o intuito de minimizar os impactos gerados pela degradação do meio ambiente. Sobre a conservação da natureza, deve-se levar em consideração o que versa a legislação ambiental e

seus preceitos éticos com o intuito de manter os recursos naturais em condições adequadas para o uso das gerações vindouras. Entretanto, a conservação da natureza é divulgada de forma errônea pela mídia, de um modo geral, mas principalmente por programas de televisão que o divulgam de uma forma simplista e com uma conotação preservacionista (Meneguzzo & Chaicouski, 2010).

Industrialização e soberania dos interesses econômicos sobre os sociais, ausência de políticas públicas e de políticos dispostos a amenizar os problemas ambientais e sociais, consumidores orientados para o consumo, ganância de alguns grupos sociais que almejam potencializar esses problemas em benefício próprio etc., este é o cenário vivenciado hoje e que traz diversas consequências, algumas visualizadas na natureza, como, por exemplo, extinção da fauna e da flora, poluição dos recursos hídricos, erosão, efeito estufa, entre outros. Essa dívida social e ambiental terá que ser paga pelas gerações futuras que sofrerão com o esgotamento dos recursos naturais e com o agravamento dos problemas sociais, se não forem organizados no momento presente.

Sene e Moreira (1998, p. 375) mencionam que, ao longo dos séculos, os impactos sobre o meio ambiente eram praticamente irrelevantes. No entanto, com a aceleração do crescimento demográfico, ocorreram avanços tecnológicos inimagináveis para o homem primitivo ou medieval, que aumentaram cada vez mais a capacidade de transformação da natureza.

À medida que a população mundial foi crescendo, as cidades se estruturaram de forma desordenada e sem políticas governamentais que se adaptassem e atendessem as diversas questões sociais: educação, saúde, transporte, meio ambiente etc. Paralelamente, a quantidade de empresas tentando atender a demanda por produtos e serviços também cresceu.

A sociedade capitalista estimulou um consumo desenfreado, onde os interesses financeiros foram colocados em um patamar superior aos interesses sociais e ecológicos. As empresas, o governo e boa parte da população não perceberam que a falta de respeito pelas questões ambientais poderia impactar de forma negativa as gerações futuras.

Atualmente, ainda existem muitas empresas que disponibilizam, no mercado, produtos que utilizam matérias-primas nocivas ao meio ambiente ou o próprio processo de fabricação não é sustentável ou utilizam o marketing para incentivar o consumo impulsivo dos produtos entre muitas opções. As consequências de ações empresariais não sustentáveis são: a falta de políticas públicas que visualizem não somente as atividades econômicas, mas também as questões ambientais e sociais, proporcionando qualidade de vida e bem-estar social; desrespeito ao meio ambiente pelos consumidores; conflitos sociais, como greves, desentendimentos,

crimes, falta de ética e responsabilidade social entre outras mazelas.

Contudo, houve uma mudança de comportamento por parte dos consumidores, empresários e poder público. O aumento da competitividade entre as empresas e a necessidade de diferenciação, aliados ao surgimento de consumidores preocupados com as questões ambientais e com uma forma de consumo mais consciente, motivaram o governo a desenvolver, embora timidamente, políticas públicas voltadas para reduzir a degradação ambiental e os problemas sociais.

Há pouco tempo, o termo sustentabilidade era considerado uma barreira à competitividade das empresas, sendo entendido como um custo. Entretanto, o termo supracitado tornou-se um valor comum na maioria dos países, tendo em vista que a necessidade de preservar o meio ambiente ganhou, além de importância, um status de diferencial competitivo. Nesse sentido, algumas corporações adequaram-se ao dinamismo imposto pela sustentabilidade não só por idealismo, mas para conquistar vantagens competitivas no disputado mercado moderno.

Independente do enfoque da análise ser econômico, político ou científico, a humanidade deve preservar o meio ambiente em busca de melhoria na qualidade de vida e proteção dos recursos naturais, especialmente os recursos hídricos. O Brasil, que possui um volume de água doce considerável, quando comparado aos demais países, enfrenta problemas de escassez do insumo, especificamente nos estados nordestinos.

Desde os tempos mais remotos, o ser humano costuma lançar seus detritos nos cursos de água. Até a Revolução Industrial, esse procedimento não causava grandes problemas, já que os rios, os lagos e os oceanos têm o poder de autolimpeza, ou seja, de purificação das águas. Contudo, a industrialização trouxe profundas alterações, pois o volume de detritos despejados nas águas tornou-se cada vez maior, superando a capacidade de purificação, que é limitada. Alguns dos elementos descartados nas águas não são biodegradáveis, ou seja, não são decompostos pela natureza, como, por exemplo, plásticos, detergentes, pesticidas e outros (Vesentini, 2012, p. 223, 224).

O uso da água está presente nas atividades humanas tanto para uso doméstico e empresarial, como para a agricultura e o lazer. Com isto, o consumo tem aumentado, principalmente com o crescimento dos grandes centros urbanos. No caso específico das cidades industriais, a demanda por água tem aumentado e os efluentes têm sido lançados nos rios sem nenhum tratamento adequado, comprometendo os recursos hídricos. O fato agrava-se com a utilização de fertilizantes e agrotóxicos pelos agricultores, modificando ainda mais um recurso

tão importante e limitado.

O Brasil é um dos maiores detentores de água do planeta. Kuwait, Israel, Jordânia, Arábia Saudita e Iraque, na Ásia; Líbia, Argélia, Etiópia e Cabo Verde, na África; Hungria, França, Espanha e Bélgica, na Europa; e México e EUA, na América do Norte, são países que enfrentam situações de escassez de água. No entanto, o Brasil enfrenta problemas relacionados com a distribuição espacial, pois 70% do volume da sua água são encontrados na Amazônia; cerca de 15% situam-se no Centro-Oeste; 6% estão no Sul e outros 6%, no Sudeste; e apenas 3%, no Nordeste (Lorentz & Mendes, 2008)

Fattorelli (2012, p. 10) afirma que o Brasil é detentor de “abundantes nascentes de água, rios que cobrem milhares de quilômetros e detém 13% das reservas de água doce do planeta”. E ainda questiona o verdadeiro interesse do governo ao incentivar e financiar obras que desrespeitam a natureza, como o desvio do rio São Francisco, mais conhecido como Velho Chico e a construção da Usina Belo Monte, às margens do rio Xingu. Outro ponto abordado é que mais da metade dos brasileiros não tem acesso a saneamento básico.

O crescimento econômico propicia uma redução da pobreza, seja pelo aumento dos empregos formais, seja por meio de políticas públicas voltadas para amenizar a situação da população mais carente, como, por exemplo, os programas sociais de transferência de renda. Entretanto, esse crescimento deve ser pautado em mudanças tecnológicas que reduzam os impactos sobre os ecossistemas, com políticas públicas voltadas para a proteção da fauna e da flora, dos recursos hídricos e outros. Luchiari (1998) corrobora esta afirmação ao mencionar que os índices elevados de crescimento econômico em nível mundial ocasionam processos que degradam o meio ambiente com a destruição de importantes ecossistemas naturais.

Vale a pena ressaltar que o que é consumido, de alguma forma, vem da natureza, seja de forma direta ou indireta, e volta para ela, ou seja, é reversível. É fundamental que se pense na forma como o produto e/ou serviço está sendo consumido e como também ele está sendo descartado. Pensando nisso, muitos segmentos empresariais estão-se adequando à nova realidade, ou por questões econômicas ou porque realmente existe uma preocupação de preservar os recursos naturais hoje, para garantir qualidade de vida e bem-estar para gerações futuras.

Com relação ao turismo, Borges (2011) relata que a incorporação da sustentabilidade fez com que a visão puramente econômica do seu crescimento agregasse preocupações não só socioculturais, mas, principalmente, ambientais.

Nesse sentido, o setor turístico, além de enfrentar dificuldades do tipo promocional, de

alojamento, de condições competitivas, necessita contribuir com a preservação dos recursos hídricos. É importante ter em vista que tal atividade pode causar impactos negativos ao meio ambiente, como, por exemplo, o uso descontrolado da água, da energia, da fauna, da flora, a geração de resíduos sólidos, entre outros problemas.

Localizada no Nordeste brasileiro, a capital piauiense, Teresina, possui dois rios: o Poti e o Parnaíba. Ambos passam por um processo de degradação, devido ao despejo de efluentes sem qualquer tratamento em suas águas, além do depósito de lixo em suas margens e da retirada de minérios e areia de seus leitos por meio de dragas. Estes atos provocam sérios riscos à saúde da população ribeirinha e dos municípios banhados pelos dois rios que são fonte de captação de águas para abastecimento domiciliar, além de prejudicar o lazer e as atividades econômicas, como a pesca.

Nesse contexto, deve-se primar pelo desenvolvimento local de forma sustentável, estudando maneiras de contribuir com a redução da poluição dos rios. Este desafio traz à tona uma mudança não só de consciência, como também de atitude na interação com o meio ambiente, patrimônio da humanidade.

1.2 Descrição do Problema

Diante da abordagem realizada no tópico anterior, conclui-se que, atualmente, novos valores despertaram a atenção da população como um todo, sobretudo a qualidade de vida, o bem-estar social e a preocupação por questões ambientais. No entanto, o caminho para a mudança de um consumo predatório para um consumo responsável e consciente ainda é longo, pois a sociedade atual ainda está influenciada pelo consumismo caracterizado pela aquisição de produtos e serviços além das necessidades reais. Para a mudança, são necessários a intervenção do governo e o interesse das organizações em impulsionar o consumo sustentável e responsável.

Este trabalho pretende entender qual(is) o(s) interesse(s) dos *stakeholders* da atividade turística em desenvolver o turismo sustentável nos rios Poti e Parnaíba, ambos localizados no Nordeste brasileiro, mais precisamente no estado do Piauí. O primeiro tem importância sociocultural, já o segundo possui relevância socioeconômica. Além disto, o Parnaíba é o único delta das Américas que deságua em mar aberto e o terceiro maior do mundo, perdendo somente para os rios Nilo e Mekong.

1.3 Objetivos

O escopo desta investigação é analisar os fatores em que se pode assentar o desenvolvimento sociocultural e econômico do estado do Piauí, por meio dos rios Poti e Parnaíba.

Tem como objetivo geral analisar, no âmbito da teoria dos *stakeholders*, a relação com o turismo sustentável, na cidade de Teresina, capital do estado do Piauí. E, como objetivos específicos: enquadrar a gestão turística no conceito de turismo sustentável; analisar a problemática de uma prática de turismo sustentável no âmbito da teoria dos *stakeholders*; encontrar situações de impacto da poluição dos rios do estado do Piauí na construção de uma estratégia de turismo sustentável; apurar o interesse dos grupos envolvidos e sua sensibilidade para o turismo sustentável; verificar se as empresas hoteleiras estão preocupadas com a sustentabilidade por questões éticas ou por questões comerciais (anseios dos clientes).

O trabalho de investigação apresenta um dos estudos de hipóteses que procura encontrar respostas para os objetivos da investigação. Para surtir o efeito, define-se, como Variável Dependente, o turismo sustentável; e, como Variáveis Independentes, governo, população local e empresas do segmento de hotelaria.

Diante do exposto, para a contextualização do problema citado anteriormente, elaboraram-se as seguintes hipóteses:

Hipótese 1: O governo contribui para o desenvolvimento do turismo sustentável em Teresina;

Hipótese 2: A população local percebe o desenvolvimento do turismo sustentável na região em estudo;

Hipótese 3: As empresas hoteleiras estimulam o desenvolvimento do turismo de forma sustentável na região em estudo.

O trabalho almeja contribuir de forma significativa para o estudo de medidas de desenvolvimento na região focalizada, por meio da discussão do problema da degradação dos rios Poti e Parnaíba. Os agentes envolvidos nesta pesquisa possuem algum conhecimento da degradação e observam que as medidas tomadas até o momento presente não reduziram as consequências do problema.

O alvo da pesquisa é a análise de três grupos: governo, empresas hoteleiras e a população. Sobre eles pretende-se articular a teoria exposta em uma aplicação prática em nível local. Por fim, deseja-se, com a elaboração deste estudo, subsidiar as discussões pertinentes ao tema no meio acadêmico, profissional e na sociedade. Espera-se, ainda, que este trabalho sirva

para uma melhor compreensão do fenômeno e de referência para pesquisas futuras.

1.4 Estrutura da Dissertação

A estrutura da dissertação objetiva ser coerente com os vários objetivos a que se propõe, fazendo o caminho desde a base teórica no capítulo 2 e passando pela abordagem acerca do turismo sustentável e da teoria dos *stakeholders*. Para a investigação, torna-se necessária a utilização de uma metodologia que analise os *stakeholders*, por isso será essencial o uso das pesquisas qualitativa e quantitativa. Ambas se complementam, possibilitando, assim, um aprofundamento do fenômeno estudado. Mais detalhes sobre os métodos utilizados serão visualizados no capítulo 03 do trabalho.

No capítulo 04, pretendeu-se contextualizar todos os envolvidos e analisar os questionários aplicados junto a dois grupos de interesse: os empresários que atuam no ramo da hotelaria e a população local. Esse capítulo divide-se, portanto, em dois subcapítulos. Inicialmente são analisados dados secundários acerca da caracterização de cada parte envolvida (governo, população local e empresas hoteleiras) para, posteriormente, analisarem-se os dados primários coletados através de questionários. Além disto, pretende-se identificar as estratégias do governo para o desenvolvimento do turismo sustentável.

No capítulo 05, a partir do levantamento feito no capítulo anterior, sistematizam-se e analisam-se os dispositivos científicos, como também os dados coletados referentes à temática supracitada, de acordo com a literatura pertinente, de forma narrativa e analítica.

2. Revisão da Literatura e Modelo Teórico

2.1 Do Turismo ao Turismo Sustentável

Medeiros e Moraes (2013, p. 207) comentam que, entre as diversas definições de turismo, há que se destacar aquela adotada por um organismo oficial e de inserção global, que é a Organização Mundial do Turismo (OMT). Segundo este órgão, o turismo é um fenômeno de deslocamento espacial, podendo ocorrer em território nacional ou internacional. Envolve a utilização de algum meio de transporte e dura pelo menos um pernoite no destino, podendo ser motivado por diversas razões, como tratamento de saúde, lazer, negócio e outros, desde que não correspondam a formas de remuneração direta.

Gurría (1998, p. 6) entende que o turismo é um fenômeno social recente, do ponto vista histórico, com grande importância para a vida moderna e significado econômico e cultural. Na concepção do autor, todas as definições sobre turismo são válidas, como também muito discutidas, contudo ele aponta a definição da Organização Mundial do Turismo (OMT) como conceito ideal pois esta é a autoridade máxima sobre a matéria.

Castro (2002) aborda que o turismo envolve o deslocamento de indivíduos do lar para determinado local e seu retorno, mas não se confunde com rotinização e nem com migração. Com isto, percebe-se que o turismo compreende tempo e espaço. O autor menciona ainda que o turismo é uma interação social e cultural que envolve uma estrutura que necessita ser compreendida para ser operacionalizada e otimizada.

Vesentini (2012, p. 104) relata que, na história da humanidade, o turismo só teve importância econômica no final do século XVIII mas, mesmo depois disso, até o século XX, era uma atividade realizada pelas pessoas ricas. Somente após a Segunda Guerra Mundial, despontou o *turismo de massa*, e, a partir de então, milhões de pessoas, inclusive de baixa renda, fazem viagens turísticas a cada ano. Atualmente, o turismo é uma atividade que movimenta centenas de bilhões de dólares por ano, por isso fala-se em uma *indústria do bilhão*.

Vê-se, então, que não importa o motivo: saúde ou uma simples viagem a negócios, isto é turismo. Ele proporciona benefícios econômicos consideráveis, como a geração de emprego e renda, oportunidades de investimentos, aumento das receitas tributárias etc, impactando, de forma positiva, na vida social e cultural dos envolvidos. Entretanto, traz aspectos negativos no que diz respeito às questões ambientais, como excesso de lixo, aceleração do processo de erosão, poluição sonora e outros malefícios. Assim, torna-se um desafio ainda maior quando o

objetivo é desenvolver um turismo sustentável onde os recursos naturais e renováveis já são escassos, como por exemplo, os recursos hídricos.

A interpretação do conceito de desenvolvimento sustentável começou centrada em aspectos ligados essencialmente ao ambiente e aos recursos naturais: só mais tarde é que se alargou às preocupações socioeconômicas e culturais. Por esta razão, a dimensão ambiental tem sido frequentemente posta em relevo no debate sobre a sustentabilidade, mesmo no domínio do turismo, cabendo aos aspectos econômicos e sociais um papel secundário (Moniz, 2006).

É perceptível que a degradação ambiental vem ameaçando a continuidade da vida humana e, por isto, tem sido alvo de discussões ao longo dos últimos anos. O aumento da poluição, do lixo e o desmatamento são práticas que ocasionam um desequilíbrio ambiental. Sobre a origem da problemática ambiental, Müller (2011) menciona que surgiu no final da década de 20 em decorrência do aumento excessivo da população, da acumulação de capital e da maximização dos lucros em curto prazo, aspectos que aumentaram o consumo e, como consequência, a degradação dos recursos naturais.

Os recursos naturais podem ser renováveis e não renováveis: os primeiros são repostos pela natureza, contudo, se consumidos em excesso, podem ocasionar um desequilíbrio no meio ambiente. Já os recursos não renováveis, pela própria terminologia, percebe-se que se esgotam e devem ser substituídos por recursos alternativos.

Sabe-se que o processo de modernização iniciado pela Revolução Industrial, no final do século XVIII, consolidou o capitalismo, porém desencadeou as crises ambientais e sociais. Como consequência, instituiu-se a necessidade de gerir os recursos naturais, sejam eles renováveis ou não, com o intuito de preservá-los. Para isto, devem-se buscar meios sustentáveis e que proporcionem o desenvolvimento de forma contínua, objetivando encontrar um ponto de equilíbrio entre o crescimento e a preservação ambiental.

Desde a década de 90 do século XX, a definição de sustentabilidade está intimamente ligada ao conceito chamado de Triple Bottom Line (TBL), que trata sobre o desenvolvimento sustentável na dimensão econômica, social e ambiental, nas empresas. Neste contexto, as organizações precisam considerar, na gestão, a complexidade inerente ao ato de fazer negócio na sociedade. Para tanto, o resultado econômico não deve ser tratado isoladamente das demais dimensões: a ambiental e a social. As empresas estão inseridas em um ambiente competitivo e dinâmico, no qual a sociedade passa por uma mudança no modo de pensar sobre o seu poder de interferência nas ações desenvolvidas pelas entidades. Ao adicionar tais práticas de sustentabilidade socioambiental, as empresas conquistam o respeito e a preferência dos

consumidores quanto aos seus produtos e/ou serviços, o que, conseqüentemente, traz reflexos favoráveis para seus indicadores de rentabilidade e lucratividade (Rufino, Mazer, Machado & Cavalcante, 2014, p. 3).

Com o crescente questionamento dos consumidores para as organizações empresariais sobre as práticas responsáveis e éticas, os gestores perceberam a necessidade de implementar ações sustentáveis. A intenção é melhorar a imagem de suas empresas perante a sociedade, com o intuito de estreitar o relacionamento com os grupos de interesse e, como consequência, reduzir qualquer tipo de conflito. A ética e a responsabilidade social são dois pilares para o desenvolvimento deste tipo de ação, presente, inclusive, nos processos produtivos das empresas que almejam superar as expectativas de seus consumidores.

Dyllick e Muff (2014) mencionam dois tipos de benefícios da sustentabilidade para as empresas: os tangíveis, na forma de redução de custos e riscos e de fazer negócios, e os intangíveis, na forma de aumento da marca e da reputação, aumento da capacidade de atração de talentos e elevação da competitividade. Entretanto os autores afirmam que, de alguma forma, os benefícios elencados não se refletem nos estudos que monitoram o estado do nosso planeta.

Visando avaliar o estado geral do planeta, tem havido uma série de análises científicas, todas com resultados igualmente perturbadores, pois tem-se percebido uma grande desconexão entre as atividades das empresas e os resultados globais para o meio ambiente e a sociedade. Embora existam diferentes razões para explicar esta desconexão, pois as corporações não são os únicos atores relevantes na arena global de sustentabilidade, a situação atual deve ser considerada como uma chamada “wake-up” para empresários e estudiosos de gestão cujas boas intenções e ações não têm proporcionado melhorias significativas de sustentabilidade em nível global.

O papel das empresas de fazer do nosso planeta um lugar mais sustentável está no centro do estudo da teoria da sustentabilidade. Espera-se que esta teoria provoque um impacto significativo sobre ações e estratégias das empresas em geral. Diante do exposto, percebe-se que as ações desenvolvidas pelas corporações não têm atingido as expectativas em nível mundial para o meio ambiente e para a sociedade. Isto faz com que as empresas que já adotam a sustentabilidade como estratégia busquem novas alternativas visando contribuir com o meio no qual estão inseridas, mesmo tendo consciência de que os impactos em nível global podem não ser significativos. Para as empresas que ainda não despertaram para as práticas sustentáveis, a consciência dessas pesquisas pode fazer com que queiram, de alguma forma, contribuir com a redução da degradação ambiental e com as questões sociais, ou devido às exigências legais

ou por exigência de seus consumidores conscientes.

A sustentabilidade não é uma preocupação nova, e a literatura moderna remonta a obras seminais, tanto da ciência, como a de Carson *Silent Spring*, quanto da economia, como a de Schumacher *Small is Beautiful*, ambas desafiadas pela sabedoria convencional. No entanto, a integração da "sustentabilidade", como um conceito triplo, buscando o equilíbrio entre o crescimento econômico, bem-estar social e a proteção do meio ambiente, remonta a cerca de 20 anos para a publicação do Relatório Brundtland *Nosso Futuro Comum*. A resposta dos governos, principalmente dos países com economia mais sólida, é agora claramente detectável através de uma série de medidas legislativas em níveis nacional e local. No Reino Unido, por exemplo, o governo tem procurado implementar os princípios por trás da sustentabilidade por meio de normas de legislação de planejamento. No entanto, embora a sustentabilidade como um conceito inclua tanto a prosperidade econômica, como a justiça social, boa parte da literatura e de respostas governamentais e intragovernamentais têm focado na proteção do meio ambiente e, em particular, nas questões que cercam a energia e, mais recentemente, no carbono. (Sayce, Sundberg & Clements, 2010, p. 7)

A edição de políticas públicas voltadas para o meio ambiente e para questões sociais surgiu como consequência da cobrança da sociedade para tais problemas. Em alguns segmentos de atuação das empresas, a pressão governamental faz-se mais presente. Um exemplo é o setor da construção civil, muito criticado pelo impacto ambiental que causa. Nos últimos tempos, tem procurado incorporar a sustentabilidade em seus projetos, proporcionando a este segmento um acompanhamento pelo setor bancário que apoia ideias sustentáveis, ou seja, uma ação desencadeia outras e envolve diversos "atores" no processo de mudança de comportamento tanto dos empresários, quanto dos consumidores.

A sustentabilidade é o novo paradigma da humanidade na pós-modernidade. Supõe introduzir as trocas necessárias para construir uma sociedade global capaz de perpetuar-se indefinidamente em tempo e condições dignas de garantia das suas necessidades vitais e artificiais. Não há como pensar a sustentabilidade parcial, de uma ou algumas nações, ou em Estado-nação sustentável. Para se falar em sustentabilidade, deve-se pensar na humanidade e não nas nações individualmente (Vieira & Pilau, 2014, p. 612).

A implementação de ações sustentáveis que diferenciem de forma positiva as empresas de suas concorrentes faz com que busquem algo mais do que apenas auferir lucros. Atualmente, as organizações procuram assegurar a continuidade de suas atividades, no médio e longo prazo, através da promoção de ações sustentáveis. Enlazador (2010) exemplifica diversas ações

sustentáveis que podem ser adotadas, como, por exemplo, aproveitamento da água da chuva para reutilização, controle de energia, conscientização de funcionários e clientes por meio da adoção de programas de educação ambiental, separação de lixo/ resíduos etc. A adoção de tais ações pode contribuir, de forma significativa, para a redução dos custos nas organizações. Além disto, a comunidade local pode visualizar e perceber a relevância que a entidade tem na adoção das práticas supracitadas. Os incentivos governamentais e a pressão dos consumidores conscientes fazem da sustentabilidade um pilar que pode vir a mudar o curso da história das gerações futuras.

Nesse sentido, cabe à organização empresarial elencar o porquê da adoção de ações sustentáveis, pois algumas entidades demonstram realmente uma preocupação com a sustentabilidade, outras só adotam por imposição legal ou exigência do segmento de atuação. Existem também aquelas que adotam por exigência do cliente, como também existem empresas que visualizam a redução dos custos.

O turismo sustentável distingue-se do turismo tradicional, pondo em relevo a interdependência que deve existir entre todos os grupos presentes no sistema de turismo: os turistas e os agentes privados do setor (fornecedores de equipamentos e serviços turísticos), as entidades que se ocupam da proteção do ambiente e os residentes e seus representantes, que pretendem a melhoria da qualidade de vida para a sua comunidade (Moniz, 2006).

Não é fácil estruturar um projeto de turismo, que envolva a sustentabilidade, e colocá-lo em prática, pois exige atitudes ambientais com regras de utilização dos recursos naturais e um pensamento voltado para o ecológico, o que se contrapõe ao encontrado hoje na maioria dos lugares. Contudo, aos poucos, percebe-se uma evolução quanto a isto, tendo em vista que o comportamento do consumidor tem mudado, passando a valorizar produtos e serviços que se apresentem de forma sustentável. “A questão da sustentabilidade leva-nos a necessidade e a importância da responsabilidade que existe por parte dos vários atores que atuam no palco da atividade turística, na forma como a estimulam” (Dias, Varela & Costa, 2013, p. 126).

O turismo sustentável é visto como uma forma de manter uma infraestrutura sem ofender o meio ambiente, atendendo às necessidades dos turistas e preservando a região sem desprezar a cultura, a diversidade biológica e os sistemas ecológicos que coordenam a vida.

O turismo sustentável não é um tipo de turismo mas sim um modelo de desenvolvimento, assente na rentabilidade econômica, na preservação dos ecossistemas e na equidade social, onde são englobados todos os tipos de turismo, mas muitos são os nomes que a literatura lhe atribuiu: ecoturismo, turismo ambiental, turismo verde, turismo da natureza, entre outros (Dias et al, 2013, p. 126).

No que diz respeito à equidade social, vale a pena enfatizar que, para que esse desenvolvimento seja sustentável, a atividade turística deve proteger o meio ambiente, além de gerar emprego e renda, contribuindo para redução da pobreza e das desigualdades regionais e reconhecendo o bem-estar de todos.

Um destino turístico assume-se como um amálgama de recursos, de produtos e de atrações que o tornam, aos olhos dos turistas, espaços singulares de valores imbricados de autenticidade e de tradição articulada com a inovação. É o ponto de articulação do mundo moderno e tradicional, industrial e arcaico, rural e urbano promovido pelo estímulo do fenômeno turístico. As sociedades de acolhimento, perante a necessidade de oferecerem-se como produto turístico de venda no mercado de oferta, encontram-se num processo de comercialização da sua cultura. São sociedades que estão submetidas a uma contradição muito importante. São chamadas a abrir-se ao exterior e a modernizar-se pela função turística, ou seja, as sociedades locais estão, ao mesmo tempo, implicadas num (re) investimento do seu passado, reestruturação do seu patrimônio e na manutenção e revitalização das suas tradições (Dias, et al, 2013, p. 125).

O turismo sustentável requer uma abordagem holística, pois envolve um grande número de interessados, e todos têm direitos e responsabilidades. Isso significa que as comunidades locais têm, ao mesmo tempo, responsabilidades e direitos, e a indústria do turismo e os turistas também os têm. O turismo sustentável não está apenas relacionado ao ambiente físico, mas também envolve o cultural e o social, como também está preocupado com a viabilidade econômica a longo prazo (Swarbrooke, 2000).

Para o desenvolvimento de um turismo voltado para as questões ambientais, é necessário adaptar-se às condições e necessidades locais específicas. Para a população local, deve ser dada a responsabilidade de definir seus próprios anseios e planejar seu curso rumo à sustentabilidade, buscando as formas mais adequadas e eficientes para compartilhar recursos dentro de uma meta global de desenvolvimento. Desta forma, percebe-se que o turismo necessita proteger os recursos que utiliza, por meio do gerenciamento do impacto ambiental que exige medidas para reduzir os danos causados pelas atividades turísticas. Assim, deve-se envolver não só a população local, como também as organizações governamentais, as não governamentais e as empresas em geral.

2.2 A Gestão Turística e seus *Stakeholders*

Pedroso (2012, p. 3) afirma que “Turismo e Gestão – evoluíram a par da própria história das sociedades, assistiu-se ao aparecimento de modelos emergentes de gestão assentes, sobretudo, no conhecimento expresso na melhoria do desempenho, na criatividade, aprendizagem e transparência”. Atualmente, o turismo é uma das atividades sociais e econômicas mais relevantes em nível mundial. Sua complexidade dá-se pela inserção de recursos, infraestruturas, acessibilidades e serviços que assegurem o processo produtivo visando ofertar um serviço que supere as expectativas dos clientes, trazendo benefícios a todos os envolvidos.

Assim, devido à extensa quantidade de setores (ambiental, social, econômico etc.) e atores com os quais o turismo se relaciona, o modelo de gestão mais eficiente para a atividade seria aquele que compreendesse sua complexidade. Dentre os modelos de gestão que trabalham com a integração de diversos atores destaca-se a gestão voltada para os *stakeholders* (Delgado, 2011, p. 17).

Ramos (2011, p. 20) define *stakeholders* como “grupos ou agentes que de alguma forma exercem pressão sobre a atividade da empresa, nomeadamente quando algum dos seus interesses se cruzam com os interesses da empresa.” A Teoria dos *Stakeholders* surgiu na década de 80 com Richard Freeman. Na concepção dele, os *stakeholders* são os agentes que estão envolvidos em um contexto organizacional e exercem uma forte influência com o intuito de atingir seus interesses.

Costa, Vieira, Boaventura e Añez (2012, p. 169) falam a respeito da publicação de Freeman de quem diversos estudos sugerem que a gestão dos *stakeholders* é considerada como um fator crítico de sucesso na medida em que cresce a sua importância para o diagnóstico e gestão das organizações de maneira mais ampla e complexa. Um exemplo de empresa brasileira que teve um crescimento exponencial nos últimos anos é a Natura Cosméticos S.A. Indústria líder no segmento de cosméticos, perfumaria e higiene pessoal, sua excelência organizacional foi medida por sua habilidade de satisfazer os agentes com vínculo organizacional e não somente com os acionistas (*shareholders*).

A Teoria dos *Stakeholders*, nas décadas seguintes ao seu surgimento, teve um fortalecimento, pois vários grupos capazes de influenciar o comportamento das organizações passaram a ser investigados no meio acadêmico e gerencial. Pode-se identificar, entre os *stakeholders*: os acionistas ou *shareholders*, os clientes, os administradores ou gerentes, os

funcionários, os fornecedores, o governo, a comunidade, a concorrência, os parceiros ou qualquer outro ator que tenha interesse na empresa. Assim, a parte interessada influencia e é influenciada pelas decisões das organizações, impactando na sua sobrevivência, o que demanda da empresa empenho em desenvolver metas que satisfaçam ou que superem as expectativas dos envolvidos.

Há dois tipos de *stakeholders*, em função da semelhança de seus interesses, reivindicações ou direitos, que poderiam ser descritos como: *Stakeholders* primários são grupos sem os quais a continuidade da empresa está comprometida, implicando alto grau de interdependência. São exemplos os acionistas, investidores, empregados, consumidores, fornecedores e governo. Há um elevado nível de interdependência entre a organização e seus *stakeholders* primários. *Stakeholders* secundários – grupos que influenciam ou afetam e são influenciados ou afetados pela empresa, sem que, no entanto, participem de transações com a empresa, não sendo essenciais para a sua sobrevivência. São também aqueles que possuem a capacidade de mobilizar a opinião pública contra ou a favor da empresa. São exemplos: mídia, universidades e Organizações Não Governamentais (ONGs). Não há uma relação de dependência da organização com essa categoria de *stakeholders* (Hourneaux, Telles & Côrrea, 2014, p. 160).

Apesar do interesse renovado na teoria dos *stakeholders*, fundamental para a discussão da relação estratégia-desempenho, por exemplo: Bosse, Phillips & Harrison; Choi & Wang e Hillman & Keim, não há muita literatura que explique sistematicamente como diferentes abordagens para a gestão de *stakeholders* podem afetar o desempenho da empresa. As pesquisas existentes geralmente argumentam que tratar bem as partes interessadas contribui para firmar a performance da empresa, por exemplo: Donaldson & Preston; Freeman; Harrison et al; Jones; e Wood. (Molina-Azorín, 2014). A empresa pode ser vista como um nexo de relações entre seus principais interessados, com o objetivo de criar valor. Por exemplo, alguns investidores, além de fornecer recursos financeiros, também contribuem aconselhando gerentes. É importante ressaltar que os gestores podem influenciar a criação de valor das partes interessadas, escolhendo a forma como a empresa trata seus *stakeholders*.

Geralmente, os principais *stakeholders* das empresas são os fornecedores, funcionários, consumidores, comunidade e investidores. Além de, num segundo nível também serem considerados o Governo, as Organizações Não Governamentais (ONGs), os competidores, a imprensa e os grupos de direitos do consumidor. No entanto, esses são os grupos de interesse genéricos das empresas, com exceção da comunidade e dos consumidores que são sempre considerados *stakeholders* primários, ao trabalhar com a teoria dos *stakeholders* aplicada a outras áreas, esses grupos merecem ser reorganizados e identificados. No caso do turismo e da gestão dos recursos ambientais, os órgãos

públicos apresentam um papel de maior destaque do que as empresas, tendo em vista que, as diferentes secretarias, ao se referir a atividade turística, têm a obrigação de formatar o destino como um produto turístico, divulgá-lo e dotá-lo de condições de consumo através da infraestrutura. Com relação aos recursos ambientais o papel dos órgãos públicos também é fundamental, pois são os órgãos públicos que criam as diretrizes para a utilização dos recursos naturais, restringindo ou ampliando sua utilização para fins turísticos ou não (Delgado, 2011, p. 18).

Costa et al (2012, p. 32) menciona que a teoria do *stakeholders* tem evoluído e se justificado na produção científica administrativa tomando como base três aspectos: (a) sua precisão descritiva; (b) seu poder instrumental; e (c) sua validade normativa.

Desta base, quatro teses foram apresentadas; nelas os autores entendem as teorias conforme segue:

1) Descritiva: a empresa é vista como uma constelação de interesses cooperativos e competitivos dotados de valor intrínseco; a teoria é usada para descrever características específicas da empresa, tais como: o tipo, a ideia de administrar dos gerentes, gerenciamento utilizado, o pensamento dos membros do conselho sobre a parte interessada. Também conhecida como visão “empírica”;

2) Instrumental: estabelece uma estrutura de avaliação entre a prática da gerência de *stakeholders* e a realização de várias metas de desempenho da empresa (rentabilidade, crescimento);

3) Normativa: a identificação de diretrizes morais ou filosóficas para a gerência é categórica e trabalha na linha do faça (ou não faça), determina por que essa é a atitude correta (ou incorreta), o que presume aceitar que: (a) *stakeholders* são pessoas ou grupos com interesses legítimos em aspectos processuais e/ou relevantes de atividades corporativas e são identificados por seus interesses na organização; (b) O interesse de todos os *stakeholders* é essencial, pois cada grupo merece consideração para seu próprio bem e não apenas por ser capaz de promover os interesses de algum outro grupo, como os acionistas;

4) Amplitude gerencial: recomendam-se atitudes, estruturas e práticas que, juntas, constituem a gerência de *stakeholders*; por sua vez, requer, como principal atributo, atenção simultânea nos interesses legítimos de todos os *stakeholders*, considerando-os na constituição de estruturas organizacionais e políticas, e no processo decisório (Costa et al, 2012, p. 32).

Cada enfoque acima tem seus objetivos e posicionamentos distintos. Cabe à organização escolher as ferramentas que lhe permitam identificar e avaliar cada *stakeholder* e suas contribuições para a empresa, colaborando significativamente para maior eficácia na gestão. Existe também a possibilidade de conceder um tratamento diferenciado a cada parte interessada

na organização, mas, para isto, esta deve assumir um papel fundamental ao realizar uma análise aprofundada da estratégia e, em se tratando de sustentabilidade, torna-se necessário perceber a consciência do quanto o tema é complexo e ultrapassa as fronteiras da organização.

A gestão voltada aos *stakeholders* não incorpora sempre a participação direta dos participantes, mas possui, como base para a construção de suas estratégias e ações, a identificação e gestão eficiente das necessidades dos grupos de interesse, possibilitando um melhor relacionamento da empresa com os *stakeholders* que se tornam o foco da criação de valor da organização (pública ou privada). Quando se trata da atividade turística, a atuação de inúmeros agentes é necessária para a gestão eficiente da destinação. Esta ação integrada não diz respeito somente aos diferentes setores que compõem o turismo (a exemplo das agências de viagem, hotéis, equipamentos de lazer etc.), mas também a outros setores aos quais o turismo está relacionado, como o meio ambiente (Delgado, 2011, p.20). Desta forma, faz-se necessário explicar sobre os principais *stakeholders* que podem ou não estar envolvidos com a atividade turística.

2.2.1 Governo: conceitos iniciais

Oliveira (2000, p. 242) define governo como um “conjunto de pessoas que, colocadas à frente dos órgãos fundamentais do Estado, exercem o Poder Público”. O mesmo autor também traz a definição de Estado que seria uma instituição básica de controle social das nações civilizadas, ou seja, sua função é manter a organização política de um povo.

Lakatos e Marconi (1999, p. 350) aprofundam o conceito de governo. Ao defini-lo dizem que, “como entidade objetiva, refere-se aos indivíduos e órgãos que tem a responsabilidade de conduzir a ação do Estado. Um Governo exerce um controle imperativo no âmbito de um território definido onde reivindica, com êxito, o monopólio de força”.

Alexandrino e Paulo (2005, p. 14) afirmam que “a expressão ‘governo’ tem sido utilizada para designar o conjunto de Poderes e órgãos constitucionais responsáveis pela função política do Estado”.

O termo “Estado” pode ser associado à existência de um contrato celebrado por um determinado povo, no qual cada indivíduo cede parte de sua liberdade visando a um bem-estar comum a todos com o intuito de satisfazer os anseios da coletividade. Ou seja, o Estado é todo sistema constitucional-legal e a organização da administração pública que deve garantir os direitos e deveres previstos. Fernandes, Souza e Dantas (2011, p. 185), citando Swarbrooke

(2000) conceituam Estado como órgão destinado a representar a sociedade e o interesse público como um todo e que supostamente age em nome da totalidade da população.

Ideal e teoricamente, a nação e o Estado são entidades que compõem o mesmo organismo - o Estado-nação -, como um binômio a funcionar de forma inseparável, bem coordenada, cujo fim último é concretizar os sonhos pensados pela nação. Trata-se de instituições (em sentido, aqui, bastante amplo) que se organizam, conjuntamente, em um processo de construção e reconstrução contínuo e em busca de um objetivo claro. Tal dinâmica só é possível através da política, isto é, dos processos políticos de construção do Estado, que permitem amalgamar os interesses coletivos e conduzi-los para o seio de uma estrutura capaz de torná-los concretos, reais, através de políticas públicas formuladas e executadas pelo Estado. Este existe para que se atinjam objetivos distintos da rudimentar soma dos interesses individuais, para que se possam buscar objetivos que ultrapassam o resultado distorcido gerado pelos conhecidos 'modelos de equilíbrio geral' da ortodoxia convencional. Tais modelos, de maneira pretensiosa, a partir da consolidação de problemas de otimização individual, dadas as respectivas funções-objetivos, alegam para si a resposta ao problema do interesse coletivo. Ora, se a soma dos interesses individuais fosse a interpretação correta para o desejo de uma comunidade, de uma sociedade, de uma nação, qual seria a função do Estado? Restaria ao Estado pouco mais do que o papel reduzido de coordenar conflitos e garantir direitos mínimos (e/ou direitos individuais) (Salto, 2014, p. 62).

Nesse sentido, o governo é a cúpula, ou seja, é a parte que administra ou comanda o Estado. Governo e Estado são termos semelhantes. A diferença é que governo, mesmo sendo decisivo, o que comanda, é somente uma parte do Estado. Assim, cada Estado corresponde a um povo ou nação, por isso é denominado Estado-Nação. A palavra *estado* pode ter ainda outro significado, o de indicar as divisões territoriais de um país. No Brasil, por exemplo, Piauí, São Paulo, Amazonas são tidos como estados, ou seja, são unidades que compõem o território brasileiro (Vesentini, 2012, p. 125).

O governo viabiliza que o Estado execute suas atribuições estabelecidas pela norma constitucional através de um conjunto de organizações, como os ministérios, as secretarias, autarquias, fundações, organizações não governamentais entre outros, pelos quais regula e presta serviços à sociedade como um todo. A estrutura organizacional do governo possui uma hierarquia de poder e de responsabilidades com relação às ações governamentais e à produção de serviços essenciais à sociedade, mas, para isto, o Estado tem o direito de arrecadar recursos, por meio de tributos para realizar o seu papel.

Rezende (2001, p. 17) menciona que as funções do governo na economia expandiram-se consideravelmente nas últimas décadas, refletindo uma evolução dos princípios teóricos que recomendavam a intervenção estatal na economia. Desta forma, o governo deixou de ser apenas

prestador de alguns serviços, passando a intervir com o intuito de promover o bem-estar social, por meio de ajustamentos na alocação de recursos e distribuição de renda, além de manter a estabilidade econômica.

De forma sintética, o governo, por meio do Estado, engloba todas as funções públicas, oferecendo à população certos serviços básicos: educação, saúde, segurança etc. Sua função principal é a busca pelo bem comum.

2.2.2 População: conceitos iniciais

Carvalho Filho (2005, p. 4) menciona que população “também chamada de conjunto universo. É aquele conjunto do qual desejamos extrair a informação, e cujos elementos têm, pelo menos, uma característica comum, a qual está inserida no contexto daquilo que desejamos analisar”.

No mesmo sentido, Sene e Moreira (2010, p. 334) conceituam população como um “conjunto de pessoas que residem em determinado território, que pode ser uma cidade, um estado, um país ou mesmo o planeta como o todo”. Ainda mencionam sua classificação segundo “a sua religião, nacionalidade, local de moradia, atividade econômica e tem seu comportamento e suas condições de vida retratados através de indicadores sociais”.

Já Morettin (2010, p. 224) aborda o conceito de população como um “conjunto formado por indivíduos ou objetos que têm pelo menos uma variável comum e observável”. O autor exemplifica, citando uma “população dos alunos do primeiro período da faculdade”.

Tiboni (2003, p. 102) define população como “um conjunto da totalidade de indivíduos que apresentam uma característica comum, cujo comportamento se quer analisar” Vesentini (2012, p. 239) ainda faz a distinção entre a “população relativa, isto é, o número de habitantes por quilômetro quadrado, de população absoluta, isto é, o número total de habitantes, independentemente do tamanho do território”. Existem países que são mais povoados, isto é, população relativa; e os países mais populosos, isto é, população absoluta.

Alves (2014, p. 4) cita que o crescimento econômico e populacional é um fenômeno recente na história da humanidade. Durante milênios, conviveu-se com baixas taxas de crescimento populacional, contudo, após a Revolução Industrial e Energética, ocorrida no final do século XVIII, a humanidade expandiu as atividades com grande impacto negativo na sustentabilidade dos ecossistemas.

Em 2011, a população mundial extrapolou os 7 bilhões de habitantes e projeta-se

alcançar 9 bilhões até 2050. Em termos gerais, o crescimento populacional é maior nos países menos desenvolvidos, onde as taxas de natalidade são mais altas e existe a carência de recursos governamentais para atender a demanda por serviços e infraestrutura. Além disso, os empregos não estão acompanhando o aumento da população economicamente ativa e muitos grupos populacionais não têm acesso à informação e aos serviços de planejamento familiar (Curtain & Vakaoti, 2011). O crescimento populacional demandará a oferta de mais produtos e serviços, visando atender as necessidades básicas da população, mas agravando ainda mais os problemas ambientais e sociais.

Neste contexto, Friede (2014, p. 42) defende veementemente a “inserção de uma política global de planejamento familiar que permita restabelecer o equilíbrio ambiental desejado, debelando os riscos ambientais que supostamente ameaçam a sobrevivência da espécie humana em longo prazo”. O autor afirma que se deve deixar de lado a hipocrisia ambiental, pois esta tem desviado a atenção das verdadeiras soluções que devem ser implementadas.

O crescimento populacional pode ser visualizado no Brasil. Apesar da redução das taxas de natalidade e de mortalidade, o aumento da população, entre 2013 e 2014, foi de quase 0,90%. Um estudo do IBGE publicado no site da rede Globo, o G1¹, atualmente o Brasil possui quase 203 milhões de habitantes, distribuídos em mais de 5.500 municípios que compõem os 27 estados brasileiros, sendo a região Sudeste do país a mais populosa, e os estados de Roraima, Acre e Amapá, os menos populosos.

2.2.3 Empresas: conceitos iniciais

Oliveira (2000, p. 239) define empresa como uma “instituição econômica que reúne os fatores de produção, trabalho, recursos naturais e capital para realizar alguma atividade produtiva” Lakatos e Marconi (1999, p. 348) conceituam empresa como um “complexo de atividades econômicas, desenvolvidas sob o controle de uma entidade jurídica”, podendo estar associada a uma pessoa física ou jurídica. Na concepção de Padoveze (2012, p. 13), as empresas “interagem com a sociedade de maneira completa”, por isto o autor menciona que as organizações empresariais são um sistema aberto, pois nelas existem recursos que devem ser introduzidos, que serão processados para a geração de um produto e/ou serviço.

¹ <<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2013/11/df-tem-maior-pib-capita-do-pais-aponta-ibge.html>>

Recuperado em: 18 de maio de 2014.

Ramos (2011, p. 19) afirma que não existe um conceito de empresa que seja totalmente aceito pela comunidade científica apesar de a maioria das definições esboçar os seguintes componentes: “Grupos de pessoas; Relações formais e informais que se estabelecem, entre os grupos; Meios materiais e humanos; Objetivos orientados para a rentabilidade do capital investido ou do interesse coletivo (empresas públicas)”. O autor diz que, dos componentes supracitados, aquele que é decisivo é justamente “a maximização do capital investido, o mesmo é dizer na obtenção de lucro”. Nesse sentido, o autor menciona que “as empresas são um dos agentes económicos que dentro do circuito económico assumem especial relevo por lhes estar associada a ideia de criação de valor”.

A evolução tecnológica tem tornado cada vez mais complexo o mundo empresarial, proporcionando modificações contínuas. As organizações empresariais utilizam-se de diversas ferramentas para conseguir permanecer ativas; uma delas é fazer o planejamento da gestão dos fatores de produção que geralmente são escassos, principalmente se a empresa for de pequeno porte. Nesse sentido, os gestores devem inserir ações que possam otimizar o lucro, garantindo a permanência da atividade empresarial e dando cumprimento aos objetivos que têm perante a sociedade.

3. Métodos

3.1 Desenho da Investigação e Procedimentos

Para esta investigação, tornou-se necessária a utilização de uma metodologia que analisasse os *stakeholders*, por isso foi essencial o uso das pesquisas qualitativa e quantitativa, pois ambas se complementam, possibilitando um aprofundamento do fenómeno estudado. Quanto aos objetivos, a pesquisa é exploratória, seguindo o método dedutivo. Dencker (1998, p. 107) afirma que “o que define o tipo de pesquisa a ser usado e a metodologia adequada são os paradigmas adotados pelo pesquisador e a natureza que se pretende investigar”. O autor ainda tece um comentário a respeito das pesquisas realizadas no âmbito turístico onde é comum encontrar as duas abordagens. Yin (1989, p. 21) menciona que é possível considerar todos os métodos em uma sociedade inclusiva e pluralista na qual se pode desenhar uma dada situação para pesquisá-la. Em outro trabalho, este autor diz que

o estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real - tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais e administrativos, mudanças ocorridas em regiões urbanas, relações internacionais e a maturação de alguns setores (Yin, 2001, p. 21).

Para a contextualização do problema, retomam-se as hipóteses apresentadas no início do trabalho:

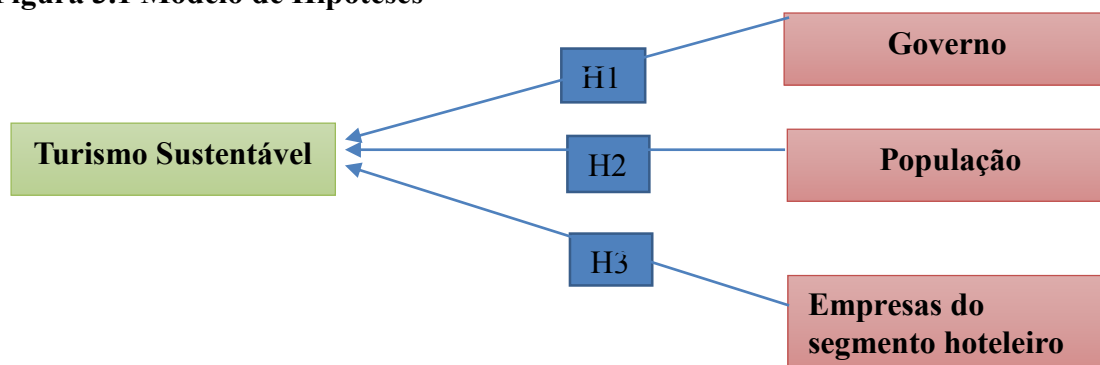
Hipótese 1: O governo contribui para o desenvolvimento do turismo sustentável em Teresina;

Hipótese 2: A população local percebe o desenvolvimento do turismo sustentável na região em estudo;

Hipótese 3: As empresas hoteleiras estimulam o desenvolvimento do turismo de forma sustentável na região em estudo.

Para melhor visualização das hipóteses, elaborou-se a figura a seguir:

Figura 3.1 Modelo de Hipóteses



Fonte: Elaborado pela autora

Este modelo tem, como variável dependente, o turismo sustentável e, como variáveis independentes: o governo, a população local e as empresas no segmento de hotelaria.

Sobre a *Hipótese 1*, convém ressaltar que, através de dados secundários coletados, pretendeu-se identificar as estratégias utilizadas pelo governo com foco no turismo sustentável.

Neste sentido, Beni (2011, p. 185) menciona que

a participação ativa de membros da comunidade não implica que o Estado deixe de garantir a integração, a regulação e o bom funcionamento da sociedade, mas que a própria sociedade gere meios de equacionar a solução dos problemas que o Estado, sozinho, não é capaz de resolver. Hoje, muitas são as pessoas e instituições que acham que o desenvolvimento não é possível sem o respeito aos recursos naturais do meio ambiente, ou seja, os aspectos econômicos, sociais e ambientais devem ser tratados de forma conjunta na formulação de políticas, planos, programas ou projetos. Qualquer desequilíbrio ou ênfase em alguma dessas variáveis, sem levar em conta as outras, afetará a eficiência e a eficácia das intervenções e, seguramente, a qualidade de vida da população. Isso implica que as instituições governamentais devem redefinir suas políticas e liderar as mudanças ou transformações da comunidade para a obtenção de uma sociedade sustentável.

Com isto, projetou-se verificar se existe ou não a contribuição do governo com relação à variável dependente. Além disso, pretendeu-se visualizar a percepção não só da população, mas também das empresas do segmento hoteleiro quanto às contribuições que o governo tem implementado para o desenvolvimento do turismo sustentável.

A *Hipótese 2* afirma que a população local percebe o desenvolvimento do turismo sustentável na região em estudo. O turista, para usufruir o produto, precisa estar no local de consumo. Isso significa que a comunidade receptora entrará em contato com indivíduos que, muitas vezes, possuem modos de vida bastante heterogêneos, detentores de algo mais do que

apenas o seu poder de compra e, com eles, trazem um peculiar modo de agir. Assim, esse contato entre a população autóctone e os turistas resulta no estabelecimento de uma relação em que podem ocorrer mudanças socioculturais, principalmente na sociedade visitada – na estrutura familiar, no estilo de vida, nas manifestações artísticas, em cerimônias tradicionais, no sistema de valores, no comportamento individual, enfim em toda a sociedade. Estas mudanças podem implicar prejuízos para os autóctones (Patuleia, Ferreira & Almeida, 2011).

Tenório, Brulon e Zarconi (2013) focam na relevância que a participação da comunidade local tem para as atividades turísticas. Segundo o estudo dos autores, aponta-se “para a gestão social como uma forma de superação da relação falaciosa entre turismo e desenvolvimento local”. (Tenório, Brulon & Zarconi, 2013, p.1) Neste sentido, pretendeu-se analisar se a população percebe ou não o desenvolvimento da variável dependente.

Já a *Hipótese 3* diz que as empresas hoteleiras estimulam o desenvolvimento do turismo de forma sustentável na região em estudo. O comportamento do consumidor tem exigido, não só das empresas hoteleiras, mas de todos os outros segmentos, a preservação dos recursos naturais, tendo em vista que essa atividade pode contribuir, de forma negativa, para a degradação do meio ambiente.

O consumo desenfreado de recursos naturais, como a água e a energia, a produção de resíduos orgânicos e inorgânicos e a ocupação de espaços naturais frágeis são exemplos de impactos que podem ser prejudiciais e que não contribuem para o desenvolvimento do turismo de forma sustentável. A indústria hoteleira deve observar que os recursos que ela consome não são renováveis, prejudicando o funcionamento do serviço que presta, caso se esgote. Sendo assim, almejou-se saber se as empresas hoteleiras estimulam ou não o desenvolvimento do turismo sustentável.

Resumidamente, pretendeu-se identificar as estratégias do governo para o desenvolvimento do turismo sustentável. Além disto, elaboraram-se e aplicaram-se questionários junto a dois grupos de interesse: os empresários que atuam no ramo da hotelaria e a população local. A partir desse levantamento, foi necessário sistematizar e analisar os dispositivos científicos, como também os dados coletados referentes à temática proposta, sendo discutidos, conforme a literatura consultada, de forma narrativa e analítica. Para a apresentação do que foi coletado, a análise e a interpretação dos resultados utilizaram os recursos oferecidos pela estatística.

Fez-se necessário, então, estabelecer alguns procedimentos metodológicos, a saber:

a) Levantamento e análise documental acerca da sustentabilidade, turismo sustentável, teoria dos *stakeholders* e dos grupos de interesse;

b) Identificação, por meio da literatura disponível, das estratégias do governo para o desenvolvimento do turismo sustentável;

c) Análise e interpretação dos resultados, com a utilização do coeficiente Alpha de Cronbach e a caracterização da população e das empresas em estudo por análise descritiva (médias, desvios padrão, variância, frequência e porcentagem).

Pode-se perceber que esta pesquisa compôs-se de duas etapas com metodologias diferentes, de acordo com sua função, estabelecendo relação com o objetivo proposto inicialmente: na primeira etapa, realizou-se uma pesquisa exploratória com profundidade para clarificar as hipóteses e identificar as variáveis; e, na segunda etapa, promoveu-se um levantamento com uma amostra, para testar as hipóteses e variáveis com a intenção de projetar os resultados primários obtidos. Além disto, fez-se uma análise de dados secundários, como também o confronto entre dados primários e secundários.

3.2 Amostra, População e Participantes

Para melhor especificar o procedimento amostral foi necessário subdividi-lo em dois momentos: no primeiro, foram aplicados questionários a 05 (cinco) gestores e/ ou empresários do segmento hoteleiro. Este número adequa-se ao objetivo final, tendo em vista que o setor em estudo ainda se encontra em processo de crescimento; além disso, os hotéis selecionados estão localizados nas proximidades dos rios Poti e Parnaíba. A escolha deu-se por meio do critério da tipicidade em função do porte da empresa, adotando-se a classificação do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

Os questionários foram aplicados *in loco* ou enviados por e-mail. Em um segundo momento, com o intuito de detectar o interesse dos *stakeholders*, foi necessário também aplicar questionários junto a uma parcela da população local. Desta forma, a amostragem é probabilística e de forma aleatória, podendo envolver qualquer indivíduo do universo analisado, a população da capital piauiense, Teresina, que, no último censo, apresentou 814.439 habitantes.

A amostra de 813 respondentes, para um intervalo de confiança de 97%, contém um erro de amostragem de 3,8%. Yin (2001, p.60) afirma que “a confiabilidade serve para minimizar os erros e as visões tendenciosas de um estudo”. Veja-se a Tabela 3.2 a seguir:

Tabela 3.2 Estatísticas de escala

| Média | Variância | Desvio Padrão | Nº de itens |
|-------|-----------|---------------|-------------|
| 47,69 | 15,042 | 3,878 | 14 |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

A soma de todas as observações questionadas gerou uma média de 47,69. A variância de 15,042 é resultante da análise das perguntas que formam o questionário. O desvio padrão dos questionamentos foi de 3,878, desta forma, escolheram-se os itens que apresentaram maior heterogeneidade.

Para este tipo de amostragem, Dencker (1998, p. 176) menciona que “todos os componentes do universo devem ter igual oportunidade de participar da amostra”. Sendo assim, os dados foram coletados em diversos pontos da cidade: nas universidades públicas, uma federal e outra estadual; em uma faculdade particular; em um órgão público e uma empresa privada, além de uma escola particular. Dentre os lugares mais distantes do centro da cidade, o bairro escolhido foi o Pedra Mole, onde o questionário foi aplicado na praça principal; além disto, dois prédios residenciais foram contemplados pela pesquisa.

3.3 Medidas e Instrumento de Recolha de Dados e Variáveis

Com o intuito de assegurar a qualidade do estudo, utilizaram-se três fontes de evidência: os questionários, a análise documental e as observações. Os questionários foram aplicados aos grupos envolvidos pessoalmente ou por meio da internet. Com relação à análise documental, foram coletados documentos, como folhetos e folders, além de informações obtidas em sites. Já as provas observacionais foram coletadas durante a realização dos questionários.

Dencker (1998, p. 89), ao abordar sobre instrumentos de pesquisa, fala que “os mais utilizados, nas ciências do comportamento, são a entrevista, o questionário e o formulário”. Para se atingir o objetivo final do trabalho, optou-se pelo questionário, pois, conforme o autor, a finalidade “é obter, de maneira sistemática e ordenada, informações sobre as variáveis que intervêm em uma investigação, em relação a uma população ou amostra determinada” (Dencker, 1998, p. 89).

Desta forma, as perguntas que compõem tanto o questionário dos empresários do segmento hoteleiro, como o da população foram extraídas dos autores a seguir: Barros (2007), Ferraz e Pais (2010), Filippim, Hoffmann e Feger (2006), Moniz (2006), Oliveira (2007) e Silva

e Souza (2013). Para seleção das perguntas, utilizou-se o critério de incluir somente itens que visassem esclarecer o problema levantando.

Nesse instrumento de pesquisa, utilizaram-se perguntas fechadas com a aplicação da escala de Likert com cinco pontos, invertida, com o intuito de medir o nível de concordância dos respondentes e para avaliar a relação dos diversos aspectos do objeto de estudo.

O questionário voltado para os empresários do segmento hoteleiro foi organizado por seções: 1. Perfil da Organização; 2. Perfil dos Respondentes; 3. Cultura de práticas sustentáveis; 4. Benefícios obtidos com a implantação de práticas sustentáveis; e 5. Percepção dos Gestores. Da mesma forma procedeu-se com o questionário aplicado à população local: 1. Perfil dos Respondentes; 2. Percepção do Entrevistado.

3.4 Procedimentos de Análise de Dados

Dencker (1998, p. 159) menciona que “após a coleta de dados o pesquisador deve concentrar sua atenção na análise e na interpretação das informações coletadas”. O mesmo autor argumenta que, durante o processo de análise, devem-se “reunir as observações de maneira coerente e organizada”, pois assim procedendo é possível responder ao problema da pesquisa (Dencker, 1998, p. 159).

Para interpretação dos dados, foi necessário fazer ligações fundamentadas na lógica e em comparações, para que se pudesse visualizar o verdadeiro significado dos dados coletados. Para proceder-se de forma eficiente e eficaz, tornou-se essencial o uso do software estatístico SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*) versão 22.0 for Windows. Após esse procedimento, os dados primários foram analisados de forma funcional, sendo os fatos visualizados em sua simultaneidade. Contudo, antes disto, foi necessário fazer uma análise de dados secundários acerca da caracterização de cada parte envolvida. Finalmente, confrontaram-se os dados primários com os dados secundários.

4. Análise dos Dados Obtidos e Discussão

Este capítulo está dividido em dois subcapítulos. No primeiro, são analisados dados secundários acerca da caracterização de cada parte envolvida (governo, população local e empresas hoteleiras) com o intuito de contextualizar a pesquisa. No segundo, analisou-se cada *stakeholder*, pretendendo-se esmiuçar os dados secundários do governo para depois detalhar os dados primários coletados através de questionários aplicados à população local e às empresas hoteleiras, sempre que possível confrontando os dados secundários com os dados primários.

4.1 Contextualização da Pesquisa

4.1.1 Governo: caracterização

O Piauí é um dos 27 (vinte e sete) estados do Brasil e situa-se a noroeste da região Nordeste do país, fazendo limite com outros cinco estados: Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia e Tocantins. Também delimita-se com o Oceano Atlântico e possui o menor litoral brasileiro, com apenas 66 (sessenta e seis) quilômetros de extensão.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2014), o estado do Piauí possui 224 (duzentos e vinte e quatro) municípios, distribuídos em uma área superior a 251 (duzentos e cinquenta e um) mil quilômetros quadrados. Atualmente estima-se que a população do estado seja superior a 3.184.000 (três milhões, cento e oitenta e quatro mil) habitantes.

A economia piauiense tem, como principais atividades, o comércio e os serviços, contudo a agricultura, a pecuária, a indústria e o extrativismo vegetal e mineral também contribuem para o desenvolvimento do estado (Amaral & Nascimento, 2010).

Um estudo do IBGE publicado no site da rede Globo, o G1², apontou as menores participações do PIB nacional em 2011; são elas: “Rio Grande do Norte e Paraíba tiveram 0,9% cada; Alagoas e Rondônia, 0,7%; Sergipe e Piauí, 0,6%; Tocantins, 0,4%; e Amapá, Acre e Roraima, com 0,2% cada”. Com isto, percebe-se que o Piauí possui uma das menores rendas per capita do país. Outro problema, de ordem social, refere-se ao saneamento ambiental; cerca de 26% das residências não possuem água encanada, 40% não têm rede de esgoto e 50% não

² <<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2013/11/df-tem-maior-pib-capita-do-pais-aponta-ibge.html>>

Recuperado em: 18 de maio de 2014.

contam com coleta de lixo residencial.

4.1.2 População: caracterização

Teresina é a única capital do Nordeste que fica a mais de 360 (trezentos e sessenta) quilômetros do litoral. Historicamente, desenvolveu-se às margens do rio Parnaíba, através da navegação fluvial. E esta é a única barreira natural que separa Teresina do município de Timon, estado do Maranhão.

Segundo o IBGE (2014), Teresina, capital do estado do Piauí, no último censo realizado no ano de 2010, apresentou 814.439 (oitocentos e quatorze mil, quatrocentos e trinta e nove) habitantes. É uma das capitais brasileiras que se destaca nos setores de prestação de serviços, comércio, educação avançada, eventos culturais e esportivos, congressos, indústria têxtil, possuindo, ainda, um moderno centro médico.

Os piauienses, como um todo, são envaidecidos de verem sua jovem capital transformada em centro de referência médico-hospitalar, capacitada a realizar procedimentos de alta complexidade, atraindo os interesses de contingentes populacionais dos estados vizinhos em busca de um serviço de qualidade (Lima, 2008, p. 2).

Além do aspecto positivo mencionado no parágrafo anterior, a capital piauiense disponibiliza o acesso à educação de qualidade, a exemplo do Instituto Dom Barreto que ocupa atualmente o oitavo lugar no ranking nacional. Com relação à cultura da região, o foco está no artesanato (artes plásticas, esculturas em madeiras etc.), na literatura, na poesia, na música e no teatro que contribuem, de forma significativa, para fortalecer a identidade da região. Além da educação e da cultura, vale a pena enfatizar as belezas e os recursos naturais. Com relação aos aspectos negativos, os que mais se destacam são: o atraso econômico e principalmente o desempenho político-administrativo do estado.

De forma complementar, Lima (2008, p. 2) obteve, em sua pesquisa qualitativa acerca da visão do piauiense sobre seu estado, como aspectos positivos, além da educação e da cultura, o potencial turístico e a saúde. Quanto aos aspectos negativos, o destaque foi para o desemprego, os políticos e a criminalidade. De modo geral, a maior queixa dos piauienses é o desemprego que assola não só o estado como um todo, mas também a capital.

Lima (2008, p. 1) menciona que o perfil do piauiense, bem como o do teresinense, é de um indivíduo “trabalhador, solidário, otimista, corajoso, honesto, orgulhoso do seu Estado e ciente das suas potencialidades, informado, liberal, amarrado em celular... e acomodado”.

4.1.3 Empresas do Segmento Hoteleiro: caracterização

Nas últimas décadas, os empreendimentos hoteleiros passaram a ser vistos como uma oportunidade lucrativa de negócio e, como consequência disso, a estrutura hoteleira sofreu grandes transformações. A preocupação deixou de ser o oferecimento de descanso e alimentação, e passou a ser proporcionar conforto com serviços de elevado nível. As mudanças afetaram hábitos, valores e reações, sugerindo novos caminhos, preferências e tendências. Entre as inovações, está a adoção de práticas que contribuem para o desenvolvimento do negócio de forma sustentável.

O Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem cita, como meios de hospedagem: hotel (de 1 a 5 estrelas), hotel fazenda (de 1 a 5 estrelas); cama e café (de 1 a 4 estrelas); resort (de 4 e 5 estrelas); hotel histórico (de 3 a 5 estrelas); pousada (de 1 a 5 estrelas) e flat/apart-hotel (de 3 a 5 estrelas) (Ministério do Turismo, 2010).

Sobre o segmento hoteleiro, a Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (CEPRO) publicou, em maio de 2010, informações pesquisadas sobre os hotéis da região em estudo, segundo as quais, no ano de 2004, a rede hoteleira de Teresina era composta por um total de 26 estabelecimentos, com 1.077 unidades habitacionais e 2.205 leitos. A taxa de ocupação foi de 48,0% e a permanência média, 2,7 dias. A relação média de hóspedes por unidades habitacionais correspondeu a 1,4. A demanda hoteleira, no mês de junho do ano pesquisado, foi estimada em 8.042 hóspedes e a demanda turística para Teresina, em 25.824 turistas. A relação hóspedes por estabelecimentos foi de 309 hóspedes. A demanda extra-hoteleira foi estimada em 17.782 turistas. Em julho de 2013, a Fundação CEPRO publicou a Tabela 4.1 a seguir:

Tabela 4.1 Demanda Turística por Local de Hospedagem

| Hospedagem | Quantidade | Geral (%) |
|-----------------------------|------------|--------------|
| Rede Hoteleira | 271 | 30,9 |
| Hotel | 220 | 25,1 |
| Pensão/ Hospedaria | 37 | 4,2 |
| Flat | 7 | 0,8 |
| Pousada | 7 | 0,8 |
| Rede Extra-Hoteleira | 606 | 69,1 |
| Casa Parentes/Amigos | 510 | 58,2 |
| Casa Própria | 59 | 6,7 |
| Casa / Apart. De Aluguel | 10 | 1,1 |
| Outras | 27 | 3,1 |
| Total | 877 | 100,0 |

Fonte: Fundação CEPRO (2013)

Das informações da tabela acima, percebe-se que 69,1% dos turistas utilizaram a rede extra-hoteleira e, como principal meio de hospedagem, a residência de parentes e amigos. Os que se hospedaram na rede hoteleira foram cerca de 30,9%, tendo o hotel como preferência.

4.2 Análise dos Dados

4.2.1 O Governo e o Turismo da Região em Estudo

Atualmente, o turismo proporciona, além da melhoria da qualidade de vida da população, o crescimento econômico, assim como a preservação do patrimônio histórico e cultural de uma determinada região. Sobretudo nos municípios turísticos do estado do Piauí, a demanda gerada pelos turistas tem atraído investimentos em hotéis, restaurantes, casas de espetáculos, comércio e outros, que acabam envolvendo e beneficiando a população local.

Uma das metas do governo do Piauí tem sido o turismo, pois, além das contribuições que proporciona, contribui para melhoria da imagem do estado em nível nacional e internacional. A região em si é tida como uma das menos desenvolvidas do país, fato comprovado por sua renda per capita, uma das menores do Brasil.

A organização da atividade pública do turismo no estado do Piauí teve seu início na década de 70 (setenta) com a criação da Empresa de Turismo do Piauí S/A (PIEMTUR), poucos anos após a criação da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), autarquia do Ministério do Turismo executora da Política Nacional de Turismo. Porém, somente em 2007, o governo estadual criou a Secretaria de Turismo (SETUR). A PIEMTUR foi extinta no final de 2010, passando suas principais atribuições à SETUR (SETUR, 2014).

A organização da SETUR está focada na implantação do modelo de interiorização idealizado e executado pelo Ministério do Turismo que preconiza a regionalização através das secretarias municipais de turismo e dos conselhos municipais. Embasa-se no planejamento e posicionamento de mercado, assim como na qualificação profissional dos serviços e da produção, com o devido apoio à comercialização e estímulo ao empreendedorismo, à captação e promoção de recursos financeiros, à infraestrutura para atividade turística e ao acompanhamento e avaliação constante que possibilita intervenções de replanejamento e reorganização do setor (SETUR, 2014).

Atualmente, a SETUR, ao dar continuidade ao Plano Nacional de Turismo, pretende consolidar Teresina (capital), Parnaíba (região litorânea) e São Raimundo Nonato (Serra da

Capivara), como cidades turísticas, visando ações que apoiem os eventos de grande porte, como, por exemplo, os esportivos.

Em nível municipal, a Prefeitura Municipal de Teresina (PMT) criou a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEMDEC), que é responsável por estudos, pesquisas, programas e projetos que visam à expansão, modernização e diversificação das atividades econômicas da capital piauiense. Por intermédio deste órgão, pretende-se valorizar o patrimônio municipal com ênfase no desenvolvimento de forma sustentável. Um dos programas criados pela SEMDEC é o Teresina + Negócios que visa distribuir carteirinhas na rede hoteleira, concedendo aos turistas descontos e/ou benefícios nas empresas da cidade. Atualmente, já estão cadastrados na prefeitura cerca de 66 (sessenta e seis) empreendimentos, nos mais diversos segmentos, como, por exemplo: casas de show, restaurantes, academias de ginástica, hospitais, entre outros. Essa política pública é inédita em nosso país e, por isso, o projeto será testado em três hotéis da cidade para posteriormente expandir para outros estabelecimentos hoteleiros.

Com o intuito de atrair investimentos, o município de Teresina, em maio de 1997, sancionou a Lei nº 2.528 que versa sobre a política de benefícios e incentivos fiscais a serem concedidos para as empresas industriais, comerciais e prestadoras de serviço.

Segundo a SETUR (2014), o estado do Piauí tem atraído novos investimentos, empresas com um diferencial em relação aos demais estados: a melhor lei de incentivos fiscais do país. Com uma localização geográfica privilegiada, o Piauí tem atraído empresas da região Sudeste que visam conquistar novos mercados para seus produtos. O governo estadual tem apoiado o acesso de novas empresas a investimentos, facilitando e agilizando a operação de instalação de parques fabris. Isto se soma aos créditos abundantes e a juros atraentes. Uma dessas linhas de crédito fácil é o Fundo Constitucional do Nordeste (FNE), operado pelo Banco do Nordeste com taxas competitivas.

De acordo com o Portal do Governo do Estado do Piauí (2014) através de incentivos legais, o estado atraiu investimentos de quase R\$400 milhões em dois anos. Cerca de 48 empresas foram apoiadas com descontos em impostos, redução da carga tributária e apoio estrutural. De acordo com o relatório da Comissão de Incentivos Fiscais do Estado, somente no ano de 2012, 33 empresas foram incentivadas e investiram mais de R\$189 milhões no estado. No primeiro semestre de 2013, as 15 novas empresas implantadas investiram mais de R\$182 milhões. Multinacionais e empresas estrangeiras sinalizam o interesse em instalar-se no Piauí; para isso, o governo estadual busca assegurar condições de infraestrutura para o escoamento do

que é produzido com a construção de estradas, ferrovias e aeroportos.

Atualmente, os eventos estão atraindo turistas das regiões vizinhas para a capital piauiense. Um exemplo disto foi o resgate do carnaval de rua, intitulado pela população como “corso” que, no ano de 2012, entrou para o livro dos recordes como o maior desfile de carros enfeitados do mundo. Nos períodos de baixa estação, Teresina assiste a uma verdadeira maratona em busca de centros de convenções e auditórios. Na Tabela 4.2 a seguir, pode-se perceber a demanda turística da cidade de Teresina, capital do Piauí:

Tabela 4.2 Demanda Turística da Cidade de Teresina-PI

| Procedência dos Turistas | Quantidade | Percentual |
|--------------------------|------------|------------|
| Nacional | 959 | 98,9 |
| Estrangeiro | 11 | 1,1 |
| Estados brasileiros | | |
| Piauí | 249 | 26,0 |
| Ceará | 126 | 13,2 |

| Demanda por Local de Hospedagem | Quantidade | Percentual |
|---------------------------------|------------|------------|
| Rede hoteleira | 495 | 51,0 |
| Rede extra-hoteleira | 475 | 49,0 |

| Perfil dos Turistas Entrevistados | Quantidade | Percentual |
|--|------------|------------|
| Sexo: Masculino | 592 | 61,0 |
| Faixa etária predominante: 26 a 35 anos | 346 | 35,7 |
| Estado civil: Casado | 494 | 50,9 |
| Nível de sociabilidade: Viajando desacompanhado | 688 | 70,9 |
| Ocupação principal | | |
| Profissional liberal | 208 | 21,4 |
| Funcionário público | 153 | 15,8 |

| Informações Econômico-financeiras | Valor (R\$) |
|-----------------------------------|-------------|
| Gasto aproximado na localidade | 651,40 |
| Gasto per capita | 496,26 |
| Renda média dos entrevistados | 4.037,53 |

| Motivação e Atrativo da Viagem | Percentual |
|--------------------------------|------------|
| Negócios | 45,6 |
| Visita a parentes/amigos | 20,5 |

Fonte: Fundação CEPRO (2013)

Com as informações supracitadas, percebe-se que o turismo de negócios e eventos tem-se destacado na capital teresinense, sendo reconhecido por 45,6% dos entrevistados. Outro detalhe que pode ser percebido diz respeito ao perfil dos turistas que, em sua maioria, são homens casados na faixa etária compreendida entre 26 e 35 anos que viajam desacompanhados. Sobre as informações econômico-financeiras, o gasto aproximado durante a estada na localidade foi de R\$ 651,40, sendo que o gasto por turista foi de R\$ 496,26, e a renda média dos entrevistados foi de R\$ 4.037,53.

Segundo o Ministério do Turismo (2006, p. 45), este compreende “o conjunto de atividades turísticas decorrentes dos encontros de interesse profissional, associativo, institucional, de caráter comercial, promocional, técnico, científico e social”. E, como características do turismo de negócios e eventos, o Ministério do Turismo (2006, p. 47) destaca a oportunidade dos períodos sazonais em que há o equilíbrio entre a oferta e a demanda anual, já que independe das condições do clima e do período de férias escolares. Considera o tipo altamente rentável, pois o turista de negócios e eventos apresenta um gasto médio maior que o turista de lazer já que o primeiro retorna com mais frequência e com tempo de permanência no destino maior. Outra característica seria que os eventos e atividades voltados para o negócio funcionam como ferramenta de marketing para o local, estimulando o retorno do turista que pode inclusive retornar a lazer ou até mesmo divulgar para outras pessoas que tenham interesse em conhecer o destino. As atividades de outros segmentos turísticos são estimuladas com as visitas realizadas pelos turistas em seu tempo livre, no período que antecede o evento ou após, como também em retornos futuros com familiares e amigos. Ainda existe a possibilidade de interiorização da atividade turística, pois pode ser realizada em cidades menores que apresentem a estrutura necessária para a realização de tais eventos, reuniões e visitas de negócio.

O turista da cidade de Teresina é, em sua maioria, brasileiro, nordestino, do sexo masculino, casado, que é atraído por negócios na cidade e hospeda-se em casa de amigos e parentes. De forma mais detalhada, pode-se visualizar na Tabela 4.3 a seguir:

Tabela 4.3 Perfil dos Turistas

| Aspectos Pessoais | Rede Hoteleira (%) | Rede Extra-Hoteleira (%) | Quantidade | Geral (%) |
|--|--------------------|--------------------------|------------|--------------|
| Sexo | 100,0 | 100,0 | 877 | 100,0 |
| Masculino | 68,6 | 45,0 | 459 | 52,3 |
| Feminino | 31,4 | 55,0 | 418 | 47,7 |
| Faixa Etária | 100,0 | 100,0 | 877 | 100,0 |
| Até 17 Anos | 1,1 | 4,1 | 28 | 3,2 |
| 18 a 25 Anos | 7,4 | 17,3 | 125 | 14,3 |
| 26 a 35 Anos | 32,5 | 28,1 | 258 | 29,4 |
| 36 a 50 Anos | 38,3 | 33,3 | 306 | 34,9 |
| 51 a 65 Anos | 14,8 | 12,2 | 114 | 13,0 |
| Acima de 65 Anos | 5,9 | 5,0 | 46 | 2,2 |
| Nível de Escolaridade | 100,0 | 100,0 | 877 | 100,0 |
| Fundamental | 5,9 | 11,9 | 88 | 10,0 |
| Médio | 17,3 | 38,9 | 283 | 32,3 |
| Técnico | 1,5 | 1,5 | 13 | 1,5 |
| Superior | 52,1 | 37,6 | 369 | 42,1 |
| Pós-Graduação | 20,7 | 8,6 | 108 | 12,4 |
| Outros | 2,5 | 1,5 | 16 | 1,7 |
| Estado Civil | 100,0 | 100,0 | 877 | 100,0 |
| Casado | 60,9 | 48,9 | 461 | 52,6 |
| Solteiro | 28,4 | 42,2 | 333 | 38,0 |
| Separado | 7,0 | 5,1 | 50 | 5,7 |
| Viúvo | 1,8 | 2,6 | 21 | 2,4 |
| Outros | 1,8 | 1,2 | 12 | 1,4 |
| Nível de Sociabilidade | 100,0 | 100,0 | 877 | 100,0 |
| Viajando Desacompanhado | 71,3 | 54,8 | 525 | 59,9 |
| Com a Família | 17,7 | 38,1 | 279 | 31,8 |
| Com Amigos | 10,3 | 6,9 | 70 | 8,0 |
| Em Excursão | 0,7 | 0,2 | 3 | 0,3 |
| Número Médio de Pessoas que Viajavam com o Entrevistado | 1,9 | 1,8 | 877 | 1,8 |

Fonte: Fundação CEPRO (2013)

De acordo com a tabela acima, percebem-se algumas características dos turistas que estiveram na cidade de Teresina. Constatou-se que prevaleceu o sexo masculino, com 52,3% dos entrevistados pela Fundação CEPRO. Destes, 34,9% tinham entre 36 e 50 anos. Sobre o nível de escolaridade, destacou-se o nível superior com 42,1%. Quanto ao estado civil, 52,6%

são casados e 38,0%, solteiros. Um detalhe interessante é que, dos turistas que se hospedaram na rede hoteleira, 71,3% viajavam desacompanhados, enquanto, entre os que preferiram a rede extra-hoteleira, o percentual foi de 54,8%,

Apesar da distância que possui da região do litoral e do clima quente, Teresina destaca-se pela hospitalidade, gastronomia, bons shoppings e espaços para receber congressos e convenções. Mesmo assim, fazendo um comparativo com outras capitais nordestinas, ainda há muito para ser feito, pois falta uma política mais agressiva para incluir a região nos pacotes profissionais, para induzir os empresários do setor a estabelecerem as suas tarifas e preços de pacotes a serem comercializados nos centros emissores (Barros, 2014).

Barros (2014) menciona que, para reverter as dificuldades, é preciso planejar a organização da oferta, principalmente a modernização das estruturas executivas do setor público. É necessário, por exemplo, um levantamento completo do espaço turístico, para que se identifiquem os atrativos naturais e culturais, os acontecimentos regionais e a situação da infraestrutura. Além disto, deve-se acrescentar uma análise de demanda para avaliar o perfil da oferta local e quem são seus consumidores, diagnosticar e definir estratégias, programas, projetos e atividades necessários à organização do produto turístico.

Fernandes et al (2014, p. 185) mencionam que, no processo de implantação e implementação do turismo em uma dada região, a atuação do Estado torna-se indispensável. Cabe a ele, enquanto gestor do turismo, elaborar, regulamentar e desempenhar medidas/políticas no sentido de desenvolver a atividade turística de uma forma sustentável de modo que venha a ser um vetor do desenvolvimento

Entre as áreas de envolvimento do setor público na promoção do turismo estão: elaborar e coordenar políticas de turismo com objetivo de transformar os interesses individuais de cada agente do turismo em interesses coletivos; planejar a atividade turística; estabelecer leis, decretos e resoluções de normas codificadas no direito, com vistas a uma organização turística; atuar como empresário do turismo, quando a iniciativa privada se nega a exercer esta função; incentivar a iniciativa privada, através de financiamento, de modo que este venha a ser um vetor do desenvolvimento através de incentivos fiscais, etc.; atuar como promotor do turismo social; cuidar da promoção/divulgação do produto turístico na localidade emissora de turista; realizar investimento em infraestrutura básica e recursos humanos; preparar a comunidade e os empresários para o turismo, procurando envolvê-los no processo de implantação e implementação desta atividade; criar condições para que o turismo estabeleça interfaces com outros setores da economia; fornecer serviços de informações turísticas; atuar nas relações exteriores com outros países, com a celebração de convênios para o fomento do turismo; promover, juntamente com a iniciativa privada, ações voltadas para a ocupação da infraestrutura turística (Fernandes et al, 2014, p. 185).

4.2.1.1 Estratégias do Governo no Desenvolvimento do Turismo Sustentável

O ICMS Ecológico é uma política ambiental iniciada na década de 90 de forma pioneira no estado do Paraná e, aos poucos, outros entes federativos foram implementando em seus respectivos ordenamentos jurídicos. Como instrumento de gestão ambiental, o ICMS (Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação) instala o critério da redistribuição do tributo, permitindo ao Estado influir no processo de desenvolvimento sustentável.

Sobre a redistribuição do ICMS Ecológico, Nunes (2014, p. 8) afirma que é “como um mecanismo de revitalização dos espaços públicos geridos pela União, estados e Municípios nas áreas de cultura, meio ambiente, educação e saúde”.

A Constituição Federal do Brasil (Brasil, 1988) determina que 75% do ICMS sejam destinados ao Estado para sua manutenção e investimentos, e 25% sejam repassados aos municípios conforme o art. 158, a seguir:

IV – vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação. Parágrafo único - As parcelas de receita pertencente aos Municípios, mencionadas no inciso IV, serão creditadas conforme os seguintes critérios: I- três quartos, no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizados em seus territórios; II - até um quarto, de acordo com o que dispuser lei estadual ou, no caso dos Territórios, lei federal (Brasil, 1988).

Contudo, o ICMS ecológico parte da premissa de que, para que seja feita a redistribuição, torna-se essencial elencar alguns critérios, como, por exemplo: ações de proteção e conservação ambiental, usinas de tratamento de lixo e esgoto, determinação de aterros sanitários e outras. Se um determinado município fez um investimento na preservação ambiental de um parque, os recursos serão devolvidos pelo Estado com acréscimos significativos para novos investimentos.

A criação da lei do ICMS Ecológico no Piauí veio pela experiência positiva dos outros estados que já possuem tal dispositivo. Com o apoio dos gestores públicos, foi promulgada a lei n.º 5.813, em 3 de dezembro de 2008, e, posteriormente, o Decreto nº 14.861/2012, aprovado pelo estado do Piauí em substituição ao Decreto nº 14.348/2010, que dispõe sobre a figura do Selo Ambiental em três categorias: A, B ou C. A classificação deve ocorrer conforme o número de itens atendidos num total de nove requisitos, exemplificando: a gestão de resíduos, a proteção

de mananciais, redução do desflorestamento, identificação e minimização de fontes de contaminação, política municipal de meio ambiente, dentre outras. Além disso, coloca, como condição obrigatória, a criação de um Conselho Municipal de Meio Ambiente (ALEPI, 2014).

As políticas públicas de desenvolvimento do turismo, ainda que não explicitadas na legislação supracitada, estão contempladas na finalidade de destinação dos recursos recebidos pelos municípios que se adequarem ao que foi estabelecido, pois o ICMS Ecológico possibilita o desenvolvimento do ecoturismo que, por sua vez, pode ser uma alternativa de desenvolvimento econômico e sustentável. Esse imposto ainda proporciona a geração de renda, empregos, a preservação e conservação de recursos e da qualidade do meio ambiente. Contudo, apesar da legislação vigente, o estado do Piauí ainda não possui tabelas de recursos do ICMS Ecológico para que haja o devido repasse aos municípios.

A adoção do ICMS Ecológico ultrapassou a barreira dos impasses políticos e foi implantado em dezesseis estados brasileiros, porém um deles teve a lei considerada inconstitucional (Medeiros, 2014, p. 12).

O estado a que o parágrafo anterior faz referência é o da Paraíba onde recentemente seu Tribunal de Justiça considerou a Lei do ICMS Ecológico inconstitucional devido à incompatibilidade da norma questionada com a Constituição do estado e determinou a suspensão dos efeitos da Lei nº 9.600/2011.

Mesmo com esse pequeno contratempo jurídico, no que diz respeito ao repasse do ICMS Ecológico e à possibilidade dos outros estados também impetrarem uma ação direta de inconstitucionalidade, o município de Teresina, por meio de seus gestores e das organizações não governamentais, possui uma preocupação com a preservação ambiental. Prova disto é que, recentemente, o prefeito de Teresina sancionou o projeto de lei nº 159/2013, mais conhecido como Programa Lixo Zero que prevê a aplicação de multas aos indivíduos que sujarem as vias e logradouros públicos. A lei em questão foi elaborada de forma semelhante à que foi implantada na cidade do Rio de Janeiro (RJ).

Fazendo cumprir uma das ações da Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei Federal nº 12.305/2010, que visualiza a reciclagem como a ação privilegiada na recuperação de matérias-primas que seriam retiradas da natureza de outro modo, uma empresa foi contratada pelo município em estudo para ser responsável pela coleta de lixo. Desta forma, reorganizou os Postos de Entrega Voluntária de descartes dos resíduos de Teresina que foram reestruturados e instalados em pontos estratégicos da cidade para que a população teresinense pudesse fazer a destinação adequada do lixo. A ação, além de beneficiar o meio ambiente, gera renda para 18

(dezoito) famílias do movimento Emaús Trapeiros, uma organização não governamental que trabalha com a recuperação de objetos usados e com a reciclagem. Dentro das ações da ONG está a implantação de um projeto de coleta seletiva nas residências da cidade, inicialmente em um bairro próximo à sede do movimento. Ações, como as que foram descritas, contribuem para que os materiais recicláveis sejam processados de forma correta ajudando a desaceleração do esgotamento dos recursos naturais.

Sousa (2008, p. 98) menciona que a cidade de Teresina foi contemplada nos planos estratégicos de desenvolvimento da atividade turística no estado do Piauí, mas sua inserção nesses planos acontece de forma incipiente. Isso provoca o não aproveitamento do seu potencial nos diversos segmentos da atividade turística, por falta de políticas públicas e planejamento destinados ao desenvolvimento e promoção do turismo e, muitas vezes, pela falta de interesse das agências e operadoras de turismo em promover e vender produtos de turismo voltados para a cidade.

Contudo, percebe-se uma inclinação do município para a reciclagem, o que pode contribuir para o desenvolvimento do ecoturismo de forma sustentável na região que fica às margens dos rios Poti e Parnaíba. Vale a pena ressaltar que Teresina é conhecida como Cidade Verde por ser repleta de árvores ao longo de suas ruas e avenidas, além de parques ambientais espalhados em diversas regiões da cidade, como a Floresta Fóssil situada na zona leste da capital às margens do Rio Poti, que se destaca por possuir restos de troncos fossilizados de espécies que existiram na Era Paleozóica, ou seja, antes mesmo dos dinossauros. Muitos estão em posição vertical, como em vida, o que é extremamente raro. Além disso, é o único sítio paleontológico no mundo dentro de uma área urbana. Atualmente, pela falta de gestão, o local está sendo usado como depósito de lixo e estacionamento e ainda se tornou alvo de vândalos. Com isto, percebe-se que, apesar da reciclagem possuir sua devida contribuição, ela não pode ser a única estratégia para o desenvolvimento do turismo de forma sustentável.

4.2.1.1.1 Estudos Governamentais sobre a Hidrovia do Parnaíba

Segundo a AHINOR/Administração das Hidrovias do Nordeste (2014), a Hidrovia do Parnaíba serve, principalmente, para o transporte de cargas de interesse regional, com uma extensão aproximada de 1600 km, sendo composta pelos rios Parnaíba e Balsas. Com grande potencial para o escoamento de grãos produzidos nas fronteiras agrícolas em sua área de influência, essa hidrovia depende da implantação de sistema de sinalização, balizamento e do

término do sistema de transposição de desnível da barragem de Boa Esperança. As obras das eclusas encontram-se paralisadas desde 1982, estando 90% das obras civis executadas. A navegação no rio Parnaíba apresenta alguns obstáculos, como, por exemplo, os bancos de areia e alguns afloramentos rochosos, além da erosão que vem se processando em suas margens e da intensidade do processo de assoreamento. Já o rio Balsas pode ser navegado por embarcações pequenas, de sua foz no rio Parnaíba até a cidade de Balsas, situada no estado do Maranhão.

Dentro do contexto histórico e econômico da região, a hidrovia transportava, no século XVIII, babaçu, carnaúba e gado. Com o crescimento populacional e o desenvolvimento econômico, em 1858, houve a criação da Companhia de Navegação a Vapor. Na época, exportavam a cera de carnaúba, amêndoas de babaçu, tucum, mamona, algodão, couros, jaborandi, charque e outros produtos; e importavam tecidos, roupas, calçados, armas, munições, louças, medicamentos, tintas, sabão, bebidas, artigos de escritório e armarinho, açúcar, café, cimento etc. A navegação no Parnaíba chegou ao auge em 1911 com a ampliação da área navegada, ligando as cidades de Floriano a Santa Filomena. Os fatores que ocasionaram o declínio da navegação no rio Parnaíba foram a política governamental de incentivo ao transporte rodoviário, além da perda da competitividade dos produtos de exportação baseados principalmente no extrativismo vegetal e derivados da carne bovina.

Atualmente, a região do sul do estado do Piauí destaca-se pela produção da soja e o rio Parnaíba configura-se como uma possível via de escoamento dessa carga até os portos marítimos. A utilização da hidrovia, para o transporte de cargas e passageiros, utilizando-se conexões intermodais, estimularia o turismo de forma sustentável, tendo em vista que a utilização das hidrovias tem menor custo logístico. Seu uso reduz o valor do frete, obtendo-se preços menores para o consumidor final, bem como preços mais competitivos perante o mercado internacional e, além disso, é uma atividade ecologicamente correta. Porém, com as obras da barragem de Boa Esperança paralisadas, inviabiliza-se a utilização do rio para o transporte de cargas e passageiros. O argumento, na época da paralização, foi a falta de viabilidade econômica do empreendimento.

Diante do contexto supracitado e exposto em audiência pública pela AHINOR, realizaram-se estudos de viabilidade técnico-econômica e ambiental com alternativas para implantação da hidrovia do Parnaíba. Dentro do levantamento feito pelo órgão sobre o fluxo de cargas e aspectos operacionais da produção agrícola, mineral e industrial na área de influência da hidrovia, estima-se em 10 milhões de toneladas/ano, sendo a soja, o milho, calcário, milho e fertilizantes os principais produtos. Todos eles, atualmente, são transportados pelas rodovias

que possuem uma infraestrutura deficiente e um custo logístico relativamente elevado. No entanto, para a utilização da hidrovia, o mesmo estudo de viabilidade apontou a necessidade da construção de eclusas, da sinalização e do balizamento, além de um levantamento minucioso dos investimentos a serem realizados.

A hidrovia possibilitará o escoamento de *commodities* para outras regiões do Brasil e exportação para vários países, por meio de alternativas de rotas intermodais, utilizando a interconexão com as rodovias e ferrovias e com os terminais portuários de Itaqui, localizado no estado do Maranhão, e de Pecém no Ceará.

O estudo apontou também, como consequências da hidrovia do Parnaíba, o desenvolvimento socioeconômico, a minimização da degradação ambiental, a recuperação do curso do rio e a preservação das margens, além da transformação da soja brasileira em uma das mais competitivas do mundo devido à posição geoestratégica. Além disto, percebe-se uma consequência que favorecerá o desenvolvimento do turismo na região: uma alternativa a mais de deslocamento de turistas a um custo baixo.

Outro estudo recente, realizado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), apontou a existência de um crescimento elevado do potencial de cargas para a área de influência do rio de 2015 a 2025; crescimento da produção agrícola entre os estados banhados pelo rio Parnaíba, o que pode modificar a condição histórica de pobreza verificada na região; a produção de *commodities*, voltada ao mercado externo, que pode alavancar a economia regional, gerando emprego e renda e, em um contexto mais amplo, ajudar a promover o desenvolvimento socioeconômico.

É notório que os desafios para implantação do complexo hidroviário do Parnaíba são enormes, considerando as questões de infraestrutura necessárias para sua viabilização, como finalização do sistema de transposição da barragem de Boa Esperança, dragagem, sinalização, balizamento, entre outros investimentos.

Ambos os estudos apontam os benefícios logísticos, mas não visualizam algo facilmente perceptível, que é a alavancagem do ecoturismo na região da hidrovia. Esse é mais um motivo para os governantes disponibilizarem os recursos necessários para o desenvolvimento da região em estudo.

Com isto, percebe-se que quanto maior for o grau de interesse do governo estadual e municipal, maior será o desenvolvimento do turismo de forma sustentável, alavancando a economia da região. As políticas públicas evidenciam o interesse do governo em desenvolver a região estudada, contudo resta saber se isto é percebido pela população local e pelas empresas

hoteleiras.

4.2.2 População Local e o Turismo Sustentável

Para uma melhor percepção acerca do que a população local conhece sobre turismo sustentável, foi aplicado um questionário entre os dias 16 e 23 de outubro de 2014, na cidade de Teresina. Foram distribuídos em instituições de ensino públicas e uma particular, contemplando as zonas leste e sudeste. O centro da cidade também foi agraciado com a aplicação dos questionários em um órgão público, uma empresa privada e uma escola particular. Um bairro mais afastado da região central e dois prédios residenciais também fizeram parte da amostra. Como o universo estatístico é considerável, também foi necessário coletar as informações por meio do google docs. Sendo assim, foram distribuídos 881 questionários, dos quais 49 foram invalidados devido à residência dos respondentes não se situar na cidade em estudo; outros 19 questionários foram invalidados devido aos respondentes não terem assinalado todas as alternativas. Desta forma, a pesquisa totalizou 813 questionários válidos. Nas tabelas e figuras a seguir, pode-se visualizar, com precisão, o Perfil dos Respondentes:

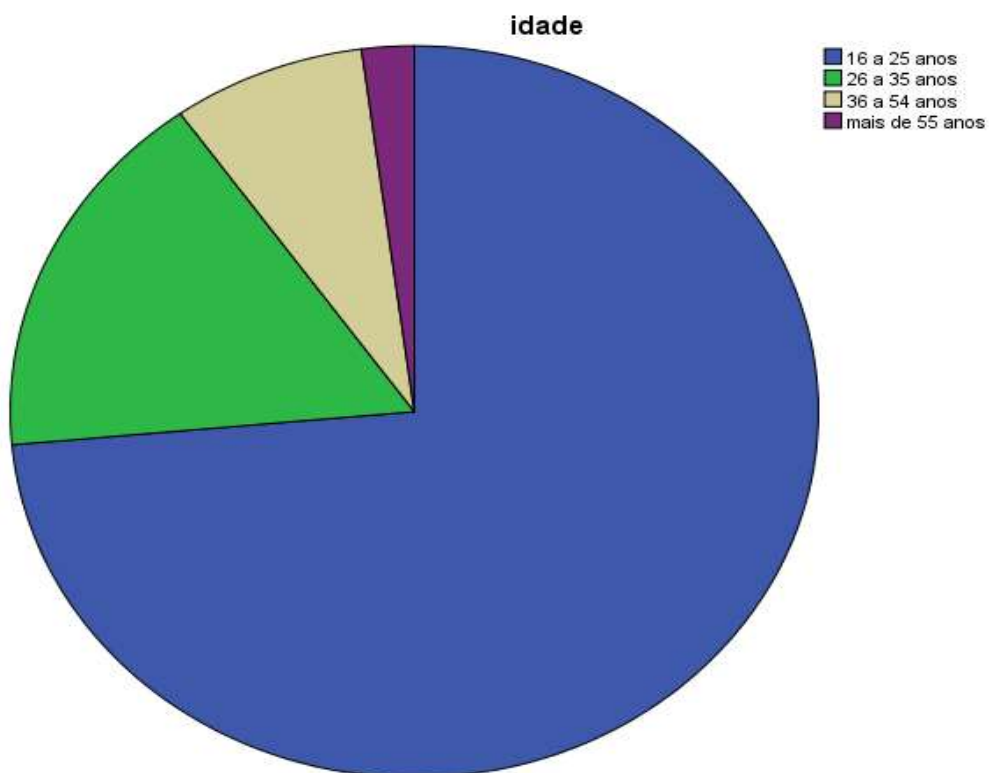
Tabela 4.4 Idade dos respondentes

| | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
|---------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido 16 a 25 anos | 598 | 73,6 | 73,6 | 73,6 |
| 26 a 35 anos | 135 | 16,6 | 16,6 | 90,2 |
| 36 a 54 anos | 63 | 7,7 | 7,7 | 97,9 |
| Mais de 55 anos | 17 | 2,1 | 2,1 | 100,0 |
| Total | 813 | 100,0 | 100,0 | |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Conforme dados coletados, 73,6% dos respondentes que compunham a população local eram jovens entre 16 e 25 anos, enquanto 16,6% assinalaram ter entre 26 e 35 anos. O perfil foi composto mais por jovens devido ao fato de o questionário ter sido aplicado com mais aceitabilidade no âmbito escolar e acadêmico. Com base nas informações que compuseram a Tabela 4.4, constituiu-se a Figura 4.5 a seguir:

Figura 4.5 Idade dos Respondentes



Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Com relação ao gênero, foi elaborada a Tabela 4.6 a seguir:

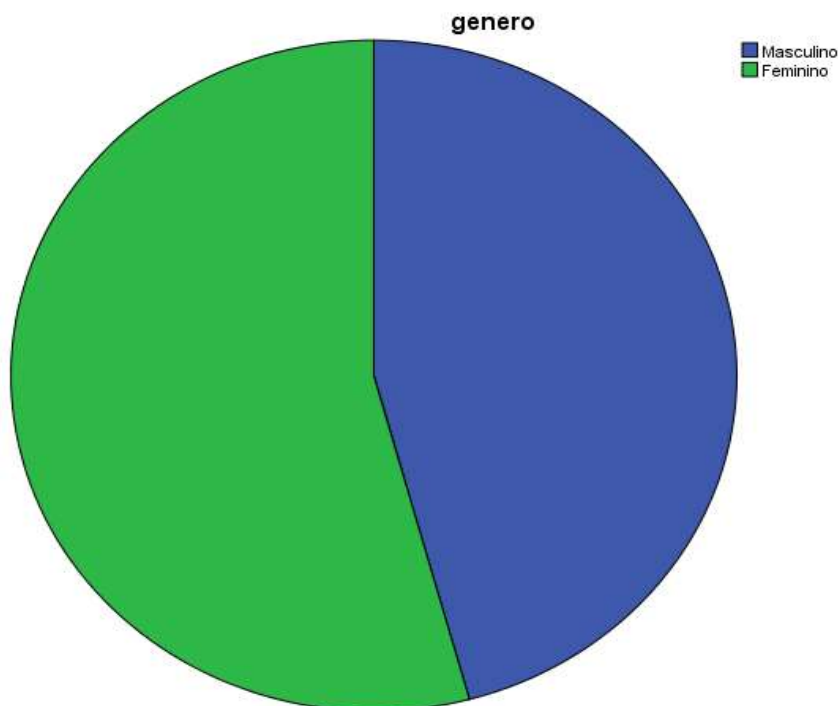
Tabela 4.6 Gênero

| | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
|------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido Masculino | 372 | 45,8 | 45,8 | 45,8 |
| Feminino | 441 | 54,2 | 54,2 | 100,0 |
| Total | 813 | 100,0 | 100,0 | |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Dos 813 questionários respondidos, 441 respondentes eram do sexo feminino e 372, do sexo masculino, perfazendo uma porcentagem de 54,2% e 45,8%, respectivamente. Com as informações supracitadas, elaborou-se a Figura 4.7 a seguir:

Figura 4.7 Gênero



Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

No que diz respeito ao grau de instrução do respondente, veja a tabela a seguir:

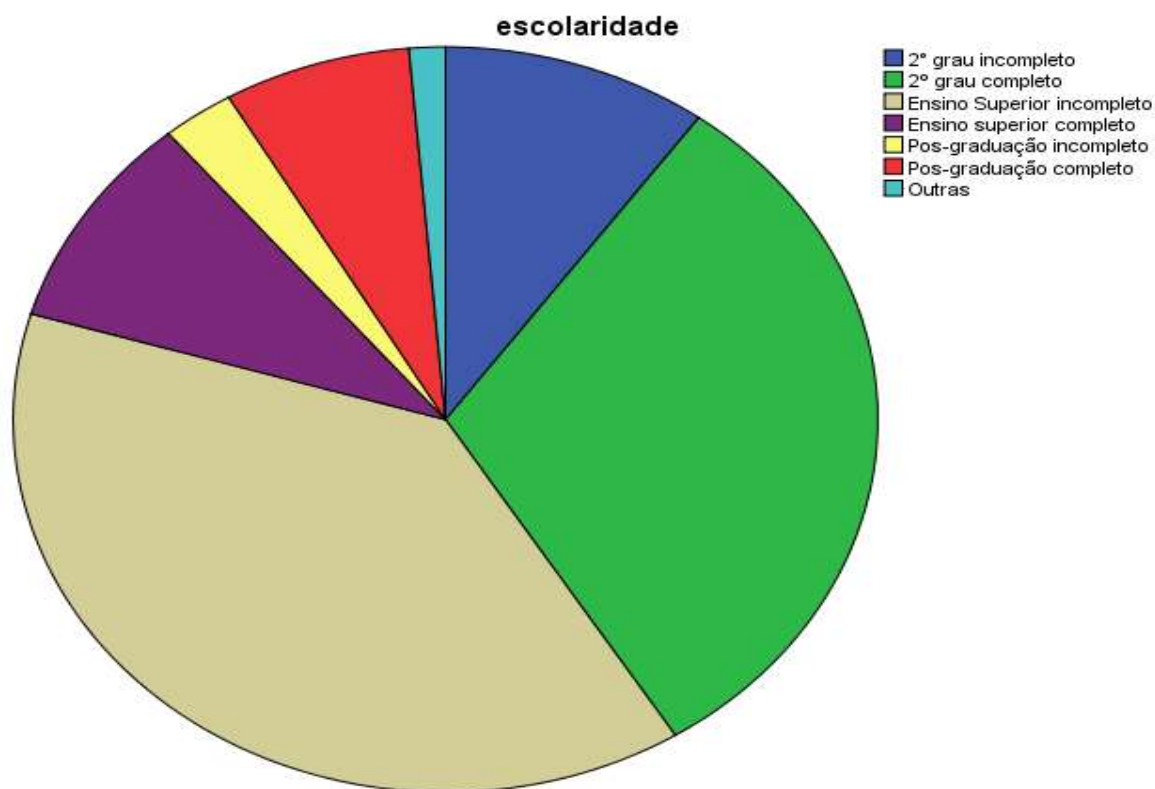
Tabela 4.8 Escolaridade

| | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
|--------------------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido Ensino Médio incompleto | 81 | 10,0 | 10,0 | 10,0 |
| Ensino Médio completo | 253 | 31,1 | 31,1 | 41,1 |
| Ensino Superior incompleto | 313 | 38,5 | 38,5 | 79,6 |
| Ensino superior completo | 76 | 9,3 | 9,3 | 88,9 |
| Pós-graduação incompleto | 22 | 2,7 | 2,7 | 91,6 |
| Pós-graduação completo | 57 | 7,0 | 7,0 | 98,6 |
| Outras | 11 | 1,4 | 1,4 | 100,0 |
| Total | 813 | 100,0 | 100,0 | |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Dos 813 questionários aplicados, 38,5% das pessoas abordadas responderam que ainda estavam frequentando um curso superior e 31,1% disseram ter concluído o Ensino Médio. Logo em seguida, visualizando a coluna das porcentagens: Ensino Médio incompleto com 10%, Ensino Superior completo com 9,3%, Pós-Graduação completo com 7%, Pós-Graduação incompleto com 2,7% e Outras com 1,4% da amostra. Sendo assim, reafirma-se que grande parte da pesquisa foi aplicada no meio acadêmico e escolar, por isto a frequência entre os que já completaram o Ensino Médio e os que estão concluindo o curso superior com relação às outras assertivas foi maior. Para uma melhor visualização dos dados coletados, veja-se a Figura 4.9:

Figura 4.9 Escolaridade



Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Com relação ao setor de atuação profissional dos respondentes, foi elaborada a tabela a seguir:

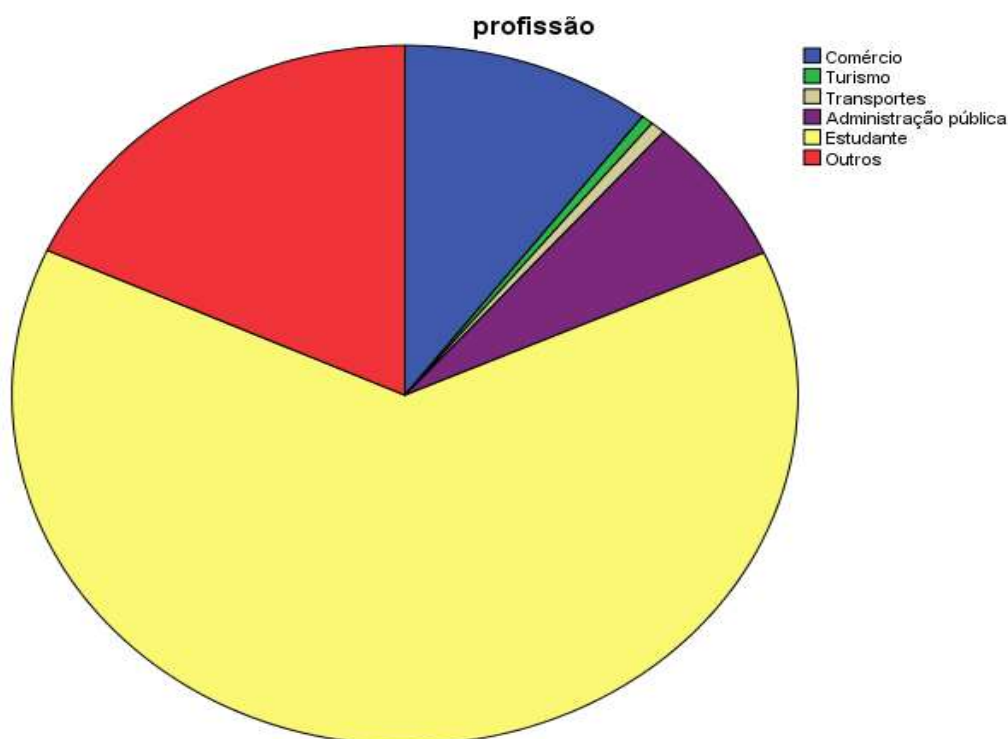
Tabela 4.10 Profissão

| | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
|-----------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido Comércio | 84 | 10,3 | 10,3 | 10,3 |
| Turismo | 4 | ,5 | ,5 | 10,8 |
| Transportes | 5 | ,6 | ,6 | 11,4 |
| Administração Pública | 56 | 6,9 | 6,9 | 18,3 |
| Estudante | 516 | 63,5 | 63,5 | 81,8 |
| Outros | 148 | 18,2 | 18,2 | 100,0 |
| Total | 813 | 100,0 | 100,0 | |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Mais uma vez, 516 dos respondentes, ou seja, 63,5% da amostra válida foi de estudantes. Em seguida, visualizam-se outros setores de atuação profissional com 18,2%; Comércio com 10,3%; Administração Pública com 6,9%; Transportes com 0,6%; e Turismo com 0,5%. Vale a pena frisar que uma parcela dos universitários que compõem os 63,5% dos respondentes exerce outras atividades, além da universidade.

Figura 4.11 Profissão



Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Sobre a percepção dos entrevistados quanto ao desenvolvimento sustentável, foi elaborada a tabela a seguir:

Tabela 4.12 O que impede o desenvolvimento sustentável é a falta de incentivo do poder público.

| | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
|---------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | | | | |
| Discordo totalmente | 11 | 1,4 | 1,4 | 1,4 |
| Discordo | 73 | 9,0 | 9,0 | 10,3 |
| Indiferente | 36 | 4,4 | 4,4 | 14,8 |
| Concordo | 510 | 62,7 | 62,7 | 77,5 |
| Concordo totalmente | 183 | 22,5 | 22,5 | 100,0 |
| Total | 813 | 100,0 | 100,0 | |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Analisando os dados supracitados, percebe-se que 62,7% dos respondentes concordaram que, para haver desenvolvimento sustentável, o poder público deve ser mais presente. Já foi constatado que existem políticas públicas que evidenciam o interesse do governo em desenvolver, de forma sustentável, a região estudada, mas, para a população local, ainda não é o suficiente.

Tabela 4.13 A falta de dinamismo das empresas impede o desenvolvimento sustentável.

| | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
|---------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | | | | |
| Discordo totalmente | 3 | ,4 | ,4 | ,4 |
| Discordo | 43 | 5,3 | 5,3 | 5,7 |
| Indiferente | 78 | 9,6 | 9,6 | 15,3 |
| Concordo | 540 | 66,4 | 66,4 | 81,7 |
| Concordo totalmente | 149 | 18,3 | 18,3 | 100,0 |
| Total | 813 | 100,0 | 100,0 | |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

O mesmo acontece quando o foco muda para as empresas, pois 66,4% da amostra válida afirmaram que a falta de dinamismo das organizações empresariais impede o desenvolvimento sustentável.

No que diz respeito à percepção dos entrevistados sobre o meio ambiente, foram elaboradas as tabelas a seguir:

Tabela 4.14 O termo meio ambiente está associado a conservação da natureza.

| | | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
|--------|---------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Discordo totalmente | 14 | 1,7 | 1,7 | 1,7 |
| | Discordo | 84 | 10,3 | 10,3 | 12,1 |
| | Indiferente | 55 | 6,8 | 6,8 | 18,8 |
| | Concordo | 396 | 48,7 | 48,7 | 67,5 |
| | Concordo totalmente | 264 | 32,5 | 32,5 | 100,0 |
| | Total | 813 | 100,0 | 100,0 | |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Na Tabela 4.14, da amostra válida, 48,7% concordam que o termo meio ambiente está associado a conservação da natureza, vista como um instrumento usado para minimizar os impactos gerados pela degradação do meio ambiente visando manter os recursos naturais em condições adequadas para o uso das gerações vindouras. Entretanto, a conservação da natureza é divulgada de forma errônea pela mídia, de um modo geral, que, principalmente programas de televisão, o divulgam de uma forma simplista e com uma conotação preservacionista (Meneguzzo & Chaicouski, 2010).

Tabela 4.15 Consumir é mais importante do que preservar o meio ambiente.

| | | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
|--------|---------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Discordo totalmente | 336 | 41,3 | 41,3 | 41,3 |
| | Discordo | 377 | 46,4 | 46,4 | 87,7 |
| | Indiferente | 58 | 7,1 | 7,1 | 94,8 |
| | Concordo | 24 | 3,0 | 3,0 | 97,8 |
| | Concordo totalmente | 18 | 2,2 | 2,2 | 100,0 |
| | Total | 813 | 100,0 | 100,0 | |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Com relação ao consumo ser mais importante do que preservar a natureza, 41,3% discordaram totalmente e 46,4% discordaram. Isto comprova que, realmente, a população já visualiza um consumo mais consciente. Entretanto, o caminho para a mudança de um consumo predatório para um consumo responsável e consciente ainda é longo, pois a sociedade atual

ainda está influenciada pelo consumismo caracterizado pela aquisição de produtos e serviços além das necessidades reais.

Tabela 4.16 Costumo dialogar com os vizinhos sobre temas, como poluição do ar, dos rios, lixo etc.

| | | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
|---------|---------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Discordo totalmente | 53 | 6,5 | 6,5 | 6,5 |
| | Discordo | 126 | 15,5 | 15,5 | 22,0 |
| | Indiferente | 223 | 27,4 | 27,5 | 49,5 |
| | Concordo | 310 | 38,1 | 38,2 | 87,7 |
| | Concordo totalmente | 100 | 12,3 | 12,3 | 100,0 |
| | Total | 812 | 99,9 | 100,0 | |
| Ausente | Sistema | 1 | ,1 | | |
| Total | | 813 | 100,0 | | |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Em relação ao diálogo com os vizinhos sobre temas, como poluição do ar, dos rios, lixo etc., 38,1% concordaram, enquanto 27,4% mostraram-se indiferentes. Durante a aplicação dos questionários, percebeu-se que o diálogo estava mais associado à conscientização daqueles que por algum motivo estavam degradando o meio ambiente.

Tabela 4.17 Não poluir o ar e os rios, jogar o lixo no lugar certo, reciclagem, economia de água e luz contribuem para a preservação do meio ambiente.

| | | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
|--------|---------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Discordo totalmente | 8 | 1,0 | 1,0 | 1,0 |
| | Discordo | 5 | ,6 | ,6 | 1,6 |
| | Indiferente | 6 | ,7 | ,7 | 2,3 |
| | Concordo | 199 | 24,5 | 24,5 | 26,8 |
| | Concordo totalmente | 595 | 73,2 | 73,2 | 100,0 |
| | Total | 813 | 100,0 | 100,0 | |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

No que diz respeito às práticas sustentáveis contribuírem para a preservação do meio ambiente, as respostas foram as seguintes: da amostra apresentada como válida, 73,2% concordaram totalmente e 24,5% concordaram com a afirmativa. Isto vem confirmar que a população tem preocupação com a degradação ambiental. Quanto à percepção dos entrevistados sobre o turismo sustentável foram elaboradas as tabelas a seguir:

Tabela 4.18 O turismo constitui um fator de desenvolvimento na região.

| | | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
|---------|---------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Discordo totalmente | 8 | 1,0 | 1,0 | 1,0 |
| | Discordo | 30 | 3,7 | 3,7 | 4,7 |
| | Indiferente | 50 | 6,2 | 6,2 | 10,8 |
| | Concordo | 366 | 45,0 | 45,1 | 55,9 |
| | Concordo totalmente | 358 | 44,0 | 44,1 | 100,0 |
| | Total | 812 | 99,9 | 100,0 | |
| Ausente | Sistema | 1 | ,1 | | |
| Total | | 813 | 100,0 | | |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Sobre o turismo constituir um fator de desenvolvimento na região, 45% concordaram e 44% concordaram totalmente. Isto implica dizer que o turismo na região é visualizado pela população local como uma atividade que traz desenvolvimento para a localidade.

Tabela 4.19 O turismo, na região, pode ser explorado com mais afinco pelas partes envolvidas.

| | | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
|---------|---------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Discordo totalmente | 4 | ,5 | ,5 | ,5 |
| | Discordo | 21 | 2,6 | 2,6 | 3,1 |
| | Indiferente | 59 | 7,3 | 7,3 | 10,4 |
| | Concordo | 459 | 56,5 | 56,6 | 67,0 |
| | Concordo totalmente | 268 | 33,0 | 33,0 | 100,0 |
| | Total | 811 | 99,8 | 100,0 | |
| Ausente | Sistema | 2 | ,2 | | |
| Total | | 813 | 100,0 | | |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

No que diz respeito ao turismo na região ser explorado com mais afinco pelas partes envolvidas, 56,5% concordaram e 33% concordaram totalmente. Ou seja, mesmo o turismo já sendo considerado pela maior parte da população como fator de desenvolvimento, como foi visto na Tabela 4.18, ainda na concepção da população, a atividade em questão pode ser explorada pelas partes envolvidas com mais insistência.

Tabela 4.20 É favorável ao desenvolvimento de atividades turísticas na região de forma sustentável.

| | | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
|--------|---------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Discordo totalmente | 2 | ,2 | ,2 | ,2 |
| | Discordo | 9 | 1,1 | 1,1 | 1,4 |
| | Indiferente | 18 | 2,2 | 2,2 | 3,6 |
| | Concordo | 303 | 37,3 | 37,3 | 40,8 |
| | Concordo totalmente | 481 | 59,2 | 59,2 | 100,0 |
| | Total | 813 | 100,0 | 100,0 | |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Da amostra apresentada na tabela acima, 59,2% foram totalmente favoráveis ao desenvolvimento de atividades turísticas, na região, de forma sustentável. Isto desperta uma preocupação na população quanto ao desenvolvimento de atividades sustentáveis. Nesse contexto, o comportamento do consumidor exige das empresas a preservação dos recursos naturais, tendo em vista que a atividade empresarial contribui, de forma negativa, com a degradação do meio ambiente.

O consumo desenfreado de recursos naturais, como a água e a energia, a produção de resíduos orgânicos e inorgânicos e a ocupação de espaços naturais frágeis, constitui exemplo de impacto que pode ser prejudicial e que não contribui para o desenvolvimento do turismo de forma sustentável. As empresas turísticas, em especial a indústria hoteleira, devem observar que os recursos que elas consomem não são renováveis, prejudicando o funcionamento do serviço que prestam, caso se esgote.

Tabela 4.21 Considera que o turismo causa prejuízos para o meio ambiente em sua cidade.

| | | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
|---------|---------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Discordo totalmente | 144 | 17,7 | 17,7 | 17,7 |
| | Discordo | 359 | 44,2 | 44,2 | 61,9 |
| | Indiferente | 157 | 19,3 | 19,3 | 81,3 |
| | Concordo | 118 | 14,5 | 14,5 | 95,8 |
| | Concordo totalmente | 34 | 4,2 | 4,2 | 100,0 |
| | Total | 812 | 99,9 | 100,0 | |
| Ausente | Sistema | 1 | ,1 | | |
| Total | | 813 | 100,0 | | |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Já sobre os prejuízos que o turismo causa ao meio ambiente, 44% discordaram e 17,7% discordaram totalmente. Na percepção da população local, o turismo não causa prejuízos ao meio ambiente.

Lima (2008, p. 2), em sua pesquisa, afirma que os piauienses entrevistados indicaram que, do ponto de vista turístico, o Piauí pode tirar grande proveito do Delta do Parnaíba, das praias do litoral, da Serra da Capivara e do Parque Nacional de Sete Cidades. Neste sentido, percebe-se que a população, como um todo, acredita que o estado pode desenvolver seu potencial turístico, conforme as Tabelas 4.18 e 4.19. Com isto, observa-se que o turismo pode ter papel essencial no consumo sustentável, principalmente quando contribui para geração de renda sem degradar o meio ambiente, conforme a Tabela 4.20. Vale a pena ressaltar que os problemas locais influenciam diretamente sobre o turismo da região. Desta forma, os ambientes devem ser projetados em harmonia com a sociedade, para que a população possa ser beneficiada pelo turismo e não se tornar vítima dele.

O desenvolvimento sustentável do turismo, em particular, enfatiza a importância de considerar e respeitar os desejos e as necessidades da população local do destino turístico. O desenvolvimento do turismo geralmente não é um tema primário de administração pública e, portanto, só pode ser gerenciado eficazmente se todas as partes interessadas participarem do processo de tomada de decisão. As metas do desenvolvimento do turismo sustentável só podem ser alcançadas se as pessoas envolvidas no turismo agirem com planejamento e comprometimento, com a visão de turismo sustentável.

Com foco na média da amostra visualizada a seguir (Tabela 4.22), pode-se constatar que a população admitiu que não poluir o ar e os rios, jogar o lixo no lugar certo, fazer reciclagem, economia de água e luz contribuem para a preservação do meio ambiente (média: 4,68); é favorável ao desenvolvimento de atividades turísticas na região de forma sustentável (média: 4,54); O turismo constitui um fator de desenvolvimento na região (média: 4,28); e o turismo na região pode ser explorado com mais afinco pelas partes envolvidas (média: 4,19). A população acredita que consumir é mais importante do que preservar o meio ambiente (média: 1,78); e considera que o turismo causa prejuízos para o meio ambiente em sua cidade (média: 2,43).

Tabela 4.22 Estatísticas

| | N | | Média | Desvio Padrão | Variância |
|--|--------|---------|-------|---------------|-----------|
| | Válido | Ausente | | | |
| O que impede o desenvolvimento sustentável é a falta de incentivo do poder público. | 813 | 0 | 3,96 | ,866 | ,750 |
| A falta de dinamismo das empresas impede o desenvolvimento sustentável. | 813 | 0 | 3,97 | ,724 | ,524 |
| O termo meio ambiente está associado a conservação da natureza. | 813 | 0 | 4,00 | ,981 | ,962 |
| Consumir é mais importante do que preservar o meio ambiente. | 813 | 0 | 1,78 | ,870 | ,756 |
| Costumo dialogar com os vizinhos sobre temas, como poluição do ar, dos rios, lixo etc. | 812 | 1 | 3,34 | 1,084 | 1,175 |
| Não poluir o ar e os rios, jogar o lixo no lugar certo, reciclagem, economia de água e luz contribuem para a preservação do meio ambiente. | 813 | 0 | 4,68 | ,622 | ,387 |
| O turismo constitui um fator de desenvolvimento na região. | 812 | 1 | 4,28 | ,815 | ,664 |
| O turismo na região pode ser explorado com mais afinco pelas partes envolvidas. | 811 | 2 | 4,19 | ,718 | ,515 |
| É favorável ao desenvolvimento de atividades turísticas, na região, de forma sustentável. | 813 | 0 | 4,54 | ,624 | ,389 |
| Considera que o turismo causa prejuízos para o meio ambiente em sua cidade. | 812 | 1 | 2,43 | 1,069 | 1,143 |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Diante do exposto, faz-se necessário cruzar as informações pertinentes do perfil do respondente com a sua percepção sobre o desenvolvimento sustentável, meio ambiente e turismo sustentável.

Tabela 4.23 Tabulação Cruzada: Idade versus O que impede o desenvolvimento sustentável é a falta de incentivo do poder público.

| | | | O que impede o desenvolvimento sustentável é a falta de incentivo do poder público. | | | | | Total |
|-------|-----------------|------------|---|----------|-------------|----------|---------------------|-------|
| | | | Discordo totalmente | Discordo | Indiferente | Concordo | Concordo totalmente | |
| Idade | 16 a 25 anos | Contagem | 3 | 51 | 29 | 387 | 128 | 598 |
| | | % em idade | 0,5% | 8,5% | 4,8% | 64,7% | 21,4% | |
| | 26 a 35 anos | Contagem | 5 | 16 | 4 | 78 | 32 | 135 |
| | | % em idade | 3,7% | 11,9% | 3,0% | 57,8% | 23,7% | |
| | 36 a 54 anos | Contagem | 1 | 6 | 3 | 37 | 16 | 63 |
| | | % em idade | 1,6% | 9,5% | 4,8% | 58,7% | 25,4% | |
| | Mais de 55 anos | Contagem | 2 | 0 | 0 | 8 | 7 | 17 |
| | | % em idade | 11,8% | 0,0% | 0,0% | 47,1% | 41,2% | |
| Total | | Contagem | 11 | 73 | 36 | 510 | 183 | 813 |
| | | % em idade | 1,4% | 9,0% | 4,4% | 62,7% | 22,5% | |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Analisando a tabela supracitada, constata-se que, dos 62,7% respondentes que concordaram com a afirmativa, 64,7% encontravam-se na faixa etária que varia de 16 a 25 anos. Com isto, percebe-se que quanto mais jovem a população em estudo, mais ela adere à falta de incentivo do poder público quanto ao desenvolvimento sustentável.

Tabela 4.24 Tabulação Cruzada: Idade *versus* A falta de dinamismo das empresas impede o desenvolvimento sustentável.

| | | | A falta de dinamismo das empresas impede o desenvolvimento sustentável. | | | | | Total |
|-------|-----------------|------------|---|----------|-------------|----------|---------------------|--------|
| | | | Discordo totalmente | Discordo | Indiferente | Concordo | Concordo totalmente | |
| Idade | 16 a 25 anos | Contagem | 3 | 34 | 56 | 407 | 98 | 598 |
| | | % em idade | 0,5% | 5,7% | 9,4% | 68,1% | 16,4% | 100,0% |
| | 26 a 35 anos | Contagem | 0 | 9 | 13 | 81 | 32 | 135 |
| | | % em idade | 0,0% | 6,7% | 9,6% | 60,0% | 23,7% | 100,0% |
| | 36 a 54 anos | Contagem | 0 | 0 | 8 | 41 | 14 | 63 |
| | | % em idade | 0,0% | 0,0% | 12,7% | 65,1% | 22,2% | 100,0% |
| | Mais de 55 anos | Contagem | 0 | 0 | 1 | 11 | 5 | 17 |
| | | % em idade | 0,0% | 0,0% | 5,9% | 64,7% | 29,4% | 100,0% |
| Total | | Contagem | 3 | 43 | 78 | 540 | 149 | 813 |
| | | % em idade | 0,4% | 5,3% | 9,6% | 66,4% | 18,3% | 100,0% |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Correlacionando a idade com a falta de dinamismo das empresas com relação ao desenvolvimento sustentável, dos 66,4% que concordaram, todas as faixas etárias apresentadas variaram de 60% a 68,1%. Esta última porcentagem foi atribuída aos jovens com idade entre 16 e 25 anos. Observa-se, assim, que os jovens desta faixa etária, além de apontar a falta de incentivo do poder público quanto ao desenvolvimento sustentável, como foi percebido na tabela anterior, também concordaram com a falta de dinamismo das empresas situadas na região em estudo.

Tabela 4.25 Tabulação Cruzada: Idade versus O termo meio ambiente está associado a conservação da natureza.

| | | | O termo meio ambiente está associado a conservação da natureza. | | | | Total | |
|-------|-----------------|------------|---|----------|-------------|----------|-------|---------------------|
| | | | Discordo totalmente | Discordo | Indiferente | Concordo | | Concordo totalmente |
| Idade | 16 a 25 anos | Contagem | 10 | 66 | 41 | 299 | 182 | 598 |
| | | % em idade | 1,7% | 11,0% | 6,9% | 50,0% | 30,4% | 100,0% |
| | 26 a 35 anos | Contagem | 2 | 13 | 12 | 61 | 47 | 135 |
| | | % em idade | 1,5% | 9,6% | 8,9% | 45,2% | 34,8% | 100,0% |
| | 36 a 54 anos | Contagem | 2 | 3 | 1 | 30 | 27 | 63 |
| | | % em idade | 3,2% | 4,8% | 1,6% | 47,6% | 42,9% | 100,0% |
| | Mais de 55 anos | Contagem | 0 | 2 | 1 | 6 | 8 | 17 |
| | | % em idade | 0,0% | 11,8% | 5,9% | 35,3% | 47,1% | 100,0% |
| Total | | Contagem | 14 | 84 | 55 | 396 | 264 | 813 |
| | | % em idade | 1,7% | 10,3% | 6,8% | 48,7% | 32,5% | 100,0% |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

No que diz respeito ao termo meio ambiente estar associado à conservação da natureza, percebe-se que 48,7% da amostra concordaram com a assertiva, sendo que 50% encontravam-se na faixa etária que varia de 16 a 25 anos, perfazendo uma frequência de 299. Dos respondentes que concordaram totalmente com a afirmação, 47,1% estavam na faixa etária acima de 55 anos. Sendo assim, percebe-se que os percentuais mais elevados não se concentraram somente nos jovens de 16 a 25 anos, fato ocorrido nas tabelas anteriores a esta.

Tabela 4.26 Tabulação Cruzada: Idade versus Consumir é mais importante do que preservar o meio ambiente.

| | | | Consumir é mais importante do que preservar o meio ambiente. | | | | Total | |
|-------|-----------------|------------|--|----------|-------------|----------|-------|---------------------|
| | | | Discordo totalmente | Discordo | Indiferente | Concordo | | Concordo totalmente |
| Idade | 16 a 25 anos | Contagem | 248 | 274 | 42 | 19 | 15 | 598 |
| | | % em idade | 41,5% | 45,8% | 7,0% | 3,2% | 2,5% | 100,0% |
| | 26 a 35 anos | Contagem | 59 | 64 | 8 | 2 | 2 | 135 |
| | | % em idade | 43,7% | 47,4% | 5,9% | 1,5% | 1,5% | 100,0% |
| | 36 a 54 anos | Contagem | 23 | 32 | 6 | 1 | 1 | 63 |
| | | % em idade | 36,5% | 50,8% | 9,5% | 1,6% | 1,6% | 100,0% |
| | Mais de 55 anos | Contagem | 6 | 7 | 2 | 2 | 0 | 17 |
| | | % em idade | 35,3% | 41,2% | 11,8% | 11,8% | 0,0% | 100,0% |
| Total | | Contagem | 336 | 377 | 58 | 24 | 18 | 813 |
| | | % em idade | 41,3% | 46,4% | 7,1% | 3,0% | 2,2% | 100,0% |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Apesar de a frequência ser maior na faixa de 16 a 25 anos, o destaque da Tabela 4.26 vai para o percentual de 50,8% da amostra, que, na faixa etária de 36 a 54 anos, discordou da alegação contida no questionamento. As outras faixas etárias mantiveram-se entre 41,2% e 47,4%. Sendo assim, a população local tem a percepção de que mais importante do que consumir é preservar o meio ambiente.

Tabela 4.27 Tabulação Cruzada: Idade *versus* Costumo dialogar com os vizinhos sobre temas, como poluição do ar, dos rios, lixo etc.

| | | | Costumo dialogar com os vizinhos sobre temas, como poluição do ar, dos rios, lixo etc. | | | | | Total |
|-------|-----------------|------------|--|----------|-------------|----------|---------------------|--------|
| | | | Discordo totalmente | Discordo | Indiferente | Concordo | Concordo totalmente | |
| Idade | 16 a 25 anos | Contagem | 43 | 109 | 171 | 219 | 55 | 597 |
| | | % em idade | 7,2% | 18,3% | 28,6% | 36,7% | 9,2% | 100,0% |
| | 26 a 35 anos | Contagem | 4 | 12 | 32 | 56 | 31 | 135 |
| | | % em idade | 3,0% | 8,9% | 23,7% | 41,5% | 23,0% | 100,0% |
| | 36 a 54 anos | Contagem | 6 | 5 | 15 | 29 | 8 | 63 |
| | | % em idade | 9,5% | 7,9% | 23,8% | 46,0% | 12,7% | 100,0% |
| | Mais de 55 anos | Contagem | 0 | 0 | 5 | 6 | 6 | 17 |
| | | % em idade | 0,0% | 0,0% | 29,4% | 35,3% | 35,3% | 100,0% |
| Total | | Contagem | 53 | 126 | 223 | 310 | 100 | 812 |
| | | % em idade | 6,5% | 15,5% | 27,5% | 38,2% | 12,3% | 100,0% |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Sobre o costume de dialogar com os vizinhos sobre temas, como poluição do ar, dos rios, lixo etc., 38,2% concordaram com a afirmativa. Deste resultado, o percentual que se mostrou relevante, na correlação da idade com a assertiva, foi o de 46% na faixa etária de 36 a 54 anos. Na sequência, a idade entre 26 a 35 anos com 41,5%. Apesar de a faixa etária de 16 a 25 anos ter apresentado uma frequência maior, o percentual de concordância foi somente de 36,7%.

Tabela 4.28 Tabulação Cruzada: Idade *versus* Não poluir o ar e os rios, jogar o lixo no lugar certo, reciclagem, economia de água e luz contribuem para a preservação do meio ambiente.

| | | | Não poluir o ar e os rios, jogar o lixo no lugar certo, reciclagem, economia de água e luz contribuem para a preservação do meio ambiente. | | | | | |
|-------|-----------------|------------|--|----------|-------------|----------|---------------------|--------|
| | | | Discordo totalmente | Discordo | Indiferente | Concordo | Concordo totalmente | Total |
| Idade | 16 a 25 anos | Contagem | 6 | 3 | 6 | 138 | 445 | 598 |
| | | % em idade | 1,0% | 0,5% | 1,0% | 23,1% | 74,4% | 100,0% |
| | 26 a 35 anos | Contagem | 1 | 2 | 0 | 31 | 101 | 135 |
| | | % em idade | 0,7% | 1,5% | 0,0% | 23,0% | 74,8% | 100,0% |
| | 36 a 54 anos | Contagem | 1 | 0 | 0 | 23 | 39 | 63 |
| | | % em idade | 1,6% | 0,0% | 0,0% | 36,5% | 61,9% | 100,0% |
| | Mais de 55 anos | Contagem | 0 | 0 | 0 | 7 | 10 | 17 |
| | | % em idade | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 41,2% | 58,8% | 100,0% |
| Total | | Contagem | 8 | 5 | 6 | 199 | 595 | 813 |
| | | % em idade | 1,0% | 0,6% | 0,7% | 24,5% | 73,2% | 100,0% |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

A correlação da idade com a assertiva de não poluir o ar e os rios, jogar lixo no lugar certo, reciclagem, economia de água e luz contribuírem com a preservação ambiental, 73,2% concordaram totalmente. Deste resultado, 74,8% da amostra estavam na faixa de 26 a 35 anos. Os jovens de 16 a 25 anos apresentaram um percentual de 74,4% com uma frequência de 445.

Tabela 4.29 Tabulação Cruzada: Idade versus O turismo constitui um fator de desenvolvimento na região.

| | | | O turismo constitui um fator de desenvolvimento na região. | | | | Total | |
|-------|-----------------|------------|--|----------|-------------|----------|-------|---------------------|
| | | | Discordo totalmente | Discordo | Indiferente | Concordo | | Concordo totalmente |
| Idade | 16 a 25 anos | Contagem | 6 | 19 | 41 | 272 | 259 | 597 |
| | | % em idade | 1,0% | 3,2% | 6,9% | 45,6% | 43,4% | 100,0% |
| | 26 a 35 anos | Contagem | 1 | 5 | 5 | 61 | 63 | 135 |
| | | % em idade | 0,7% | 3,7% | 3,7% | 45,2% | 46,7% | 100,0% |
| | 36 a 54 anos | Contagem | 0 | 3 | 2 | 25 | 33 | 63 |
| | | % em idade | 0,0% | 4,8% | 3,2% | 39,7% | 52,4% | 100,0% |
| | Mais de 55 anos | Contagem | 1 | 3 | 2 | 8 | 3 | 17 |
| | | % em idade | 5,9% | 17,6% | 11,8% | 47,1% | 17,6% | 100,0% |
| Total | | Contagem | 8 | 30 | 50 | 366 | 358 | 812 |
| | | % em idade | 1,0% | 3,7% | 6,2% | 45,1% | 44,1% | 100,0% |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Sobre o turismo constituir um fator de desenvolvimento na região, 45,1% concordaram com a alegação e 44,1% concordaram totalmente. Deste último resultado, 52,4% estavam na faixa de 36 a 54 anos e 46,7%, na faixa etária de 26 a 35 anos. Apesar de a frequência até aqui ter sido sempre maior para os jovens de 16 a 25 anos, percebe-se que os percentuais também variam nas outras faixas etárias, como ocorreu nas Tabelas 4.26, 4.27 e 4.28.

Tabela 4.30 Tabulação Cruzada: Idade versus O turismo, na região, pode ser explorado com mais afinco pelas partes envolvidas.

| | | | O turismo na região pode ser explorado com mais afinco pelas partes envolvidas. | | | | Total | |
|-------|-----------------|------------|---|----------|-------------|----------|-------|---------------------|
| | | | Discordo totalmente | Discordo | Indiferente | Concordo | | Concordo totalmente |
| Idade | 16 a 25 anos | Contagem | 3 | 15 | 57 | 354 | 167 | 596 |
| | | % em idade | 0,5% | 2,5% | 9,6% | 59,4% | 28,0% | 100,0% |
| | 26 a 35 anos | Contagem | 1 | 6 | 1 | 63 | 64 | 135 |
| | | % em idade | 0,7% | 4,4% | 0,7% | 46,7% | 47,4% | 100,0% |
| | 36 a 54 anos | Contagem | 0 | 0 | 0 | 33 | 30 | 63 |
| | | % em idade | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 52,4% | 47,6% | 100,0% |
| | Mais de 55 anos | Contagem | 0 | 0 | 1 | 9 | 7 | 17 |
| | | % em idade | 0,0% | 0,0% | 5,9% | 52,9% | 41,2% | 100,0% |
| Total | | Contagem | 4 | 21 | 59 | 459 | 268 | 811 |
| | | % em idade | 0,5% | 2,6% | 7,3% | 56,6% | 33,0% | 100,0% |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Fazendo a correlação da idade com a assertiva de que o turismo pode ser explorado com mais interesse pelos envolvidos, 56,6% da amostra concordaram, sendo que, deste resultado, 59,4% eram jovens de 16 a 25 anos. As outras faixas etárias variaram entre 46,7% e 52,9%.

Na tabela supracitada, tanto a frequência, quanto a porcentagem foram maiores para a faixa etária de 16 a 25 anos.

Tabela 4.31 Tabulação Cruzada: Idade versus É favorável ao desenvolvimento de atividades turísticas, na região, de forma sustentável.

| | | | É favorável ao desenvolvimento de atividades turísticas, na região, de forma sustentável. | | | | | Total |
|-------|-----------------|------------|---|----------|-------------|----------|---------------------|--------|
| | | | Discordo totalmente | Discordo | Indiferente | Concordo | Concordo totalmente | |
| Idade | 16 a 25 anos | Contagem | 0 | 7 | 17 | 235 | 339 | 598 |
| | | % em idade | 0,0% | 1,2% | 2,8% | 39,3% | 56,7% | 100,0% |
| | 26 a 35 anos | Contagem | 2 | 0 | 0 | 45 | 88 | 135 |
| | | % em idade | 1,5% | 0,0% | 0,0% | 33,3% | 65,2% | 100,0% |
| | 36 a 54 anos | Contagem | 0 | 1 | 0 | 18 | 44 | 63 |
| | | % em idade | 0,0% | 1,6% | 0,0% | 28,6% | 69,8% | 100,0% |
| | Mais de 55 anos | Contagem | 0 | 1 | 1 | 5 | 10 | 17 |
| | | % em idade | 0,0% | 5,9% | 5,9% | 29,4% | 58,8% | 100,0% |
| Total | | Contagem | 2 | 9 | 18 | 303 | 481 | 813 |
| | | % em idade | 0,2% | 1,1% | 2,2% | 37,3% | 59,2% | 100,0% |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Da amostra válida, 59,2% foram totalmente favoráveis ao desenvolvimento de atividades turísticas, na região, de forma sustentável. Deste resultado, 69,8% estavam na faixa de 26 a 54 anos e 65,2%, na idade de 26 a 35 anos. A frequência entre os jovens continuou significativa, mas os percentuais variaram entre as faixas etárias intermediárias, como já foi constatado nas tabelas anteriores a esta.

Tabela 4.32 Tabulação Cruzada: Idade versus Considera que o turismo causa prejuízos para o meio ambiente em sua cidade.

| | | | Considera que o turismo causa prejuízos para o meio ambiente em sua cidade. | | | | | Total |
|-------|-----------------|------------|---|----------|-------------|----------|---------------------|--------|
| | | | Discordo totalmente | Discordo | Indiferente | Concordo | Concordo totalmente | |
| Idade | 16 a 25 anos | Contagem | 87 | 273 | 126 | 90 | 22 | 598 |
| | | % em idade | 14,5% | 45,7% | 21,1% | 15,1% | 3,7% | 100,0% |
| | 26 a 35 anos | Contagem | 35 | 54 | 23 | 15 | 7 | 134 |
| | | % em idade | 26,1% | 40,3% | 17,2% | 11,2% | 5,2% | 100,0% |
| | 36 a 54 anos | Contagem | 18 | 25 | 6 | 10 | 4 | 63 |
| | | % em idade | 28,6% | 39,7% | 9,5% | 15,9% | 6,3% | 100,0% |
| | Mais de 55 anos | Contagem | 4 | 7 | 2 | 3 | 1 | 17 |
| | | % em idade | 23,5% | 41,2% | 11,8% | 17,6% | 5,9% | 100,0% |
| Total | | Contagem | 144 | 359 | 157 | 118 | 34 | 812 |
| | | % em idade | 17,7% | 44,2% | 19,3% | 14,5% | 4,2% | 100,0% |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

E, para finalizar, no cruzamento da idade com o último questionamento feito à população sobre o turismo ser o causador de prejuízos ao meio ambiente, 44,2% discordaram. O percentual demonstrado e a frequência das respostas entre os jovens de 16 a 25 anos foram, respectivamente, 45,7% e 273 respondentes. Em todas as tabelas cruzadas com a idade, nota-se que a frequência manteve-se sempre elevada para os jovens de 16 a 25 anos, contudo percebe-se que os percentuais também variaram nas outras faixas etárias, fato ocorrido em outras tabelas esmiuçadas anteriormente, como, por exemplo, nas tabelas 4.26, 4.27, 4.28 e 4.31.

Nas tabelas a seguir, pode-se visualizar a percepção da população fazendo-se a correlação das assertivas com o gênero.

Tabela 4.33 Tabulação Cruzada: Gênero *versus* O que impede o desenvolvimento sustentável é a falta de incentivo do poder público.

| | | | O que impede o desenvolvimento sustentável é a falta de incentivo do poder público. | | | | Total | |
|--------|-----------|-------------|---|----------|-------------|----------|-------|---------------------|
| | | | Discordo totalmente | Discordo | Indiferente | Concordo | | Concordo totalmente |
| Gênero | Masculino | Contagem | 7 | 33 | 18 | 229 | 85 | 372 |
| | | % em gênero | 1,9% | 8,9% | 4,8% | 61,6% | 22,8% | 100,0% |
| | Feminino | Contagem | 4 | 40 | 18 | 281 | 98 | 441 |
| | | % em gênero | 0,9% | 9,1% | 4,1% | 63,7% | 22,2% | 100,0% |
| Total | | Contagem | 11 | 73 | 36 | 510 | 183 | 813 |
| | | % em gênero | 1,4% | 9,0% | 4,4% | 62,7% | 22,5% | 100,0% |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

No que diz respeito à falta de incentivo do poder público ser um fator impeditivo ao desenvolvimento sustentável, 62,7% da amostra válida concordaram com a alegação. Deste resultado, tanto na frequência, quanto na porcentagem, o sexo feminino sobrepõe-se ao masculino com 63,7% e 281 contagens.

Tabela 4.34 Tabulação Cruzada: Gênero versus A falta de dinamismo das empresas impede o desenvolvimento sustentável.

| | | | A falta de dinamismo das empresas impede o desenvolvimento sustentável. | | | | Total | |
|--------|-----------|-------------|---|----------|-------------|----------|-------|---------------------|
| | | | Discordo totalmente | Discordo | Indiferente | Concordo | | Concordo totalmente |
| Gênero | Masculino | Contagem | 2 | 22 | 41 | 227 | 80 | 372 |
| | | % em gênero | 0,5% | 5,9% | 11,0% | 61,0% | 21,5% | 100,0% |
| | Feminino | Contagem | 1 | 21 | 37 | 313 | 69 | 441 |
| | | % em gênero | 0,2% | 4,8% | 8,4% | 71,0% | 15,6% | 100,0% |
| Total | | Contagem | 3 | 43 | 78 | 540 | 149 | 813 |
| | | % em gênero | 0,4% | 5,3% | 9,6% | 66,4% | 18,3% | 100,0% |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Sobre a falta de dinamismo das empresas ser um fator impeditivo ao desenvolvimento sustentável, 66,4% da amostra válida concordaram com a assertiva. Deste resultado, tanto na frequência, quanto na porcentagem, o sexo feminino sobrepôs-se ao masculino com 71% e 313 contagens.

Já se percebeu anteriormente que os jovens de 16 a 25 anos concordaram que a falta de incentivo do poder público impede o desenvolvimento sustentável, assim como se constatou que eles também concordaram com a falta de dinamismo das empresas situadas na região em estudo. O mesmo procede com relação ao sexo feminino.

Tabela 4.35 Tabulação Cruzada: Gênero *versus* O termo meio ambiente está associado a conservação da natureza.

| | | | O termo meio ambiente está associado a conservação da natureza. | | | | | Total |
|--------|-----------|-------------|---|----------|-------------|----------|---------------------|--------|
| | | | Discordo totalmente | Discordo | Indiferente | Concordo | Concordo totalmente | |
| Gênero | Masculino | Contagem | 6 | 49 | 31 | 165 | 121 | 372 |
| | | % em gênero | 1,6% | 13,2% | 8,3% | 44,4% | 32,5% | 100,0% |
| | Feminino | Contagem | 8 | 35 | 24 | 231 | 143 | 441 |
| | | % em gênero | 1,8% | 7,9% | 5,4% | 52,4% | 32,4% | 100,0% |
| Total | | Contagem | 14 | 84 | 55 | 396 | 264 | 813 |
| | | % em gênero | 1,7% | 10,3% | 6,8% | 48,7% | 32,5% | 100,0% |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

No que diz respeito à assertiva o meio ambiente está associado a conservação da natureza, percebe-se que 48,7% da amostra concordaram com a assertiva, sendo que 52,4% deste resultado eram do sexo feminino, perfazendo uma frequência de 231. Dos respondentes que concordaram totalmente com a afirmação, 32,5% eram do sexo masculino, sobrepondo-se em 0,1% ao gênero oposto. Sendo assim, percebe-se que os percentuais mais elevados não se concentraram somente nas mulheres.

Tabela 4.36 Tabulação Cruzada: Gênero versus Consumir é mais importante do que preservar o meio ambiente.

| | | | Consumir é mais importante do que preservar o meio ambiente. | | | | | Total |
|--------|-----------|-------------|--|----------|-------------|----------|---------------------|--------|
| | | | Discordo totalmente | Discordo | Indiferente | Concordo | Concordo totalmente | |
| Gênero | Masculino | Contagem | 146 | 168 | 33 | 12 | 13 | 372 |
| | | % em gênero | 39,2% | 45,2% | 8,9% | 3,2% | 3,5% | 100,0% |
| | Feminino | Contagem | 190 | 209 | 25 | 12 | 5 | 441 |
| | | % em gênero | 43,1% | 47,4% | 5,7% | 2,7% | 1,1% | 100,0% |
| Total | | Contagem | 336 | 377 | 58 | 24 | 18 | 813 |
| | | % em gênero | 41,3% | 46,4% | 7,1% | 3,0% | 2,2% | 100,0% |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

O destaque da Tabela 4.36 vai para o percentual de 46,4% da amostra que discordaram da alegação supracitada. A frequência de 209 e o percentual de 47,4% desta discordância foram para o sexo feminino. Sendo assim, as mulheres da amostra tiveram uma percepção mais apurada do que os homens no que diz respeito à preservação do meio ambiente e ao consumismo.

Tabela 4.37 Tabulação Cruzada: Gênero versus Costumo dialogar com os vizinhos sobre temas, como poluição do ar, dos rios, lixo etc.

| | | | Costumo dialogar com os vizinhos sobre temas, como poluição do ar, dos rios, lixo etc. | | | | | Total |
|--------|-----------|-------------|--|----------|-------------|----------|---------------------|--------|
| | | | Discordo totalmente | Discordo | Indiferente | Concordo | Concordo totalmente | |
| Gênero | Masculino | Contagem | 31 | 62 | 104 | 123 | 51 | 371 |
| | | % em gênero | 8,4% | 16,7% | 28,0% | 33,2% | 13,7% | 100,0% |
| | Feminino | Contagem | 22 | 64 | 119 | 187 | 49 | 441 |
| | | % em gênero | 5,0% | 14,5% | 27,0% | 42,4% | 11,1% | 100,0% |
| Total | | Contagem | 53 | 126 | 223 | 310 | 100 | 812 |
| | | % em gênero | 6,5% | 15,5% | 27,5% | 38,2% | 12,3% | 100,0% |

Fonte: Dados da Pesquisa (2011)

Quanto ao costume de dialogar com os vizinhos sobre temas, como poluição do ar, dos rios, lixo etc., 38,2% concordaram com a afirmativa. Deste resultado, os percentuais que se mostraram relevantes, ao se fazer a correlação do gênero com a assertiva, foram: de 42,4% para o sexo feminino, concordando com a afirmativa, e 28% para o sexo masculino que se mostraram indiferentes quanto à assertiva apresentada.

Tabela 4.38 Tabulação Cruzada: Gênero versus Não poluir o ar e os rios, jogar o lixo no lugar certo, reciclagem, economia de água e luz contribuem para a preservação do meio ambiente.

| | | | Não poluir o ar e os rios, jogar o lixo no lugar certo, reciclagem, economia de água e luz contribuem para a preservação do meio ambiente. | | | | | Total |
|--------|-----------|-------------|--|----------|-------------|----------|---------------------|--------|
| | | | Discordo totalmente | Discordo | Indiferente | Concordo | Concordo totalmente | |
| Gênero | Masculino | Contagem | 4 | 3 | 3 | 87 | 275 | 372 |
| | | % em gênero | 1,1% | 0,8% | 0,8% | 23,4% | 73,9% | 100,0% |
| | Feminino | Contagem | 4 | 2 | 3 | 112 | 320 | 441 |
| | | % em gênero | 0,9% | 0,5% | 0,7% | 25,4% | 72,6% | 100,0% |
| Total | | Contagem | 8 | 5 | 6 | 199 | 595 | 813 |
| | | % em gênero | 1,0% | 0,6% | 0,7% | 24,5% | 73,2% | 100,0% |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Na correlação do gênero com a afirmação de que não poluir o ar e os rios, jogar lixo no lugar certo, reciclagem, economia de água e luz contribuem para a preservação ambiental, 73,2% concordaram totalmente. Deste resultado, 73,9% da amostra eram do sexo masculino, sobrepondo-se ao gênero oposto em 1,3%; já com relação à frequência, as mulheres abriram uma diferença de 45 contagens. A Tabela 4.38 foi a primeira em que o sexo masculino abriu uma diferença percentual superior a 1% com relação ao gênero feminino.

Tabela 4.39 Tabulação Cruzada: Gênero versus O turismo constitui um fator de desenvolvimento na região.

| | | | O turismo constitui um fator de desenvolvimento na região. | | | | | Total |
|--------|-----------|-------------|--|----------|-------------|----------|---------------------|--------|
| | | | Discordo totalmente | Discordo | Indiferente | Concordo | Concordo totalmente | |
| Gênero | Masculino | Contagem | 5 | 10 | 25 | 158 | 173 | 371 |
| | | % em gênero | 1,3% | 2,7% | 6,7% | 42,6% | 46,6% | 100,0% |
| | Feminino | Contagem | 3 | 20 | 25 | 208 | 185 | 441 |
| | | % em gênero | 0,7% | 4,5% | 5,7% | 47,2% | 42,0% | 100,0% |
| Total | | Contagem | 8 | 30 | 50 | 366 | 358 | 812 |
| | | % em gênero | 1,0% | 3,7% | 6,2% | 45,1% | 44,1% | 100,0% |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Sobre o turismo constituir um fator de desenvolvimento na região, 45,1% concordaram com a alegação, sendo que tanto no percentual, com uma diferença de 4,6%, quanto na frequência, com uma contagem de 50, o sexo feminino se sobrepôs ao masculino. Já 44,1% da amostra que concordaram totalmente eram do sexo masculino. Deste resultado, a diferença de 4,6%, no percentual, favorece o sexo masculino. Contudo, na contagem (185 contra 173), o sexo feminino ganha destaque. Mesmo com a maioria feminina, percebe-se que os percentuais também variam para o sexo masculino.

Tabela 4.40 Tabulação Cruzada: Gênero *versus* O turismo, na região, pode ser explorado com mais afinco pelas partes envolvidas.

| | | | O turismo na região pode ser explorado com mais afinco pelas partes envolvidas. | | | | | Total |
|--------|-----------|-------------|---|----------|-------------|----------|---------------------|--------|
| | | | Discordo totalmente | Discordo | Indiferente | Concordo | Concordo totalmente | |
| Gênero | Masculino | Contagem | 3 | 6 | 28 | 195 | 139 | 371 |
| | | % em gênero | 0,8% | 1,6% | 7,5% | 52,6% | 37,5% | 100,0% |
| | Feminino | Contagem | 1 | 15 | 31 | 264 | 129 | 440 |
| | | % em gênero | 0,2% | 3,4% | 7,0% | 60,0% | 29,3% | 100,0% |
| Total | | Contagem | 4 | 21 | 59 | 459 | 268 | 811 |
| | | % em gênero | 0,5% | 2,6% | 7,3% | 56,6% | 33,0% | 100,0% |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Fazendo a correlação do gênero com a assertiva de que o turismo pode ser explorado com mais interesse pelos envolvidos, 56,6% da amostra concordaram, sendo que, deste resultado, 60% eram mulheres. Entre os que concordaram totalmente, o sexo masculino se sobrepôs tanto na porcentagem (37,5% contra 29,3%), quanto na frequência (139 contra 129).

Tabela 4.41 Tabulação Cruzada: Gênero *versus* É favorável ao desenvolvimento de atividades turísticas, na região, de forma sustentável.

| | | | É favorável ao desenvolvimento de atividades turísticas, na região, de forma sustentável. | | | | Total | |
|--------|-----------|-------------|---|----------|-------------|----------|-------|---------------------|
| | | | Discordo totalmente | Discordo | Indiferente | Concordo | | Concordo totalmente |
| Gênero | Masculino | Contagem | 1 | 4 | 9 | 128 | 230 | 372 |
| | | % em gênero | 0,3% | 1,1% | 2,4% | 34,4% | 61,8% | |
| | Feminino | Contagem | 1 | 5 | 9 | 175 | 251 | 441 |
| | | % em gênero | 0,2% | 1,1% | 2,0% | 39,7% | 56,9% | 100,0% |
| Total | | Contagem | 2 | 9 | 18 | 303 | 481 | 813 |
| | | % em gênero | 0,2% | 1,1% | 2,2% | 37,3% | 59,2% | 100,0% |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Da amostra válida, 59,2% foram totalmente favoráveis ao desenvolvimento de atividades turísticas, na região, de forma sustentável. Deste resultado, 61,8% eram homens e 56,9%, mulheres, mas, com relação à frequência, o sexo feminino apresentou uma diferença, para maior, de 21 contagens.

Tabela 4.42 Tabulação Cruzada: Gênero versus Considera que o turismo causa prejuízos para o meio ambiente em sua cidade.

| | | | Considera que o turismo causa prejuízos para o meio ambiente em sua cidade. | | | | | Total |
|--------|-----------|-------------|---|----------|-------------|----------|---------------------|--------|
| | | | Discordo totalmente | Discordo | Indiferente | Concordo | Concordo totalmente | |
| Gênero | Masculino | Contagem | 71 | 156 | 78 | 50 | 16 | 371 |
| | | % em gênero | 19,1% | 42,0% | 21,0% | 13,5% | 4,3% | 100,0% |
| | Feminino | Contagem | 73 | 203 | 79 | 68 | 18 | 441 |
| | | % em gênero | 16,6% | 46,0% | 17,9% | 15,4% | 4,1% | 100,0% |
| Total | | Contagem | 144 | 359 | 157 | 118 | 34 | 812 |
| | | % em gênero | 17,7% | 44,2% | 19,3% | 14,5% | 4,2% | 100,0% |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

E, para concluir o cruzamento do gênero com relação ao último questionamento feito à população, o que versa sobre o turismo ser o causador de prejuízos ao meio ambiente, 44,2% discordaram. O percentual demonstrado e a frequência das respostas, no gênero feminino, foram, respectivamente, 46% e 203 respondentes. Na Tabela 4.42, tanto a porcentagem, quanto a frequência foram maiores para as mulheres. Em todas as tabelas cruzadas com o gênero, foi constatada uma pequena vantagem feminina ora na frequência, ora no percentual ou em ambos, contudo percebe-se que os percentuais e as frequências também foram favoráveis para o sexo masculino.

Nas tabelas a seguir, pode-se visualizar a percepção da população fazendo-se a correlação das assertivas com a escolaridade.

Tabela 4.43 Tabulação Cruzada: Escolaridade versus O que impede o desenvolvimento sustentável é a falta de incentivo do poder público.

| | | | O que impede o desenvolvimento sustentável é a falta de incentivo do poder público. | | | | | Total |
|--------------|----------------------------|-------------------|---|----------|-------------|----------|---------------------|--------|
| | | | Discordo totalmente | Discordo | Indiferente | Concordo | Concordo totalmente | |
| Escolaridade | Ensino Médio incompleto | Contagem | 0 | 8 | 5 | 52 | 16 | 81 |
| | | % em escolaridade | 0,0% | 9,9% | 6,2% | 64,2% | 19,8% | 100,0% |
| | Ensino Médio completo | Contagem | 3 | 21 | 11 | 172 | 46 | 253 |
| | | % em escolaridade | 1,2% | 8,3% | 4,3% | 68,0% | 18,2% | 100,0% |
| | Ensino Superior incompleto | Contagem | 5 | 31 | 12 | 182 | 83 | 313 |
| | | % em escolaridade | 1,6% | 9,9% | 3,8% | 58,1% | 26,5% | 100,0% |
| | Ensino Superior completo | Contagem | 2 | 4 | 1 | 52 | 17 | 76 |
| | | % em escolaridade | 2,6% | 5,3% | 1,3% | 68,4% | 22,4% | 100,0% |
| | Pós-graduação incompleto | Contagem | 0 | 1 | 3 | 12 | 6 | 22 |
| | | % em escolaridade | 0,0% | 4,5% | 13,6% | 54,5% | 27,3% | 100,0% |
| | Pós-graduação completo | Contagem | 1 | 7 | 3 | 34 | 12 | 57 |
| | | % em escolaridade | 1,8% | 12,3% | 5,3% | 59,6% | 21,1% | 100,0% |
| | Outras | Contagem | 0 | 1 | 1 | 6 | 3 | 11 |
| | | % em escolaridade | 0,0% | 9,1% | 9,1% | 54,5% | 27,3% | 100,0% |
| Total | | Contagem | 11 | 73 | 36 | 510 | 183 | 813 |
| | | % em escolaridade | 1,4% | 9,0% | 4,4% | 62,7% | 22,5% | 100,0% |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

No que diz respeito à falta de incentivo do poder público ser um fator impeditivo ao desenvolvimento sustentável, 62,7% da amostra válida concordaram com a alegação. Deste resultado, tanto na frequência, quanto na porcentagem o Ensino Superior completo sobressaiu-se com 68,4%. Já, na contagem, o mérito vai para o Ensino Superior incompleto, com 182 respondentes.

Tabela 4.44 Tabulação Cruzada: Escolaridade versus A falta de dinamismo das empresas impede o desenvolvimento sustentável.

| | | | A falta de dinamismo das empresas impede o desenvolvimento sustentável. | | | | Total | |
|----------------------------|-------------------------------|-------------------------------|---|------------|--------------|--------------|---------------|---------------------|
| | | | Discordo totalmente | Discordo | Indiferente | Concordo | | Concordo totalmente |
| Escolaridade | Ensino Médio incompleto | Contagem % em escolaridade | 1 1,2% | 4 4,9% | 7 8,6% | 56 69,1% | 13 16,0% | 81 100,0% |
| | Ensino Médio Completo | Contagem % em escolaridade | 2 0,8% | 17 6,7% | 23 9,1% | 174 68,8% | 37 14,6% | 253 100,0% |
| Ensino Superior incompleto | Contagem % em escolaridade | 0 0,0% | 12 3,8% | 31 9,9% | 209 66,8% | 61 19,5% | 313 100,0% | |
| | Ensino Superior completo | Contagem % em escolaridade | 0 0,0% | 5 6,6% | 10 13,2% | 40 52,6% | 21 27,6% | 76 100,0% |
| Pós-graduação incompleto | Contagem % em escolaridade | 0 0,0% | 2 9,1% | 1 4,5% | 15 68,2% | 4 18,2% | 22 100,0% | |
| | Pós-graduação completo | Contagem % em escolaridade | 0 0,0% | 2 3,5% | 5 8,8% | 39 68,4% | 11 19,3% | 57 100,0% |
| Outras | Contagem % em escolaridade | 0 0,0% | 1 9,1% | 1 9,1% | 7 63,6% | 2 18,2% | 11 100,0% | |
| | Total | Contagem % em escolaridade | 3 0,4% | 43 5,3% | 78 9,6% | 540 66,4% | 149 18,3% | 813 100,0% |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Sobre a falta de dinamismo das empresas ser um fator impeditivo ao desenvolvimento sustentável, 66,4% da amostra válida concordaram com a assertiva. Deste resultado, 69,1% eram do Ensino Médio incompleto. Com relação à contagem, a maior foi para o Ensino Superior incompleto com 209.

Tabela 4.45 Tabulação Cruzada: Escolaridade versus O termo meio ambiente está associado a conservação da natureza.

| | | | O termo meio ambiente está associado a conservação da natureza. | | | | | Total |
|--------------|----------------------------|-------------------------------|---|-------------|-------------|--------------|---------------------|---------------|
| | | | Discordo totalmente | Discordo | Indiferente | Concordo | Concordo totalmente | |
| Escolaridade | Ensino Médio incompleto | Contagem % em escolaridade | 3 3,7% | 10 12,3% | 9 11,1% | 31 38,3% | 28 34,6% | 81 100,0% |
| | Ensino Médio completo | Contagem % em escolaridade | 2 0,8% | 21 8,3% | 17 6,7% | 136 53,8% | 77 30,4% | 253 100,0% |
| | Ensino Superior incompleto | Contagem % em escolaridade | 7 2,2% | 36 11,5% | 21 6,7% | 143 45,7% | 106 33,9% | 313 100,0% |
| | Ensino Superior completo | Contagem % em escolaridade | 1 1,3% | 6 7,9% | 4 5,3% | 40 52,6% | 25 32,9% | 76 100,0% |
| | Pós-graduação incompleto | Contagem % em escolaridade | 0 0,0% | 3 13,6% | 1 4,5% | 7 31,8% | 11 50,0% | 22 100,0% |
| | Pós-graduação completo | Contagem % em escolaridade | 1 1,8% | 5 8,8% | 3 5,3% | 34 59,6% | 14 24,6% | 57 100,0% |
| | Outras | Contagem % em escolaridade | 0 0,0% | 3 27,3% | 0 0,0% | 5 45,5% | 3 27,3% | 11 100,0% |
| | Total | Contagem % em escolaridade | 14 1,7% | 84 10,3% | 55 6,8% | 396 48,7% | 264 32,5% | 813 100,0% |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

No que diz respeito à afirmação de que o meio ambiente está associado à conservação da natureza, 48,7% da amostra concordaram com a assertiva, sendo que 59,6% deste resultado possuíam pós-graduação completa. Já a maior frequência foi no Ensino Superior Incompleto, 143. Na

tabela supracitada, percebe-se uma predominância das respostas na porcentagem e na frequência mais presentes no meio acadêmico.

Tabela 4.46 Tabulação Cruzada: Escolaridade *versus* Consumir é mais importante do que preservar o meio ambiente.

| | | | Consumir é mais importante do que preservar o meio ambiente. | | | | | Total |
|--------------|----------------------------|-------------------------------|--|--------------|-------------|------------|---------------------|---------------|
| | | | Discordo totalmente | Discordo | Indiferente | Concordo | Concordo totalmente | |
| Escolaridade | Ensino Médio incompleto | Contagem % em escolaridade | 30 37,0% | 37 45,7% | 8 9,9% | 5 6,2% | 1 1,2% | 81 100,0% |
| | Ensino Médio completo | Contagem % em escolaridade | 105 41,5% | 118 46,6% | 12 4,7% | 9 3,6% | 9 3,6% | 253 100,0% |
| | Ensino Superior incompleto | Contagem % em escolaridade | 125 39,9% | 148 47,3% | 28 8,9% | 6 1,9% | 6 1,9% | 313 100,0% |
| | Ensino Superior completo | Contagem % em escolaridade | 35 46,1% | 34 44,7% | 5 6,6% | 0 0,0% | 2 2,6% | 76 100,0% |
| | Pós-graduação incompleto | Contagem % em escolaridade | 13 59,1% | 7 31,8% | 1 4,5% | 1 4,5% | 0 0,0% | 22 100,0% |
| | Pós-graduação completo | Contagem % em escolaridade | 23 40,4% | 27 47,4% | 4 7,0% | 3 5,3% | 0 0,0% | 57 100,0% |
| | Outras | Contagem % em escolaridade | 5 45,5% | 6 54,5% | 0 0,0% | 0 0,0% | 0 0,0% | 11 100,0% |
| | Total | Contagem % em escolaridade | 336 41,3% | 377 46,4% | 58 7,1% | 24 3,0% | 18 2,2% | 813 100,0% |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

O destaque da Tabela 4.46 vai para o percentual de 46,4% da amostra discordando da alegação supracitada. Pode-se visualizar que, dos 377 que discordaram, 118 assinalaram Ensino Médio completo. Dos que discordaram totalmente, o destaque vai para Pós-graduação incompleto, com o percentual de 59,1%.

Tabela 4.47 Tabulação Cruzada: Escolaridade versus Costumo dialogar com os vizinhos sobre temas, como poluição do ar, dos rios, lixo etc.

| | | | Costumo dialogar com os vizinhos sobre temas, como poluição do ar, dos rios, lixo etc. | | | | | Total |
|--------------|----------------------------|-------------------------------|--|--------------|--------------|--------------|---------------------|---------------|
| | | | Discordo totalmente | Discordo | Indiferente | Concordo | Concordo totalmente | |
| Escolaridade | Ensino Médio incompleto | Contagem % em escolaridade | 9 11,1% | 14 17,3% | 19 23,5% | 29 35,8% | 10 12,3% | 81 100,0% |
| | Ensino Médio Completo | Contagem % em escolaridade | 15 5,9% | 47 18,6% | 70 27,7% | 87 34,4% | 34 13,4% | 253 100,0% |
| | Ensino Superior incompleto | Contagem % em escolaridade | 19 6,1% | 42 13,5% | 86 27,6% | 126 40,4% | 39 12,5% | 312 100,0% |
| | Ensino Superior completo | Contagem % em escolaridade | 3 3,9% | 9 11,8% | 23 30,3% | 34 44,7% | 7 9,2% | 76 100,0% |
| | Pós-graduação incompleto | Contagem % em escolaridade | 3 13,6% | 1 4,5% | 5 22,7% | 10 45,5% | 3 13,6% | 22 100,0% |
| | Pós-graduação completo | Contagem % em escolaridade | 2 3,5% | 12 21,1% | 18 31,6% | 20 35,1% | 5 8,8% | 57 100,0% |
| | Outras | Contagem % em escolaridade | 2 18,2% | 1 9,1% | 2 18,2% | 4 36,4% | 2 18,2% | 11 100,0% |
| | Total | Contagem % em escolaridade | 53 6,5% | 126 15,5% | 223 27,5% | 310 38,2% | 100 12,3% | 812 100,0% |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Quanto ao costume de dialogar com os vizinhos sobre temas, como poluição do ar, dos rios, lixo etc., 38,2% concordaram com a afirmativa.

Deste resultado, os percentuais mais relevantes, na correlação da escolaridade com a assertiva, foram: 45,5% para os que estavam a concluir a pós-graduação, contudo a contagem foi maior para aqueles que ainda estavam concluindo a graduação (126 respondentes).

Tabela 4.48 Tabulação Cruzada: Escolaridade *versus* Não poluir o ar e os rios, jogar o lixo no lugar certo, reciclagem, economia de água e luz contribuem para a preservação do meio ambiente.

| | | | Não poluir o ar e os rios, jogar o lixo no lugar certo, reciclagem, economia de água e luz contribuem para a preservação do meio ambiente. | | | | | Total |
|--------------|----------------------------|-------------------|--|----------|-------------|----------|---------------------|--------|
| | | | Discordo totalmente | Discordo | Indiferente | Concordo | Concordo totalmente | |
| Escolaridade | Ensino Médio incompleto | Contagem | 3 | 2 | 1 | 18 | 57 | 81 |
| | | % em escolaridade | 3,7% | 2,5% | 1,2% | 22,2% | 70,4% | 100,0% |
| | Ensino Médio completo | Contagem | 4 | 0 | 2 | 66 | 181 | 253 |
| | | % em escolaridade | 1,6% | 0,0% | 0,8% | 26,1% | 71,5% | 100,0% |
| | Ensino Superior incompleto | Contagem | 1 | 2 | 3 | 78 | 229 | 313 |
| | | % em escolaridade | 0,3% | 0,6% | 1,0% | 24,9% | 73,2% | 100,0% |
| | Ensino Superior completo | Contagem | 0 | 1 | 0 | 16 | 59 | 76 |
| | | % em escolaridade | 0,0% | 1,3% | 0,0% | 21,1% | 77,6% | 100,0% |
| | Pós-graduação incompleto | Contagem | 0 | 0 | 0 | 2 | 20 | 22 |
| | | % em escolaridade | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 9,1% | 90,9% | 100,0% |
| | Pós-graduação completo | Contagem | 0 | 0 | 0 | 17 | 40 | 57 |
| | | % em escolaridade | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 29,8% | 70,2% | 100,0% |
| | Outras | Contagem | 0 | 0 | 0 | 2 | 9 | 11 |
| | | % em escolaridade | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 18,2% | 81,8% | 100,0% |
| Total | | Contagem | 8 | 5 | 6 | 199 | 595 | 813 |
| | | % em escolaridade | 1,0% | 0,6% | 0,7% | 24,5% | 73,2% | 100,0% |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Na correlação da escolaridade com a assertiva de não poluir o ar e os rios, jogar lixo no lugar certo, reciclagem, economia de água e luz contribuirão com a preservação ambiental, 73,2% concordaram totalmente. Deste resultado, 90,9% estavam concluindo a pós-graduação, 81,8% da amostra possuíam outro tipo de escolaridade, como exemplo, cursos técnicos, mestrado e/ou doutorados nas mais diversas áreas.

Tabela 4.49 Tabulação Cruzada: Escolaridade versus O turismo constitui um fator de desenvolvimento na região.

| | | | O turismo constitui um fator de desenvolvimento na região. | | | | Total | |
|--------------|----------------------------|-------------------------------|--|------------|-------------|--------------|--------------|---------------------|
| | | | Discordo totalmente | Discordo | Indiferente | Concordo | | Concordo totalmente |
| Escolaridade | Ensino Médio incompleto | Contagem % em escolaridade | 1 1,2% | 7 8,6% | 3 3,7% | 35 43,2% | 35 43,2% | 81 100,0% |
| | Ensino Médio Completo | Contagem % em escolaridade | 5 2,0% | 3 1,2% | 19 7,5% | 122 48,2% | 104 41,1% | 253 100,0% |
| | Ensino Superior incompleto | Contagem % em escolaridade | 0 0,0% | 10 3,2% | 16 5,1% | 137 43,9% | 149 47,8% | 312 100,0% |
| | Ensino Superior completo | Contagem % em escolaridade | 1 1,3% | 3 3,9% | 7 9,2% | 28 36,8% | 37 48,7% | 76 100,0% |
| | Pós-graduação incompleto | Contagem % em escolaridade | 1 4,5% | 1 4,5% | 2 9,1% | 6 27,3% | 12 54,5% | 22 100,0% |
| | Pós-graduação completo | Contagem % em escolaridade | 0 0,0% | 4 7,0% | 2 3,5% | 31 54,4% | 20 35,1% | 57 100,0% |
| | Outras | Contagem % em escolaridade | 0 0,0% | 2 18,2% | 1 9,1% | 7 63,6% | 1 9,1% | 11 100,0% |
| | Total | Contagem % em escolaridade | 8 1,0% | 30 3,7% | 50 6,2% | 366 45,1% | 358 44,1% | 812 100,0% |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Sobre o turismo constituir um fator de desenvolvimento na região, 45,1% concordaram com a alegação, sendo que, percentualmente, o destaque vai para os que assinalaram outro tipo de escolaridade (63,6%). Já com relação à frequência, os que assinalaram estar concluindo a graduação sobressai com os seus 137 respondentes.

Tabela 4.50 Tabulação Cruzada: Escolaridade *versus* O turismo, na região, pode ser explorado com mais afinco pelas partes envolvidas.

| | | | O turismo na região pode ser explorado com mais afinco pelas partes envolvidas. | | | | | Total |
|-----------------|-------------------------|-------------------------------|---|------------|-------------|--------------|---------------------|---------------|
| | | | Discordo totalmente | Discordo | Indiferente | Concordo | Concordo totalmente | |
| Escolaridade | Ensino Médio incompleto | Contagem % em escolaridade | 0 0,0% | 5 6,2% | 5 6,2% | 48 59,3% | 23 28,4% | 81 100,0% |
| | Ensino Médio completo | Contagem % em escolaridade | 3 1,2% | 9 3,6% | 30 11,9% | 148 58,7% | 62 24,6% | 252 100,0% |
| Ensino Superior | incompleto | Contagem % em escolaridade | 0 0,0% | 4 1,3% | 17 5,4% | 168 53,8% | 123 39,4% | 312 100,0% |
| | completo | Contagem % em escolaridade | 1 1,3% | 1 1,3% | 4 5,3% | 44 57,9% | 26 34,2% | 76 100,0% |
| Pós-graduação | incompleto | Contagem % em escolaridade | 0 0,0% | 1 4,5% | 1 4,5% | 9 40,9% | 11 50,0% | 22 100,0% |
| | completo | Contagem % em escolaridade | 0 0,0% | 0 0,0% | 2 3,5% | 34 59,6% | 21 36,8% | 57 100,0% |
| Outras | | Contagem % em escolaridade | 0 0,0% | 1 9,1% | 0 0,0% | 8 72,7% | 2 18,2% | 11 100,0% |
| | Total | Contagem % em escolaridade | 4 0,5% | 21 2,6% | 59 7,3% | 459 56,6% | 268 33,0% | 811 100,0% |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Fazendo a correlação da escolaridade com a assertiva de que o turismo pode ser explorado com mais interesse pelos envolvidos, 56,6% da amostra concordaram, sendo que, deste resultado, o mais evidente foram os respondentes que assinalaram outro tipo de habilitação educacional com 72,8%, já a contagem foi maior com os que estavam ainda a concluir a graduação com 168.

Tabela 4.51 Tabulação Cruzada: Escolaridade versus É favorável ao desenvolvimento de atividades turísticas, na região, de forma sustentável.

| | | | É favorável ao desenvolvimento de atividades turísticas, na região, de forma sustentável. | | | | Total | |
|--------------------------|----------------------------|-------------------|---|----------|-------------|----------|--------|---------------------|
| | | | Discordo totalmente | Discordo | Indiferente | Concordo | | Concordo totalmente |
| Escolaridade | Ensino Médio incompleto | Contagem | 1 | 0 | 3 | 21 | 56 | 81 |
| | | % em escolaridade | 1,2% | 0,0% | 3,7% | 25,9% | 69,1% | 100,0% |
| | Ensino Médio completo | Contagem | 1 | 2 | 9 | 116 | 125 | 253 |
| | | % em escolaridade | 0,4% | 0,8% | 3,6% | 45,8% | 49,4% | 100,0% |
| | Ensino Superior incompleto | Contagem | 0 | 3 | 5 | 114 | 191 | 313 |
| | | % em escolaridade | 0,0% | 1,0% | 1,6% | 36,4% | 61,0% | 100,0% |
| | Ensino Superior completo | Contagem | 0 | 0 | 0 | 23 | 53 | 76 |
| | | % em escolaridade | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 30,3% | 69,7% | 100,0% |
| Pós-graduação incompleto | Contagem | 0 | 1 | 0 | 5 | 16 | 22 | |
| | % em escolaridade | 0,0% | 4,5% | 0,0% | 22,7% | 72,7% | 100,0% | |
| Pós-graduação completo | Contagem | 0 | 2 | 1 | 20 | 34 | 57 | |
| | % em escolaridade | 0,0% | 3,5% | 1,8% | 35,1% | 59,6% | 100,0% | |
| Outras | Contagem | 0 | 1 | 0 | 4 | 6 | 11 | |
| | % em escolaridade | 0,0% | 9,1% | 0,0% | 36,4% | 54,5% | 100,0% | |
| Total | Contagem | 2 | 9 | 18 | 303 | 481 | 813 | |
| | % em escolaridade | 0,2% | 1,1% | 2,2% | 37,3% | 59,2% | 100,0% | |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Da amostra válida, 59,2% foram totalmente favoráveis ao desenvolvimento de atividades turísticas, na região, de forma sustentável. Deste resultado, 69,1% possuíam Ensino Médio incompleto. Já a frequência foi mais relevante para aqueles que estavam concluindo a graduação, com 191 dos respondentes.

Tabela 4.52 Tabulação Cruzada: Escolaridade versus Considera que o turismo causa prejuízos para o meio ambiente em sua cidade.

| | | | Considera que o turismo causa prejuízos para o meio ambiente em sua cidade. | | | | | Total |
|----------------------------|-------------------------------|-------------------------------|---|--------------|--------------|--------------|---------------------|---------------|
| | | | Discordo totalmente | Discordo | Indiferente | Concordo | Concordo totalmente | |
| Escolaridade | Ensino Médio incompleto | Contagem % em escolaridade | 14 17,3% | 28 34,6% | 18 22,2% | 15 18,5% | 6 7,4% | 81 100,0% |
| | Ensino Médio Completo | Contagem % em escolaridade | 40 15,8% | 106 41,9% | 50 19,8% | 42 16,6% | 15 5,9% | 253 100,0% |
| Ensino Superior incompleto | Contagem % em escolaridade | 56 17,9% | 151 48,2% | 55 17,6% | 42 13,4% | 9 2,9% | 313 100,0% | |
| | Ensino Superior completo | Contagem % em escolaridade | 15 19,7% | 32 42,1% | 17 22,4% | 10 13,2% | 2 2,6% | 76 100,0% |
| Pós-graduação incompleto | Contagem % em escolaridade | 6 27,3% | 9 40,9% | 5 22,7% | 1 4,5% | 1 4,5% | 22 100,0% | |
| | Pós-graduação completo | Contagem % em escolaridade | 10 17,9% | 27 48,2% | 11 19,6% | 7 12,5% | 1 1,8% | 56 100,0% |
| Outras | Contagem % em escolaridade | 3 27,3% | 6 54,5% | 1 9,1% | 1 9,1% | 0 0,0% | 11 100,0% | |
| | Total | Contagem % em escolaridade | 144 17,7% | 359 44,2% | 157 19,3% | 118 14,5% | 34 4,2% | 812 100,0% |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

E para concluir o cruzamento da escolaridade com relação ao último questionamento feito à população que versa sobre o turismo ser o causador de prejuízos ao meio ambiente, 44,2% discordaram. Deste resultado, o mais notório em percentuais foi para os respondentes que assinalaram outros tipos de escolaridade com 54,5%. Já com relação à contagem, o mais evidente foi para os que ainda estavam a concluir a graduação com 151 respostas. Na tabela 4.8, tanto na frequência, quanto na porcentagem, a escolaridade que merece destaque é o ensino superior, mas, como visualizado nas tabelas cruzadas, os valores em percentuais e a frequência variam entre os outros tipos de escolaridade. Nas tabelas a seguir, pode-se visualizar a percepção da população fazendo-se a correlação das assertivas com a profissão.

Tabela 4.53 Tabulação Cruzada: Profissão versus O que impede o desenvolvimento sustentável é a falta de incentivo do poder público.

| | | | O que impede o desenvolvimento sustentável é a falta de incentivo do poder público. | | | | | Total |
|-----------|-----------------------|----------------|---|----------|-------------|----------|---------------------|--------|
| | | | Discordo totalmente | Discordo | Indiferente | Concordo | Concordo totalmente | |
| Profissão | Comércio | Contagem | 1 | 7 | 3 | 46 | 27 | 84 |
| | | % em profissão | 1,2% | 8,3% | 3,6% | 54,8% | 32,1% | 100,0% |
| | Turismo | Contagem | 0 | 1 | 0 | 3 | 0 | 4 |
| | | % em profissão | 0,0% | 25,0% | 0,0% | 75,0% | 0,0% | 100,0% |
| | Transportes | Contagem | 0 | 1 | 0 | 4 | 0 | 5 |
| | | % em profissão | 0,0% | 20,0% | 0,0% | 80,0% | 0,0% | 100,0% |
| | Administração pública | Contagem | 1 | 7 | 2 | 31 | 15 | 56 |
| | | % em profissão | 1,8% | 12,5% | 3,6% | 55,4% | 26,8% | 100,0% |
| | Estudante | Contagem | 4 | 45 | 25 | 337 | 105 | 516 |
| | | % em profissão | 0,8% | 8,7% | 4,8% | 65,3% | 20,3% | 100,0% |
| | Outros | Contagem | 5 | 12 | 6 | 89 | 36 | 148 |
| | | % em profissão | 3,4% | 8,1% | 4,1% | 60,1% | 24,3% | 100,0% |
| Total | | Contagem | 11 | 73 | 36 | 510 | 183 | 813 |
| | | % em profissão | 1,4% | 9,0% | 4,4% | 62,7% | 22,5% | 100,0% |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

No que diz respeito à falta de incentivo do poder público ser um fator impeditivo ao desenvolvimento sustentável, 62,7% da amostra válida concordaram com a alegação. Deste resultado, os percentuais maiores são para os profissionais do setor de Transporte e do Turismo com 80% e 75%, respectivamente. Com relação à frequência das respostas, os estudantes somaram o maior valor com 337 dos 510 que concordaram.

Tabela 4.54 Tabulação Cruzada: Profissão *versus* A falta de dinamismo das empresas impede o desenvolvimento sustentável.

| | | | A falta de dinamismo das empresas impede o desenvolvimento sustentável. | | | | | Total |
|-----------|-----------------------|----------------|---|----------|-------------|----------|---------------------|--------|
| | | | Discordo totalmente | Discordo | Indiferente | Concordo | Concordo totalmente | |
| Profissão | Comércio | Contagem | 1 | 2 | 8 | 53 | 20 | 84 |
| | | % em profissão | 1,2% | 2,4% | 9,5% | 63,1% | 23,8% | 100,0% |
| | Turismo | Contagem | 0 | 0 | 0 | 4 | 0 | 4 |
| | | % em profissão | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 100,0% | 0,0% | 100,0% |
| | Transportes | Contagem | 0 | 0 | 0 | 4 | 1 | 5 |
| | | % em profissão | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 80,0% | 20,0% | 100,0% |
| | Administração pública | Contagem | 0 | 4 | 10 | 35 | 7 | 56 |
| | | % em profissão | 0,0% | 7,1% | 17,9% | 62,5% | 12,5% | 100,0% |
| | Estudante | Contagem | 2 | 31 | 50 | 350 | 83 | 516 |
| | | % em profissão | 0,4% | 6,0% | 9,7% | 67,8% | 16,1% | 100,0% |
| | Outros | Contagem | 0 | 6 | 10 | 94 | 38 | 148 |
| | | % em profissão | 0,0% | 4,1% | 6,8% | 63,5% | 25,7% | 100,0% |
| Total | | Contagem | 3 | 43 | 78 | 540 | 149 | 813 |
| | | % em profissão | 0,4% | 5,3% | 9,6% | 66,4% | 18,3% | 100,0% |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Sobre a falta de dinamismo das empresas ser um fator impeditivo ao desenvolvimento sustentável, 66,4% da amostra válida concordaram com a assertiva. Os percentuais maiores são dos profissionais do setor de Transporte e Turismo com 80% e 100%, respectivamente. Com relação à frequência das respostas, os estudantes somaram o maior valor com 350 dos 540 que concordaram.

Tabela 4.55 Tabulação Cruzada: Profissão versus O termo meio ambiente está associado a conservação da natureza.

| | | | O termo meio ambiente está associado a conservação da natureza. | | | | Total | |
|-----------|-----------------------|----------------|---|----------|-------------|----------|-------|---------------------|
| | | | Discordo totalmente | Discordo | Indiferente | Concordo | | Concordo totalmente |
| Profissão | Comércio | Contagem | 1 | 9 | 7 | 36 | 31 | 84 |
| | | % em profissão | 1,2% | 10,7% | 8,3% | 42,9% | 36,9% | 100,0% |
| | Turismo | Contagem | 0 | 0 | 1 | 2 | 1 | 4 |
| | | % em profissão | 0,0% | 0,0% | 25,0% | 50,0% | 25,0% | 100,0% |
| | Transportes | Contagem | 0 | 0 | 0 | 3 | 2 | 5 |
| | | % em profissão | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 60,0% | 40,0% | 100,0% |
| | Administração pública | Contagem | 2 | 3 | 6 | 27 | 18 | 56 |
| | | % em profissão | 3,6% | 5,4% | 10,7% | 48,2% | 32,1% | 100,0% |
| | Estudante | Contagem | 9 | 55 | 36 | 254 | 162 | 516 |
| | | % em profissão | 1,7% | 10,7% | 7,0% | 49,2% | 31,4% | 100,0% |
| | Outros | Contagem | 2 | 17 | 5 | 74 | 50 | 148 |
| | | % em profissão | 1,4% | 11,5% | 3,4% | 50,0% | 33,8% | 100,0% |
| Total | | Contagem | 14 | 84 | 55 | 396 | 264 | 813 |
| | | % em profissão | 1,7% | 10,3% | 6,8% | 48,7% | 32,5% | 100,0% |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

No que diz respeito ao meio ambiente estar associado à conservação da natureza, percebe-se que 48,7% da amostra concordaram com a assertiva. O maior percentual foi de 60% dos respondentes do setor de Transportes. Já a maior frequência foi a dos estudantes, com 254 dos 396 que concordaram.

Tabela 4.56 Tabulação Cruzada: Profissão *versus* Consumir é mais importante do que preservar o meio ambiente.

| | | | Consumir é mais importante do que preservar o meio ambiente. | | | | | Total |
|-----------|-----------------------|----------------|--|----------|-------------|----------|---------------------|--------|
| | | | Discordo totalmente | Discordo | Indiferente | Concordo | Concordo totalmente | |
| Profissão | Comércio | Contagem | 34 | 35 | 10 | 3 | 2 | 84 |
| | | % em profissão | 40,5% | 41,7% | 11,9% | 3,6% | 2,4% | 100,0% |
| | Turismo | Contagem | 2 | 2 | 0 | 0 | 0 | 4 |
| | | % em profissão | 50,0% | 50,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 100,0% |
| | Transportes | Contagem | 2 | 2 | 1 | 0 | 0 | 5 |
| | | % em profissão | 40,0% | 40,0% | 20,0% | 0,0% | 0,0% | 100,0% |
| | Administração pública | Contagem | 20 | 29 | 5 | 1 | 1 | 56 |
| | | % em profissão | 35,7% | 51,8% | 8,9% | 1,8% | 1,8% | 100,0% |
| | Estudante | Contagem | 208 | 247 | 34 | 16 | 11 | 516 |
| | | % em profissão | 40,3% | 47,9% | 6,6% | 3,1% | 2,1% | 100,0% |
| | Outros | Contagem | 70 | 62 | 8 | 4 | 4 | 148 |
| | | % em profissão | 47,3% | 41,9% | 5,4% | 2,7% | 2,7% | 100,0% |
| Total | | Contagem | 336 | 377 | 58 | 24 | 18 | 813 |
| | | % em profissão | 41,3% | 46,4% | 7,1% | 3,0% | 2,2% | 100,0% |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

O destaque da Tabela 4.56 vai para o percentual de 46,4% da amostra discordando da alegação supracitada. Pode-se visualizar que, dos 377

que discordaram, 247 eram estudantes. Percentualmente, metade dos profissionais do Turismo assinalou que discordava e a outra metade discordou totalmente.

Tabela 4.57 Tabulação Cruzada: Profissão versus Costumo dialogar com os vizinhos sobre temas, como poluição do ar, dos rios, lixo etc.

| | | | Costumo dialogar com os vizinhos sobre temas, como poluição do ar, dos rios, lixo etc. | | | | | Total |
|-----------|-----------------------|----------------|--|----------|-------------|----------|---------------------|--------|
| | | | Discordo totalmente | Discordo | Indiferente | Concordo | Concordo totalmente | |
| Profissão | Comércio | Contagem | 3 | 7 | 29 | 32 | 13 | 84 |
| | | % em profissão | 3,6% | 8,3% | 34,5% | 38,1% | 15,5% | 100,0% |
| | Turismo | Contagem | 1 | 0 | 2 | 1 | 0 | 4 |
| | | % em profissão | 25,0% | 0,0% | 50,0% | 25,0% | 0,0% | 100,0% |
| | Transportes | Contagem | 0 | 1 | 2 | 1 | 1 | 5 |
| | | % em profissão | 0,0% | 20,0% | 40,0% | 20,0% | 20,0% | 100,0% |
| | Administração pública | Contagem | 5 | 4 | 15 | 24 | 8 | 56 |
| | | % em profissão | 8,9% | 7,1% | 26,8% | 42,9% | 14,3% | 100,0% |
| | Estudante | Contagem | 37 | 102 | 136 | 186 | 54 | 515 |
| | | % em profissão | 7,2% | 19,8% | 26,4% | 36,1% | 10,5% | 100,0% |
| | Outros | Contagem | 7 | 12 | 39 | 66 | 24 | 148 |
| | | % em profissão | 4,7% | 8,1% | 26,4% | 44,6% | 16,2% | 100,0% |
| Total | | Contagem | 53 | 126 | 223 | 310 | 100 | 812 |
| | | % em profissão | 6,5% | 15,5% | 27,5% | 38,2% | 12,3% | 100,0% |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Quanto ao costume de dialogar com os vizinhos sobre temas, como poluição do ar, dos rios, lixo etc., 38,2% concordaram com a afirmativa. Deste resultado, o percentual que se mostrou relevante, fazendo-se a correlação da profissão com a assertiva, foi 44,6% para os que assinalaram

outras profissões, contudo a contagem foi maior para os estudantes, com 186 respondentes.

Tabela 4.58 Tabulação Cruzada: Profissão *versus* Não poluir o ar e os rios, jogar o lixo no lugar certo, reciclagem, economia de água e luz contribuem para a preservação do meio ambiente.

| | | | Não poluir o ar e os rios, jogar o lixo no lugar certo, reciclagem, economia de água e luz contribuem para a preservação do meio ambiente. | | | | | Total |
|-----------|-----------------------|----------------|--|----------|-------------|----------|---------------------|--------|
| | | | Discordo totalmente | Discordo | Indiferente | Concordo | Concordo totalmente | |
| Profissão | Comércio | Contagem | 1 | 1 | 1 | 27 | 54 | 84 |
| | | % em profissão | 1,2% | 1,2% | 1,2% | 32,1% | 64,3% | 100,0% |
| | Turismo | Contagem | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 4 |
| | | % em profissão | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 100,0% | 100,0% |
| | Transportes | Contagem | 0 | 0 | 0 | 3 | 2 | 5 |
| | | % em profissão | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 60,0% | 40,0% | 100,0% |
| | Administração pública | Contagem | 0 | 0 | 0 | 17 | 39 | 56 |
| | | % em profissão | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 30,4% | 69,6% | 100,0% |
| | Estudante | Contagem | 6 | 4 | 3 | 116 | 387 | 516 |
| | | % em profissão | 1,2% | 0,8% | 0,6% | 22,5% | 75,0% | 100,0% |
| | Outros | Contagem | 1 | 0 | 2 | 36 | 109 | 148 |
| | | % em profissão | 0,7% | 0,0% | 1,4% | 24,3% | 73,6% | 100,0% |
| Total | | Contagem | 8 | 5 | 6 | 199 | 595 | 813 |
| | | % em profissão | 1,0% | 0,6% | 0,7% | 24,5% | 73,2% | 100,0% |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

A correlação da profissão com a assertiva de que não poluir o ar e os rios, jogar lixo no lugar certo, reciclagem, economia de água e luz contribuem para a preservação ambiental, 73,2% concordaram totalmente. Deste resultado, o destaque vai para os profissionais do Turismo que

concordaram em sua totalidade. Com relação à frequência, os estudantes destacaram-se com 387 dos 595 que concordaram totalmente.

Tabela 4.59 Tabulação Cruzada: Profissão *versus* O turismo constitui um fator de desenvolvimento na região.

| | | | O turismo constitui um fator de desenvolvimento na região. | | | | | Total |
|-----------|-----------------------|----------------|--|----------|-------------|----------|---------------------|-------|
| | | | Discordo totalmente | Discordo | Indiferente | Concordo | Concordo totalmente | |
| Profissão | Comércio | Contagem | 2 | 1 | 6 | 31 | 44 | 84 |
| | | % em profissão | 2,4% | 1,2% | 7,1% | 36,9% | 52,4% | |
| | Turismo | Contagem | 0 | 0 | 0 | 2 | 2 | 4 |
| | | % em profissão | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 50,0% | 50,0% | |
| | Transportes | Contagem | 0 | 0 | 0 | 2 | 3 | 5 |
| | | % em profissão | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 40,0% | 60,0% | |
| | Administração pública | Contagem | 0 | 2 | 3 | 21 | 30 | 56 |
| | | % em profissão | 0,0% | 3,6% | 5,4% | 37,5% | 53,6% | |
| | Estudante | Contagem | 3 | 16 | 34 | 244 | 218 | 515 |
| | | % em profissão | 0,6% | 3,1% | 6,6% | 47,4% | 42,3% | |
| | Outros | Contagem | 3 | 11 | 7 | 66 | 61 | 148 |
| | | % em profissão | 2,0% | 7,4% | 4,7% | 44,6% | 41,2% | |
| Total | | Contagem | 8 | 30 | 50 | 366 | 358 | 812 |
| | | % em profissão | 1,0% | 3,7% | 6,2% | 45,1% | 44,1% | |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Sobre o turismo constituir um fator de desenvolvimento na região, 45,1% concordaram com a alegação. Percentualmente, o destaque vai para os profissionais do Turismo dos quais 50% concordaram, e a outra metade assinalou que concorda totalmente. Já com relação à frequência, o destaque foi novamente para os estudantes, com 244 do total.

Tabela 4.60 Tabulação Cruzada: Profissão versus O turismo, na região, pode ser explorado com mais afinco pelas partes envolvidas.

| | | | O turismo na região pode ser explorado com mais afinco pelas partes envolvidas. | | | | | Total |
|-----------|-----------------------|----------------|---|----------|-------------|----------|---------------------|--------|
| | | | Discordo totalmente | Discordo | Indiferente | Concordo | Concordo totalmente | |
| Profissão | Comércio | Contagem | 1 | 1 | 3 | 48 | 30 | 83 |
| | | % em profissão | 1,2% | 1,2% | 3,6% | 57,8% | 36,1% | 100,0% |
| | Turismo | Contagem | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 4 |
| | | % em profissão | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 100,0% | 100,0% |
| | Transportes | Contagem | 0 | 0 | 0 | 3 | 2 | 5 |
| | | % em profissão | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 60,0% | 40,0% | 100,0% |
| | Administração pública | Contagem | 0 | 1 | 1 | 21 | 33 | 56 |
| | | % em profissão | 0,0% | 1,8% | 1,8% | 37,5% | 58,9% | 100,0% |
| | Estudante | Contagem | 2 | 15 | 52 | 310 | 136 | 515 |
| | | % em profissão | 0,4% | 2,9% | 10,1% | 60,2% | 26,4% | 100,0% |
| | Outros | Contagem | 1 | 4 | 3 | 77 | 63 | 148 |
| | | % em profissão | 0,7% | 2,7% | 2,0% | 52,0% | 42,6% | 100,0% |
| Total | | Contagem | 4 | 21 | 59 | 459 | 268 | 811 |
| | | % em profissão | 0,5% | 2,6% | 7,3% | 56,6% | 33,0% | 100,0% |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Fazendo a correlação da profissão com a assertiva de que o turismo pode ser explorado com mais interesse pelos envolvidos, 56,6% da amostra concordaram. Deste resultado, a contagem maior foi a dos estudantes com 310 dos 459 que concordaram. O percentual mais evidente foi de 100% dos profissionais do Turismo que concordaram totalmente com a afirmativa.

Tabela 4.61 Tabulação Cruzada: Profissão versus É favorável ao desenvolvimento de atividades turísticas, na região, de forma sustentável.

| | | | É favorável ao desenvolvimento de atividades turísticas, na região, de forma sustentável. | | | | | Total |
|-----------|-----------------------|----------------|---|----------|-------------|----------|---------------------|--------|
| | | | Discordo totalmente | Discordo | Indiferente | Concordo | Concordo totalmente | |
| Profissão | Comércio | Contagem | 1 | 2 | 3 | 31 | 47 | 84 |
| | | % em profissão | 1,2% | 2,4% | 3,6% | 36,9% | 56,0% | 100,0% |
| | Turismo | Contagem | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 4 |
| | | % em profissão | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 100,0% | 100,0% |
| | Transportes | Contagem | 0 | 0 | 0 | 3 | 2 | 5 |
| | | % em profissão | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 60,0% | 40,0% | 100,0% |
| | Administração pública | Contagem | 0 | 1 | 0 | 16 | 39 | 56 |
| | | % em profissão | 0,0% | 1,8% | 0,0% | 28,6% | 69,6% | 100,0% |
| | Estudante | Contagem | 0 | 6 | 13 | 204 | 293 | 516 |
| | | % em profissão | 0,0% | 1,2% | 2,5% | 39,5% | 56,8% | 100,0% |
| | Outros | Contagem | 1 | 0 | 2 | 49 | 96 | 148 |
| | | % em profissão | 0,7% | 0,0% | 1,4% | 33,1% | 64,9% | 100,0% |
| Total | | Contagem | 2 | 9 | 18 | 303 | 481 | 813 |
| | | % em profissão | 0,2% | 1,1% | 2,2% | 37,3% | 59,2% | 100,0% |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Da amostra válida, 59,2% foram totalmente favoráveis ao desenvolvimento de atividades turísticas, na região, de forma sustentável. Deste resultado, o percentual com mais realce foi o de 100% dos profissionais do Turismo que concordaram totalmente. A maior frequência, mais uma vez, foi a dos estudantes, com 293 dos 481 respondentes.

Tabela 4.62 Tabulação Cruzada: Profissão versus Considera que o turismo causa prejuízos para o meio ambiente em sua cidade.

| | | | Considera que o turismo causa prejuízos para o meio ambiente em sua cidade. | | | | | Total |
|-----------|-----------------------|----------------|---|----------|-------------|----------|---------------------|--------|
| | | | Discordo totalmente | Discordo | Indiferente | Concordo | Concordo totalmente | |
| Profissão | Comércio | Contagem | 24 | 30 | 15 | 11 | 3 | 83 |
| | | % em profissão | 28,9% | 36,1% | 18,1% | 13,3% | 3,6% | 100,0% |
| | Turismo | Contagem | 1 | 3 | 0 | 0 | 0 | 4 |
| | | % em profissão | 25,0% | 75,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 100,0% |
| | Transportes | Contagem | 2 | 2 | 0 | 1 | 0 | 5 |
| | | % em profissão | 40,0% | 40,0% | 0,0% | 20,0% | 0,0% | 100,0% |
| | Administração pública | Contagem | 11 | 21 | 10 | 10 | 4 | 56 |
| | | % em profissão | 19,6% | 37,5% | 17,9% | 17,9% | 7,1% | 100,0% |
| | Estudante | Contagem | 76 | 233 | 111 | 74 | 22 | 516 |
| | | % em profissão | 14,7% | 45,2% | 21,5% | 14,3% | 4,3% | 100,0% |
| | Outros | Contagem | 30 | 70 | 21 | 22 | 5 | 148 |
| | | % em profissão | 20,3% | 47,3% | 14,2% | 14,9% | 3,4% | 100,0% |
| Total | | Contagem | 144 | 359 | 157 | 118 | 34 | 812 |
| | | % em profissão | 17,7% | 44,2% | 19,3% | 14,5% | 4,2% | 100,0% |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

E, para concluir o cruzamento da profissão com relação ao último questionamento feito à população, que versa sobre o turismo ser o causador de prejuízos ao meio ambiente, 44,2% discordaram. O percentual mais significativo foi o do Turismo com 75%; enquanto a frequência, mais uma vez, foi para os estudantes com 233 respostas. Nas afirmações cruzadas com a profissão, 100% da frequência foram dos estudantes, já com a relação à porcentagem, a profissão que mais se destacou foi a do Turismo.

4.2.3 Empresas do Segmento Hoteleiro e o Turismo Sustentável

Um dos alvos deste estudo abrangeu as empresas do segmento hoteleiro. O Brasil ainda tem um setor turístico pouco desenvolvido, apesar de um sensível crescimento nos últimos anos. Em 2007, o país recebeu cerca de 5 milhões de turistas estrangeiros. É um número considerável, porém bem menor que o México (21 milhões ou do Canadá (17 milhões), por exemplo. (Vesentini , 2012, p. 105)

Medeiros e Moraes (2013, p. 199) mencionam que o processo acelerado de crescimento da atividade turística faz com que haja a necessidade de proporcionar-se uma infraestrutura compatível e sustentável com o intuito de suprir a demanda de turistas. Com isso, é de suma relevância a criação de empresas, complexos turísticos e prestadores de serviços que visem a esse mercado por meio de um turismo consciente, apoiado por um planejamento sério, responsável e comprometido com a causa ambiental e o equilíbrio entre economia, meio ambiente e comunidade local. Além disto, a qualidade dos serviços na hotelaria deve ser reconhecida como um fator que atraia e fidelize clientes.

Neste contexto, identificaram-se empresas do segmento hoteleiro que se localizam às margens dos rios Poti e Parnaíba. Após a identificação, obtiveram-se os e-mails para contato por meio dos sites dessas organizações. O total de organizações hoteleiras que compuseram a população foi de 05 (cinco) empresas. Destas, 04 (quatro) tiveram os questionários aplicados pessoalmente, e somente uma das empresas recebeu um e-mail convite semanal dos dias 16/10/2014 a 23/10/2014 para preenchimento do questionário via internet. Das 5 (cinco) empresas identificadas, apenas 1 (uma) não respondeu ao questionário corretamente e, por isto, foi invalidado. Duas das empresas pesquisadas fazem parte de um grupo espanhol que atua na região Nordeste nos segmentos da hotelaria, construção e incorporação, indústria de alimentos e distribuição. Um deles tem atuação local e outro atua em todas as regiões do território brasileiro Na Tabela 4.63 pode-se observar o perfil das organizações pesquisadas:

Tabela 4.63 - Perfil das organizações

| Tempo de atuação no Mercado | Frequência | % |
|------------------------------------|------------|-------------|
| Mais de 15 anos | 2 | 50% |
| de 6 a 10 anos | 2 | 50% |
| Menos de 5 anos | 0 | 0% |
| Total | 4 | 100% |

| Quantidade de funcionários | Frequência | % |
|-----------------------------------|------------|-------------|
| Até 9 | 0 | 0% |
| 10 até 24 | 0 | 0% |
| 25 até 49 | 1 | 25% |
| 50 a 90 | 2 | 50% |
| Acima de 100 | 1 | 25% |
| Total | 4 | 100% |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

No que diz respeito ao tempo de atuação do hotel no mercado, 50% responderam que atuam há mais de 15 anos e os outros 50% atuam de 6 a 10 anos. Já com relação à quantidade de funcionários, 25% assinalaram de 25 até 49 colaboradores, 50% responderam de 50 a 90 e a porcentagem restante apontou acima de 100 trabalhadores.

Tabela 4.64 Perfil dos Respondentes

| Idade | Frequência (F) | % |
|----------------------------|----------------|-------------|
| 16 a 25 | 0 | 0% |
| 25 a 34 | 3 | 75% |
| 35 a 54 | 1 | 25% |
| Acima de 55 | 0 | 0% |
| Total | 4 | 100% |
| Gênero | Frequência (F) | % |
| Masculino | 4 | 100% |
| Feminino | 0 | 0% |
| Total | 4 | 100% |
| Escolaridade | Frequência (F) | % |
| Ensino Médio Completo | 1 | 25% |
| Ensino Médio Incompleto | 0 | 0% |
| Ensino Superior Completo | 0 | 0% |
| Ensino Superior Incompleto | 2 | 50% |
| Pós-Graduação Completa | 1 | 25% |
| Pós-Graduação Incompleta | 0 | 0% |
| Outra | 0 | 0% |
| Total | 4 | 100% |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Quanto ao perfil dos respondentes, 75% assinalaram possuir de 25 a 34 anos, 100% eram do sexo masculino e 50% possuíam Ensino Superior Incompleto, ou seja,

estavam concluindo a graduação. Enquanto um disse possuir pós-graduação, outro ainda nem iniciou seus estudos em uma universidade.

As tabelas a seguir retratam somente as afirmações nas quais 100% dos entrevistados assinalaram a mesma opção de resposta.

Tabela 4.65 Acredita que o Turismo pode ser desenvolvido de forma sustentável no município.

| | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
|-----------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido Concorde | 4 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Todos os respondentes afirmaram acreditar que o turismo pode ser desenvolvido de forma sustentável. Diógenes, Figueiredo e Pimenta (2014, 141) atestam, em seu estudo, que

por serem potencialmente consumidores e degradadores do meio ambiente, os empreendimentos hoteleiros devem estar dispostos a adotar técnicas, que visem melhorar seu desempenho ambiental. Nesta perspectiva, a Produção mais Limpa (PmL), uma ferramenta de gestão ambiental aplicada a empresas dos mais variados segmentos e tipologias, através de uma estratégia econômica, ambiental e tecnológica, mostra-se como uma alternativa viável e interessante para os empresários, que vislumbram as questões ambientais como uma responsabilidade e não como mais uma obrigação.

No estudo realizado pelos autores supracitados percebeu-se a eficiência da PmL na prática, quando aplicada ao setor de serviços turísticos visando ao uso racional de água e energia, evitando desperdícios, redução dos impactos ambientais na saúde e na segurança e incorporação da educação ambiental. Como já mencionado anteriormente, este segmento vem crescendo nas últimas décadas e pode desenvolver-se sem degradar o meio ambiente.

Tabela 4.66 Sua empresa efetiva investimentos no desenvolvimento de práticas sustentáveis.

| | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
|-----------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido Concorde | 4 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

A Tabela 4.66 confirma o que foi mencionado na Tabela 4.65. Da amostra pesquisada, 100% afirmaram que efetivam investimentos no desenvolvimento de práticas sustentáveis.

Tabela 4.67 Os colaboradores têm percebido a adoção das práticas sustentáveis contempladas pela empresa.

| | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
|-----------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido Concordo | 4 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Conforme a Tabela 4.67, 100% da amostra concordaram que os colaboradores têm percebido a adoção das práticas sustentáveis contempladas pela empresa. Lopez, Topke e Soares (2014) afirmam que o setor hoteleiro é uma atividade que pode fazer bom uso das práticas de educação ambiental. Podem minimizar os impactos no local e contribuir com a formação de uma comunidade consciente e crítica que valorize os recursos ambientais e preze pela gestão sustentável, sempre agregando inovação aos negócios.

Tabela 4.68 As práticas sustentáveis adotadas pela empresa são feitas porque realmente existe a preocupação em desenvolver um turismo de forma sustentável.

| | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
|-----------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido Concordo | 4 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

A Tabela 4.68 aborda uma inclinação das empresas em estudo com relação ao desenvolvimento de um turismo de forma sustentável.

O comportamento do consumidor tem exigido, não só das empresas hoteleiras, mas de todos os outros segmentos, a preservação dos recursos naturais, tendo em vista que essa atividade pode contribuir, de forma negativa, para a degradação do meio ambiente.

O consumo desenfreado de recursos naturais, como a água e a energia; a produção de resíduos orgânicos e inorgânicos; e a ocupação de espaços naturais frágeis, são exemplos de impactos que podem ser prejudiciais e que não contribuem para o desenvolvimento do turismo de forma sustentável. A indústria hoteleira deve atentar que os recursos que ela consome não são renováveis, prejudicando o funcionamento do

serviço que presta, caso se esgote.

Percebe-se que, nos últimos anos, as questões ambientais obtiveram notória expressão dentro das organizações, sejam elas governamentais, não governamentais ou até mesmo empresariais. A população consumidora também passou a exigir novas posturas em um processo de contínua renovação. Isto fez com que diversos envolvidos no processo produtivo começassem a desenvolver novas formas de lidar com os problemas ambientais.

Silva e Pérez (2010) pesquisaram sobre as questões ambientais com o foco nas empresas hoteleiras de alta performance e líderes do setor, inclusive, algumas listadas no mercado de capitais em diferentes países. Durante o estudo percebeu-se a importância que o setor turístico tem em diversas economias e a relevância que adquiriu com a preocupação ambiental nos últimos anos. Um dos fatores conclusivos da pesquisa foi que a gestão ambiental tem uma colaboração essencial dos *stakeholder*, tais como clientes, “tour” operadores, governo, fornecedores e subcontratados, para garantir a implementação bem sucedida dos instrumentos voluntários ambientais. Isso ocorre em função de uma gestão ativa de relacionamentos que melhora a comunicação com os grupos, permitindo uma estratégia ambiental sustentável.

Tabela 4.69 A implantação de alguma prática sustentável gerou redução de custos.

| | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
|-----------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido Concordo | 4 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Dados da Pesquisa

Oliveira e Almeida (2013) mencionam que a adoção de práticas sustentáveis não está somente relacionada a questões ambientais e que os esforços da empresa agregam valor a sua marca, incorporando uma boa imagem e reduzindo os custos dentro da organização estudada por eles. De acordo com a tabela supracitada, essa mesma percepção possuem os gestores das organizações em estudo quando visualizaram que a implantação de alguma prática sustentável gerou redução dos custos da empresa.

Tabela 4.70 Estatísticas

| | N | | Média |
|---|--------|---------|--------|
| | Válido | Ausente | |
| 1.Acredita que o turismo pode ser desenvolvido de forma sustentável no município. | 4 | 0 | 4,0000 |
| 2.Sua empresa efetiva investimentos no desenvolvimento de práticas sustentáveis. | 4 | 0 | 4,0000 |
| 3.O planejamento turístico do município contempla práticas sustentáveis. | 4 | 0 | 3,2500 |
| 4.Há incentivo por parte do poder público local para implantação de práticas sustentáveis | 4 | 0 | 2,7500 |
| 5.O(a) sr(a) acredita que as atividades turísticas podem comprometer o meio ambiente local. | 4 | 0 | 2,5000 |
| 6.O(a) sr(a) percebeu ocorrência de mudanças positivas após a inserção das práticas sustentáveis. | 4 | 0 | 3,2500 |
| 7.Acredita que a adoção de práticas socioambientais pode aumentar. | 4 | 0 | 4,2500 |
| 8.Os clientes efetuam sugestões visando à adoção de práticas sustentáveis pela empresa. | 4 | 0 | 3,5000 |
| 9.Aproveitamento da água da chuva para reutilização é uma prática adotada pela empresa. | 4 | 0 | 2,7500 |
| 10.Controle de energia é uma prática adotada pela empresa. | 4 | 0 | 4,5000 |
| 11.A empresa faz a conscientização de funcionários e clientes através da adoção de programas de educação ambiental. | 4 | 0 | 3,5000 |
| 12.A empresa faz a separação de lixo/ resíduos. | 4 | 0 | 4,0000 |
| 13.A implantação de alguma prática sustentável gerou redução de custos. | 4 | 0 | 4,0000 |
| 14.A comunidade local percebe a mudança de cultura na prática de um turismo sustentável. | 4 | 0 | 3,2500 |
| 15.Os clientes têm percebido a adoção das práticas sustentáveis contempladas pela empresa. | 4 | 0 | 3,5000 |
| 16.Os colaboradores têm percebido a adoção das práticas sustentáveis contempladas pela empresa. | 4 | 0 | 4,0000 |
| 17.Os atributos que os turistas consideram mais importantes na escolha de Teresina como destino turístico coincidem com as percepções dos empresários do setor hoteleiro da região. | 4 | 0 | 3,0000 |
| 18.As expectativas gerais, em relação à oferta turística da região, são cumpridas. | 4 | 0 | 3,2500 |
| 19. As práticas sustentáveis adotadas pela empresa são feitas porque realmente existe a preocupação em desenvolver um turismo de forma sustentável. | 4 | 0 | 4,0000 |
| 20.As práticas sustentáveis adotadas pela empresa são impostas pela lei ou são exigidas pelo segmento. | 4 | 0 | 3,5000 |
| 21.As práticas sustentáveis adotadas pela empresa visam atender o cliente que exige um consumo consciente. | 4 | 0 | 3,2500 |
| 22.As práticas sustentáveis adotadas pela empresa visam à redução dos custos. | 4 | 0 | 4,7500 |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Na tabela supracitada, a média mais elevada foi com relação à afirmativa que diz que as práticas sustentáveis adotadas pela empresa visam à redução de custos com 4,75. Logo em seguida vem a assertiva que diz que o controle de energia é uma prática adotada pela empresa com uma média de 4,5. Já com relação ao aumento da adoção de práticas socioambientais, a média foi de 4,25.

Com relação à *Hipótese 1*: O governo contribui para o desenvolvimento do turismo sustentável em Teresina, percebe-se que, na esfera federal, existem estudos governamentais sobre a hidrovia do Parnaíba realizados pela Administração das Hidrovias do Nordeste e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários. Entretanto, ambos os estudos apontam somente os benefícios logísticos, não visualizando algo facilmente perceptível que é a alavancagem do ecoturismo na região da hidrovia; mais um motivo para os governantes disponibilizarem os recursos necessários para o desenvolvimento da região em estudo.

Na esfera estadual, o governo tem atraído novos investimentos por meio de incentivos fiscais, como já foi comentado no tópico 4.2.1. Isto alavanca o Turismo de Negócios na região, assim como implementou ICMS ecológico, mencionado no item 4.2.1.1, que possibilita o desenvolvimento do ecoturismo. Por sua vez, o ecoturismo pode ser uma alternativa de desenvolvimento econômico e sustentável que proporciona a geração de renda, empregos, a preservação e conservação de recursos e da qualidade do meio ambiente.

No que tange à contribuição do município em estudo, pode-se destacar o Programa Lixo Zero e os Postos de Entrega Voluntária de descartes dos resíduos de Teresina, como parte da Política Nacional de Resíduos Sólidos. A política pública tida como inédita no país, intitulada Teresina + Negócios visa distribuir carteirinhas na rede hoteleira, permitindo aos turistas descontos e/ou benefícios nas empresas da cidade.

Quanto à percepção da população sobre a contribuição do governo com relação ao Turismo Sustentável, foi observado, na Tabela 4.12, que 62,7% dos respondentes concordaram que, para haver desenvolvimento sustentável, o poder público deve ser mais presente. Desta forma, entende-se que, mesmo com a constatação da existência de políticas públicas, elas ainda são insuficientes para a população local. No perfil da porcentagem supracitada, no que diz respeito à idade e ao sexo, sobressaem-se os jovens de 16 a 25 anos do sexo feminino; já com relação à escolaridade e à profissão, o destaque vai para os respondentes que possuem uma formação acadêmica completa e para os profissionais do setor do transporte e do turismo, respectivamente. Isto pôde ser

observado nas Tabelas 4.23, 4.33, 4.43 e 4.53.

Para as empresas hoteleiras situadas nas proximidades dos rios Poti e Parnaíba, como pode ser visualizado, a média das respostas para a assertiva que afirma que o planejamento turístico do município contempla as práticas sustentáveis foi de 3,25. Com relação ao incentivo por parte do poder público local para implantação de práticas sustentáveis, a média foi de 2,75, uma das mais baixas, como pode ser visualizado na Tabela 4.70.

Com isto, pode-se concluir que o governo não contribui de forma suficiente para o desenvolvimento do turismo sustentável em Teresina. Sendo assim, a *Hipótese 01* não se confirma.

No que diz respeito à *Hipótese 3*, que versa sobre as empresas hoteleiras estimularem o desenvolvimento do turismo de forma sustentável na região em estudo, pode-se visualizar, na Tabela 4.70, que algumas práticas sustentáveis são adotadas pelas empresas hoteleiras investigadas. São elas: controle de energia, com uma média de 4,75, e separação do lixo e resíduos, com uma média de 4,00. O reaproveitamento da água da chuva foi uma das médias mais baixas, com 2,75. Com relação à conscientização da empresa junto aos clientes e colaboradores por meio de programas de educação ambiental, a média das respostas foi 4,0.

Todas as assertivas que seguem apresentaram a média 4,0: acredita que o turismo pode ser desenvolvido de forma sustentável no município; sua empresa efetiva investimentos no desenvolvimento de práticas sustentáveis; a implantação de alguma prática sustentável gerou redução de custos; os colaboradores têm percebido a adoção das práticas sustentáveis contempladas pela empresa; e as práticas sustentáveis adotadas pela empresa são feitas porque realmente existe a preocupação em desenvolver um turismo de forma sustentável.

Uma das assertivas que merece destaque é a que diz: acredita que a adoção de práticas socioambientais pode aumentar, por ter alcançado uma média de 4,25.

Neste contexto, Sacramento e Teixeira (2014) afirmam que “o grande desafio para a atividade turística é ofertar produtos e serviços inovadores que ampliem a lucratividade e desenvolvam ainda mais a atratividade e competitividade dos destinos e organizações”. Sendo assim, percebe-se que as empresas hoteleiras da região investigada adotam práticas de sustentabilidade que reduzem os impactos ao meio ambiente. Constata-se uma crença e uma preocupação com o desenvolvimento do turismo de forma sustentável, inclusive com a inclinação das empresas objeto deste estudo em investir em mais práticas de

desenvolvimento sustentável com o foco no meio ambiente e principalmente na redução dos custos, conforme análise de Tabela 4.70.

Desta forma, pode-se confirmar a *Hipótese 3*: As empresas hoteleiras estimulam o desenvolvimento do turismo de forma sustentável na região em estudo com foco na redução de seus custos.

Com relação à *Hipótese 2*: A população local percebe o desenvolvimento do turismo sustentável na região em estudo, observe-se a Tabela 4.71, a seguir:

Tabela 4.71 Correlações da Hipótese 2

| | | Consumir é mais importante do que preservar o meio ambiente. | Costumo dialogar com os vizinhos sobre temas, como poluição do ar, dos rios, lixo etc. | Não poluir o ar e os rios, jogar o lixo no lugar certo, reciclagem, economia de água e luz contribuem para a preservação do meio ambiente. |
|--|---|--|--|--|
| Consumir é mais importante do que preservar o meio ambiente. | Correlação de Pearson Sig. (2 extremidades) N | 1 812 | ,200** 812 | ,082* 811 |
| Costumo dialogar com os vizinhos sobre temas, como poluição do ar, dos rios, lixo etc. | Correlação de Pearson Sig. (2 extremidades) N | ,200** 812 | 1 813 | ,103** 812 |
| Não poluir o ar e os rios, jogar o lixo no lugar certo, reciclagem, economia de água e luz contribuem para a preservação do meio ambiente. | Correlação de Pearson Sig. (2 extremidades) N | ,082* 811 | ,103** 812 | 1 812 |
| É favorável ao desenvolvimento de atividades turísticas na região de forma sustentável. | Correlação de Pearson Sig. (2 extremidades) N | -,133** 811 | -,104** 812 | -,017 811 |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Fazendo-se a correlação entre consumir é mais importante do que preservar o meio

ambiente e costume dialogar com os vizinhos sobre temas, como poluição do ar, dos rios, lixo etc., pode-se constatar que é positiva, porém fraca, porque o valor é menor do que 0,03, mas estatisticamente relevante, pois o valor é menor que 0,05.

Na correlação entre consumir é mais importante do que preservar o meio ambiente e não poluir o ar e os rios, jogar o lixo no lugar certo, reciclagem, economia de água e luz contribuem para a preservação do meio ambiente, percebe-se que a correlação é positiva, porém fraca, pois o valor é menor do que 0,03, mas estatisticamente relevante, porque o valor é menor que 0,05.

Já na correlação entre costume dialogar com os vizinhos sobre temas, como poluição do ar, dos rios, lixo etc. e não poluir o ar e os rios, jogar o lixo no lugar certo, reciclagem, economia de água e luz contribuem para a preservação do meio ambiente visualiza-se uma correlação positiva, porém fraca, pois o valor é menor do que 0,03, mas estatisticamente relevante, porque o valor é menor que 0,05.

Tabela 4.72 Coeficientes

| Modelo | Coeficientes não padronizados | | Coeficientes padronizados | T |
|--|-------------------------------|-------------|---------------------------|--------|
| | B | Erro Padrão | Beta | |
| 1 (Constante) | 3,517 | ,326 | | 10,795 |
| Consumir é mais importante do que preservar o meio ambiente. | -,118 | ,036 | -,116 | -3,264 |
| Costumo dialogar com os vizinhos sobre temas, como poluição do ar, dos rios, lixo etc. | -,136 | ,058 | -,084 | -2,367 |
| Não poluir o ar e os rios, jogar o lixo no lugar certo, reciclagem, economia de água e luz contribuem para a preservação do meio ambiente. | ,002 | ,049 | ,001 | ,036 |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

De acordo com a tabela supracitada, o maior poder de explicação da variável dependente foi “consumir é mais importante do que preservar o meio ambiente”, pois apresentou maior valor da estatística t. Lembrando que não importa se t é negativo ou positivo.

Tabela 4.73 Coeficientes

| Modelo | Sig. | Correlações | | |
|--|------|-------------|---------|-------|
| | | Ordem zero | Parcial | Parte |
| 1 (Constante) | ,000 | | | |
| Consumir é mais importante do que preservar o meio ambiente. | ,001 | -,133 | -,114 | -,114 |
| Costumo dialogar com os vizinhos sobre temas, como poluição do ar, dos rios, lixo etc. | ,018 | -,107 | -,083 | -,082 |
| Não poluir o ar e os rios, jogar o lixo no lugar certo, reciclagem, economia de água e luz contribuem para a preservação do meio ambiente. | ,971 | -,017 | ,001 | ,001 |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Analisando a tabela acima, percebe-se que as variáveis que explicam significativamente a variável dependente, que é o turismo sustentável, são: Consumir é mais importante do que preservar o meio ambiente e Costumo dialogar com os vizinhos sobre temas, como poluição do ar, dos rios, lixo etc., pois ambas apresentam significância menor do que 0,05.

Tabela 4.74 Resumo do modelo

| Modelo | R | R quadrado | R quadrado ajustado | Erro padrão da estimativa | Estatísticas de mudança | |
|--------|-------------------|------------|---------------------|---------------------------|-------------------------|-------------|
| | | | | | Alteração de R quadrado | Alteração F |
| 1 | ,156 ^a | ,024 | ,021 | 1,129 | ,024 | 6,742 |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Diante da tabela supracitada, pode-se constatar que o coeficiente de determinação visualizado no R quadrado ajustado transformado em percentual é de 2,1%. Isto significa que as variáveis independentes conseguem explicar, em média, 2,1% da variação da variável dependente que é o turismo sustentável. Neste caso, quando o percentual é inferior a 10%, a variável não explica de forma suficiente a outra.

Conforme as informações supracitadas, o modelo apresentado não permite testar a *Hipótese 2*: A população local percebe o desenvolvimento do turismo sustentável na região em estudo. Ou seja, a população local não tem uma percepção evidente da existência de um desenvolvimento sustentável da atividade turística.

5. Conclusões

5.1 Discussão e Implicações para a Teoria

O capitalismo estimulou um consumo exacerbado; nele, os interesses financeiros foram colocados em um patamar superior aos interesses sociais e ecológicos. As empresas, o governo e boa parte da população não visualizaram que a falta de respeito pelas questões ambientais poderia impactar de forma negativa as gerações futuras.

Atualmente ainda existem muitas organizações empresariais que disponibilizam, no mercado, produtos que utilizam matérias-primas prejudiciais ao meio ambiente, ou o próprio processo de fabricação não é sustentável, ou ainda utilizam o marketing para incentivar o consumo impulsivo dos produtos etc. As consequências de ações empresariais não sustentáveis são: a falta de políticas públicas que visualizem não somente as atividades econômicas, mas também as questões ambientais e sociais, proporcionando qualidade de vida e bem-estar social; desrespeito ao meio ambiente pelos consumidores; conflitos sociais, como greves, desentendimentos, crimes, falta de ética e responsabilidade social etc.

Contudo, a mudança de comportamento dos consumidores, que visualizam as questões ambientais como relevantes, motivou o governo a desenvolver, ainda que timidamente, políticas públicas voltadas para reduzir a degradação ambiental e os problemas sociais. Isto pôde ser visualizado durante o estudo, pois constatou-se a existência na esfera federal, de estudos governamentais sobre a hidrovias do Parnaíba realizados pela Administração das Hidrovias do Nordeste e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários. Porém, os estudos supracitados possuem um enfoque mais logístico do que turístico. Na esfera estadual, o governo tem atraído novos investimentos por meio de incentivos fiscais, além da implementação do ICMS ecológico, possibilitando o desenvolvimento do ecoturismo. Este pode ser uma alternativa de desenvolvimento econômico e sustentável. Na esfera municipal existe a adoção de programas que contribuem com o meio ambiente e com o desenvolvimento do Turismo Sustentável como por exemplo, o Programa Lixo Zero e os Postos de Entrega Voluntária de descartes dos resíduos de Teresina.

Sendo assim, constatou-se que, mesmo com a constatação da existência de políticas públicas, elas ainda são insuficientes tanto para a população local como para as empresas envolvidas neste estudo.

Há pouco tempo, o termo sustentabilidade era considerado uma barreira à competitividade das empresas, sendo visualizado como um custo. Contudo, esse termo tornou-se um valor comum na maioria dos países, tendo em vista que a necessidade de preservar o meio ambiente ganhou, além de importância, um status de diferencial competitivo. Nesse sentido, algumas corporações adequaram-se ao dinamismo imposto pela sustentabilidade não só por idealismo, mas para conquistar vantagens competitivas no disputado mercado moderno.

Dyllick e Muff (2014) mencionam dois tipos de benefícios da sustentabilidade para as empresas: a redução de custos e riscos de fazer negócios; e aumento da marca e da reputação, aumento da capacidade de atração de talentos e elevação da competitividade. Entretanto, pôde-se perceber uma grande desconexão entre as atividades das organizações empresariais e os resultados globais para o meio ambiente e a sociedade. Embora existam diferentes razões para explicar esta desconexão, pois as corporações não são as únicas na arena global de sustentabilidade, os empresários e estudiosos devem repensar as ações estratégicas que não têm proporcionado melhorias significativas de sustentabilidade em nível global.

O papel das empresas em fazer do nosso planeta um lugar mais sustentável está no centro do estudo da teoria da sustentabilidade, pois espera-se que esta possua um impacto significativo sobre ações e estratégias das empresas em geral. Percebe-se que as ações desenvolvidas pelas corporações não têm atingido as expectativas em nível mundial para o meio ambiente e para a sociedade. Isto faz com que as empresas que já adotam a sustentabilidade como estratégia busquem novas alternativas visando contribuir com o meio no qual elas estão inseridas, mesmo tendo consciência de que os impactos em nível global podem não ser significativos. As empresas que ainda não despertaram para as práticas sustentáveis, ao terem consciência dessas pesquisas, podem querer, de alguma forma, contribuir para a redução da degradação ambiental e para as questões sociais, devido às exigências legais ou por exigências de seus consumidores conscientes.

Lopez, Topke e Soares (2014) mencionam que a hotelaria é uma atividade que pode fazer bom uso das práticas de educação ambiental, minimizando os impactos na região e contribuindo com a formação de uma comunidade consciente e crítica que valorize os recursos ambientais e preze pela gestão sustentável, sempre agregando inovação aos negócios.

No mesmo sentido, Oliveira e Almeida (2013) afirmam que a adoção de práticas sustentáveis não está somente relacionada a questões ambientais e que os esforços da

empresa agregam valor a sua marca, incorporando uma boa imagem e reduzindo os custos dentro da organização.

Diógenes, Figueiredo e Pimenta (2014, p.141) atestam que os empreendimentos hoteleiros devem estar dispostos a adotar técnicas que visem melhorar seu desempenho ambiental. Segundo os autores, a Produção mais Limpa (PmL) mostra-se como uma alternativa viável e interessante para os empresários que vislumbram as questões ambientais como uma preocupação.

Neste estudo pôde-se visualizar que as empresas hoteleiras adotam algumas práticas sustentáveis, são elas: o controle de energia, a separação do lixo e resíduos e a conscientização da empresa junto aos clientes e colaboradores por meio de programas de educação ambiental. Percebeu-se no estudo que as empresas hoteleiras adotam tais práticas porque realmente existe uma preocupação em desenvolver um turismo de forma sustentável, como também foi visualizada uma tendência a investir em outras práticas que ainda não foram adotadas especialmente aquelas que proporcionarem a redução de custos.

O escopo desta investigação foi analisar em que fatores pode-se assentar o desenvolvimento sociocultural e econômico do estado por meio dos rios Poti e Parnaíba. Este trabalho tem como objetivo geral: analisar, no âmbito da teoria dos *stakeholders*, a relação com o turismo sustentável na cidade de Teresina capital do estado do Piauí. E como objetivos específicos: enquadrar a gestão turística no conceito de turismo sustentável; analisar a problemática de uma prática de turismo sustentável no âmbito da teoria dos *stakeholders*; encontrar situações de impacto da poluição dos rios do estado do Piauí na construção de uma estratégia de turismo sustentável; apurar o interesse dos grupos envolvidos e a sua sensibilidade para o turismo sustentável; entender se as empresas hoteleiras estão preocupadas com a sustentabilidade por questões éticas ou por questões comerciais (anseios dos clientes).

Pôde-se constatar, nesta pesquisa, que as empresas hoteleiras declaram que adotam práticas de sustentabilidade redutoras dos impactos ao meio ambiente, ou seja, dizem ter uma preocupação com o desenvolvimento do turismo de forma sustentável. Inclusive, observa-se realmente uma inclinação das empresas objeto deste estudo em investir em ações sustentáveis com foco no meio ambiente e principalmente na redução dos custos.

Quanto ao governo, pode-se concluir que, segundo a população e as empresas do segmento hoteleiro, não contribui o suficiente para o desenvolvimento do turismo sustentável em Teresina. Fato que também foi constatado pela existência de poucas

políticas públicas voltadas para o tema, tanto na esfera federal, quanto na estadual e na municipal.

Com a aplicação dos questionários, por meio dos quais se obteve um coeficiente de significância aceitável, em virtude da quantidade aplicada, foi constatado que a população local não tem uma percepção evidente da existência de um desenvolvimento sustentável proveniente da atividade turística. Pelo que se conclui que ainda há muito trabalho a fazer para, de fato, ser criada uma estratégia de turismo sustentável e de informação e divulgação das medidas tomadas. Para isto torna-se necessário haver o devido engajamento de todos os envolvidos.

5.2 Implicações para Gestão

O encadeamento do estudo apresentado torna-se substancial para os gestores de empreendimentos hoteleiros implementarem outras práticas sustentáveis além das que já existem. Este tipo de ação gera mídia espontânea para a empresa, principalmente quando ocorre a exposição das práticas adotadas pela organização nos meios de comunicação, gerando retornos elevados.

Deve-se enfatizar que o lucro deve coexistir com as ações sustentáveis, pois é ele que viabiliza as ações sustentáveis, e vice-versa. Uma das ações sustentáveis que obtiveram uma média relativamente baixa (2,75, conforme a Tabela 4.70) foi o aproveitamento da água da chuva para reutilização. Levando em consideração que o abastecimento de água da cidade é feito com a utilização dos rios, especialmente o rio Parnaíba, as empresas do segmento hoteleiro poderiam adotar essa prática sustentável e contribuir com a proteção dos rios. Outras ações que podem ser implementadas: criação de um programa que vise conscientizar os clientes a reutilizar as toalhas e lençóis; investimento no tratamento natural de efluentes, além da participação em programa de educação ambiental com a plantação de árvores nas margens dos rios onde a erosão faz-se mais presente, entre outras ações.

Com relação aos gestores públicos, percebe-se que as políticas públicas vigentes ainda não são visíveis e são insuficientes para o desenvolvimento de um turismo sustentável. Os gestores devem priorizar os estudos governamentais realizados pela Administração das Hidrovias do Nordeste e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários, pois, apesar de ambos os estudos apontarem somente os benefícios logísticos, pôde-se perceber que o ecoturismo poderá ser desenvolvido em torno dos rios

em estudo. Além disso, poderão ser criadas leis de incentivos fiscais que estimulem as empresas a adotar práticas sustentáveis, especialmente para os empreendimentos que utilizam a água em seu processo produtivo ou na prestação de serviço. Os gestores públicos deverão, talvez, focar também na população local, investindo em projetos de sensibilização ambiental, incentivando o uso racional da água, a separação do lixo/resíduos, controle da energia etc., dado que a população tem uma percepção muito insípida das medidas tomadas e pouca sensibilização para o problema.

5.3 Limitações e Futuras Investigações

A pesquisa baseou-se na investigação de três grupos distintos: o governo do estado do Piauí, a população da capital teresinense e as empresas hoteleiras. Uma das limitações diz respeito à elaboração dos questionários destinados à população e às empresas hoteleiras, tendo em vista que, na base conceitual relacionada ao conteúdo abordado, acharam-se poucas referências que contribuíssem para composição dos questionários elencados. Outra limitação foi quanto ao questionário eletrônico aplicado com a população local. Apesar de os custos de implementação serem considerados baixos e de proporcionar mais agilidade na tabulação dos dados, além de exigir a obrigatoriedade da resposta de todas as questões, a adesão dos respondentes ao questionário eletrônico ficou abaixo das expectativas. Dentre os motivos observados para essa limitação, um foi o receio do conteúdo disponibilizado ser um “vírus”. Outra limitação ocasionada foi não existir um controle mais incisivo sobre o desvio entre a resposta e os valores reais do respondente. Além disto, a pesquisa pela internet não demonstrou sobremaneira os dados representativos da população em estudo, em função da existência de diferenças socioeconômicas entre as pessoas que possuem acesso à Internet e as que não possuem. Outro detalhe a ser observado é que dos 161 questionários respondidos por meio do Google Docs, 09 foram invalidados por não representarem a população a ser pesquisada. Quanto aos questionários aplicados nas empresas hoteleiras, a limitação estava associada à não disponibilidade do gestor em preencher o formulário enviado por e-mail, o que aumentou o custo com o deslocamento.

Os trabalhos futuros podem testar hipóteses a partir dos resultados desta investigação e tentar validar e/ou generalizar as conclusões obtidas. As investigações futuras poderão ainda procurar estudar as motivações dos públicos aqui analisados.

Referências Bibliográficas

Bibliografia Geral

Alexandrino, M. & Paulo, V. (2005). *Direito Administrativo*. (7ª ed.) Rio de Janeiro: Impetus.

Alves, J. E. D. (2014). Sustentabilidade, Aquecimento Global e o Decrescimento Demográfico. Sustainability, Global Warming and the Demo-Economic Degrowth. *Revista Espinhaço (UFVJM)*, 3(1), 4-16.

Amaral, L. M. do & Nascimento, M. A. do. (2010). *Produto Interno Bruto Estadual e Municipal*. Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento de Roraima. (6ª ed.) Boa Vista: CGEES/SEPLAN – RR.

Barros, J. M. da V. de, (2007). Impacte do Turismo no Desenvolvimento Socioeconómico: o caso da Ilha do Sal. Aveiro: Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro, Tese de Mestrado.

Beni, M. C. (2011). Relações Públicas e o Desenvolvimento Sustentável do Turismo. *Revista Organicom*, 3(5).

Carvalho Filho, S. de. (2005). *Estatística Básica*. (2ª ed.). Rio de Janeiro: Elsevier.

Castro, C. A. P. de. (2002). *Sociologia aplicada ao Turismo*. São Paulo: Atlas.

Costa, B. K., Vieira, S. F. A., Boaventura, J. M. G., & Añez, M. E. M. (2012). A Influência dos *Stakeholders* na Estratégia de Órgãos Públicos: o caso da diretoria de turismo de Guarulhos/SP. *Revista Gestão Organizacional*, 5(1), 28-41.

Curtain, R. & Vakaoti, P., (2011). The state of Pacific youth, 2011. *Suva, Fiji: UNICEF: Secretariat of the Pacific Community*.

Delgado, A. K. C. D., (2011). *Mapeamento de Stakeholders nas áreas conexas de Turismo e Meio Ambiente: um estudo em João Pessoa/PB*. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Tese de Mestrado.

Dencker, Ada de F. M (8.ed). (1998). *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo*. São Paulo: Futura.

Dias, A. L, Varela, M., & Costa, J. L. (2013). *Excelência Organizacional*. Lisboa: Bnomics.

Diógenes, V. H. D., Figueiredo, L. M., & Pimenta, H. C. D. (2014). Aplicação da produção mais limpa no setor de turismo: um estudo de caso em um hotel de Natal/RN. *GEPROS. Gestão da Produção, Operações e Sistemas-ISSN 1984-2430* (1), 141.

Fattoreli, M. L. (2012). *A Dívida Pública em Debate*. Caderno de Estudos, Brasília, p.10.

Fernandes, M. de F. D., Souza, R. C. de & Dantas, J. R. de Q. (2011). O Papel do Estado e das Políticas Públicas na Definição do Espaço Turístico: um estudo de caso do município de Portalegre - RN. *Revista de Políticas Públicas*, 14(1).

Ferraz, F.T. & Pais, C. (2010). O desenvolvimento local sustentável através do turismo e da inovação: um diagnóstico da região do Vale Europeu, Santa Catarina, Brasil. *Relatórios de pesquisa em engenharia de produção* 10(14), 2010.

Filippim, M. L. , Hoffmann, V. E. & Feger, J. E. (2006). *Turismo e impacto social: análise da instalação de um empreendimento hoteleiro sob a ótica da população local*. Rezende.

Friede, R. (2014). A raiz matricial do rompimento da estabilidade ambiental. *Revista Brasileira de Educação Ambiental (REVB EA)*, 9(1), 37-42.

Gurría, M.D. (1998). *Introducción al Turismo*. Mexico: Trilhas.

Horneaux Jr., F., Siqueira, J. P. L. de, Telles, R., & Corrêa, H. L. (2014). Análise dos

stakeholders das empresas industriais do estado de São Paulo. *Revista de Administração da Universidade de São Paulo*, 49(1).

Lakatos, E. M. & Marconi, M. de A. (1999). *Sociologia Geral*. (7 ed.) São Paulo: Atlas

Lorentz, J. F. & Mendes, P. A. B. (2008). Água e sua distribuição espacial. *Revista das águas*, 2(6).

Medeiros, L. da S. & Moraes, Paulo Eduardo. (2013). *Turismo e Sustentabilidade Ambiental: referências para o desenvolvimento de um Turismo Sustentável*. *Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade*, 3(2), 197-234.

Meneguzzo, I. S., & Chaicouski, A. (2010). Reflexões acerca dos conceitos de degradação ambiental, impacto ambiental e conservação da natureza. *Geografia (Londrina)*, 19(1), 181-185.

Ministério do Turismo. (2006). *Segmentação do Turismo: Marcos Conceituais*. Brasília.

Molina-Azorín, J. F. (2014). Microfoundations of strategic management: Toward micro-macro research in the resource-based theory. *BRQ Business Research Quarterly*, 17(2), 102-114.

Moniz, A. I. A. (2006). *A Sustentabilidade do Turismo em Ilhas de Pequena Dimensão: o caso dos Açores*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, Tese de Doutorado.

Morettin, L.G. (2010). *Estatística Básica: probabilidade e inferência*. São Paulo: Pearson Prentice Hall.

Müller, D. T. (2011). Desenvolvimento e Sustentabilidade Ambiental. *Revista do Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais da Unijuí*, Ano XX, (35, 361), pp. 141-164.

Nunes, L. H. C. (2014). *Políticas Públicas de Desenvolvimento do Turismo: viabilização por meio do ICMS*. Disponível em: <http://www.ambiente.sp.gov.br/wp->

content/uploads/cea/Texto_Nunes.pdf. Acessado em: 15 de abril de 2014

Oliveira, E. S. (2007). Impactos socioambientais e econômicos do turismo e as suas repercussões no desenvolvimento local: o caso do Município de Itacaré-Bahia. *Interações. Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, 8(2), 193-202.

Oliveira, P. (2000). *Introdução à sociologia*. São Paulo: Ática.

Oliveira, L. G. de & Almeida, M. L. de. (2013). Logística reversa de embalagens como estratégia sustentável para redução de custos: um estudo em uma engarrafadora de bebidas. *Revista Metropolitana de Sustentabilidade*, 3(2), 78-98.

Padoveze, C. L. (2012). *Controladoria estratégica e operacional: conceitos, estrutura e aplicação*. (3ª ed). São Paulo: Cengage Learning.

Patuleia, M., Ferreira, A. M. & Almeida, C. (2011). *Dos resorts integrados às questões da sustentabilidade: uma abordagem conceptual*. Publicação do Congresso Nacional de Turismo e Ambiente, Lisboa: ISLA.

Pedroso, R. F. (2012). A gestão turística face às novas tendências com aplicação nas áreas protegidas: estudo de caso no âmbito do Turismo de Natureza. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Tese de Mestrado.

Ramos, C. (2011). *Elementos de organização e Gestão de Empresas*. Lisboa: Edições IADE.

Rezende, F. A. (2001). *Finanças Públicas*. (2ª ed.). São Paulo: Atlas.

Rufino, M. A., Mazer, L. P., Machado, M. R. & Cavalcante, P. R. N. (2014). Sustentabilidade e performance dos indicadores de rentabilidade e lucratividade: um estudo comparativo entre os bancos integrantes e não integrantes do ISE da BM&FBOVESPA. *Revista Ambiente Contábil*, 6(1), 1-18.

Salto, F. S. (2014). Democracia consolidada e tamanho do Estado. *Revista de Economia Política*, 34(1), 61.

Sayce, S., Sundberg, A., & Clements, B. (2010). Is sustainability reflected in commercial property prices: an analysis of the evidence base. Disponível em: <http://eprints.kingston.ac.uk/15747/1/Sayce-S-15747.pdf>. Acessado em: 18 de maio de 2014.

Sene, E. de & Moreira, J. C. (2010) *Geografia Geral e do Brasil: espaço geográfico e globalização*. São Paulo: Scipione.

Silva, F. de C. de A. & Pérez, M. V. L. (2010). La Información Medioambiental Divulgada por las Empresas Turísticas de Alojamiento: un enfoque según la teoría de los *stakeholders*. *Pensar Contábil*, Rio de Janeiro, 12(48), p. 46-54.

Silva, T. S. N. D. & Souza, C. F. (2013). Percepção dos impactos do Turismo pelos moradores da Praia do Farol - Ilha de Cotijuba/PA. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 9(1).

Swarbrooke, J. (2000). *Turismo sustentável: turismo cultural, ecoturismo e ética*. v. 5. (Tradução: Saulo Krieger). São Paulo: Aleph.

Tenório, F. G., Brulon, V. & Zarconi, L. (2013). Por uma superação da relação falaciosa entre turismo e desenvolvimento local: uma análise do turismo em comunidades à luz da gestão social. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 18(62).

Tiboni, C. G. R. (2003). *Estatística Básica para o curso de turismo*. (2ª ed.). São Paulo: Atlas.

Vesentini, J. W. (2012). *Geografia: o mundo em transição*. São Paulo: Ática.

Vieira, P. E. & Pilau, N. C. (2014). A “crise financeira”, a sustentabilidade e o capitalismo democrático. *Revista Direito e Política*, 9(1), 608-633.

Yin, Robert K. (1989). *Case Study Research - design and methods*. Sage Publications Inc., USA.

Yin, Robert K. (2001). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Trad. Daniel Grassi. (2ª ed.). Porto Alegre: Bookman.

WebGrafia

Administração das Hidrovias do Nordeste – AHINOR. (2014). Disponível em: <http://www.ahinor.gov.br/malhahidro.html>. Acessado em: 15 de abril de 2014.

Barros, E. (2014). *Uma Análise sobre o Turismo Piauiense*. Disponível em: http://www.piaui.com.br/turismo_txt.asp?ID=541. Acessado em: 14 de abril de 2014.

Borges, L.S. (2011). O Turismo como Instrumento de Desenvolvimento Sustentável em Bonito - MS. Disponível em: <http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/29593/LIVIA%20SILVA%20BORGES.pdf?sequence=1>. Acessado em 13 de maio de 2013.

Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí – CEPRO. (2013). *Piauí em números*. 10. ed. Fundação CEPRO: Teresina, 2013. Recuperado em 14 abril 2014, do: http://www.cepro.pi.gov.br/download/201310/CEPRO13_aab5263f9a.pdf.

Dyllick, T. L. & Muff, K. (2014). *The Business Sustainability Typology*. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=2368735> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2368735>. Acessado em: 30 de agosto de 2014.

Enlazador, T. (2010). *Almanaque de Práticas Sustentáveis*. (3ª ed). Disponível em: www.comuntierra.org/site/downloads.php?id=24&id_idioma=1. Acessado em 28 de outubro de 2014.

Assembleia Legislativa do Estado do Piauí - ALEPI. *Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestação de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação ecológico – ICMS*. (2014). Disponível em:

http://www.icmsecologico.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=76&Itemid=77. Acessado em: 15 de abril de 2014.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2014). Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=221100&search=piaui|teresina>. Acessado em: 15 de abril de 2014.

Lima, Gerson Portela. (2008). *Piauiense: perfil, valores e aspirações*. Fundação CEPRO: Teresina. Disponível em: http://www.cepro.pi.gov.br/download/200801/CEPRO23_9736399f5a.pdf. Acessado em: 16 de abril de 2014.

Lopez, M. P. V., Topke, D. R. T., & Soares, R. (2014). *Educação Ambiental para o desenvolvimento sustentável: o caso do Hotel Bühler*. Disponível em: <https://repositorio.uninove.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/540/442-801-1-RV%20-%20educacao%20ambiental.pdf?sequence=1>. Acessado em: 17 de abril de 2014.

Luchiari, M. T. D. P. (1998). *Urbanização Turística: um novo nexos entre o lugar e o mundo*. Disponível em: <http://www.antropologiasocial.org/contenidos/publicaciones/otautores/fortcon.pdf>. Acessado em: 13 de maio de 2013.

Medeiros, N. S. O. (2014). *Inovação na Política Tributária: uma análise da difusão do ICMS ecológico no Brasil*. Disponível em: <http://site.ceag.unb.br/ceag/public/arquivos/biblioteca/c947f95174633be56dbd8c7ccb688341.pdf>. Acessado em: 15 de abril de 2014.

Ministério do Turismo. (2010). *Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem*. Disponível em: <http://www.classificacao.turismo.gov.br/MTURclassificacao/mtursite/downloadCartilha.action?tipo=1>. Acessado em: 17 de abril de 2014.

Piauí. (2014). *Lei de incentivos coloca o Piauí no roteiro de estados atrativos*. Disponível em: <http://www.piaui.pi.gov.br/noticias/index/categoria/2/id/13933>. Acessado em: 14 de

abril de 2014.

Sacramento, P. M. & Teixeira, R. M. (2014). Adoção de Inovações em Empresas de Pequeno e Médio Porte: estudo de casos múltiplos em negócios hoteleiros na cidade de Aracaju. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15603/1982-8756/roc.v10n19p1-30>. *Revista Organizações em Contexto-online*, 10(19), 1-30. Acessado em: 15 de abril de 2014.

Secretaria de Estado do Turismo – SETUR. (2014). *Um pouco mais sobre a Secretaria de Turismo do Estado do Piauí*. Disponível em: <http://www.turismo.pi.gov.br/pt-br/setur/>. Acessado em: 18 de maio de 2014.

Sousa, R. C. de, (2008) As políticas de turismo em Teresina como fator de desenvolvimento econômico e social na perspectiva do desenvolvimento sustentável. Disponível em: [http://www.ufpi.br/subsiteFiles/mestambiente/arquivos/files/Dissetacao_Pol_Turismo_Cicero\(4\).pdf](http://www.ufpi.br/subsiteFiles/mestambiente/arquivos/files/Dissetacao_Pol_Turismo_Cicero(4).pdf). Acessado em: 30 de agosto de 2014.

Demais Referências Bibliográficas

Brasil, (1981). *Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981*. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Ambiente. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L6938.HTM>. Acessado em: 12 de maio de 2014.

Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Câmara dos Deputados: Edições Câmara, 2011, p. 99

Brasil, (2000) *Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000*. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm. Acessado em: 25 de outubro de 2014.

Apêndice 1: Questionário a ser aplicado à população local

1. Perfil dos Respondentes

Idade

16 a 25 26 a 35 36 a 54 acima de 55

Gênero

Masculino Feminino

Escolaridade

Ensino Médio Completo Ensino Médio Incompleto
 Ensino Superior Completo Ensino Superior Incompleto
 Pós-Graduação Completa Pós-Graduação Incompleta
 Outra Especifique: _____

Profissão

Comércio
 Turismo
 Transportes
 Administração Pública
 Estudante
 Outros Especifique: _____

Residência

Teresina-PI Timon-MA Outra cidade
Especifique: _____

2. Percepção do Entrevistado

2.1 Desenvolvimento Sustentável

O que impede o desenvolvimento sustentável é a falta de incentivo do poder público.

Concordo Totalmente Concordo Indiferente
 Discordo Discordo Totalmente

A falta de dinamismo das empresas impede o desenvolvimento sustentável.

Concordo Totalmente Concordo Indiferente
 Discordo Discordo Totalmente

2.2 Meio Ambiente

O termo meio ambiente está associado a conservação da natureza.

- Concordo Totalmente Concordo Indiferente
 Discordo Discordo Totalmente

Consumir é mais importante do que preservar o meio ambiente.

- Concordo Totalmente Concordo Indiferente
 Discordo Discordo Totalmente

Costumo dialogar com os vizinhos sobre temas como poluição do ar, dos rios, lixo etc.

- Concordo Totalmente Concordo Indiferente
 Discordo Discordo Totalmente

Não poluir o ar e os rios, jogar o lixo no lugar certo, reciclagem, economia de água e luz contribuem para a preservação do meio ambiente.

- Concordo Totalmente Concordo Indiferente
 Discordo Discordo Totalmente

2.3 Turismo Sustentável

O turismo constitui um fator de desenvolvimento na região.

- Concordo Totalmente Concordo Indiferente
 Discordo Discordo Totalmente

O turismo na região pode ser explorado com mais afinco pelas partes envolvidas.

- Concordo Totalmente Concordo Indiferente
 Discordo Discordo Totalmente

O(a) sr(a) é favorável ao desenvolvimento de atividades turísticas na região de forma sustentável.

- Concordo Totalmente Concordo Indiferente
 Discordo Discordo Totalmente

O(a) sr(a) considera que o turismo causa prejuízos para o meio ambiente em sua cidade.

- Concordo Totalmente Concordo Indiferente
 Discordo Discordo Totalmente

Apêndice 2: Questionário a ser aplicado nas empresas hoteleiras

1. Perfil das Organizações

Tempo de atuação no mercado

mais de 15 anos de 6 a 10 anos menos de 5 anos

Quantidade de funcionários

Até 9 10 até 24 25 até 49 50 a 90 Acima de 100

2. Perfil dos Gestores

Idade

18 a 24 25 a 34 35 a 54 Acima de 55

Gênero

Masculino Feminino

Escolaridade

Ensino Médio Completo Ensino Médio Incompleto
 Ensino Superior Completo Ensino Superior Incompleto
 Pós-Graduação Completa Pós-Graduação Incompleta
 Outra Especifique: _____

3. Cultura de Práticas Sustentáveis

Acredita que o turismo pode ser desenvolvido de forma sustentável no município.

Concordo Totalmente Concordo Indiferente
 Discordo Discordo Totalmente

Sua empresa efetiva investimentos no desenvolvimento de práticas sustentáveis.

Concordo Totalmente Concordo Indiferente
 Discordo Discordo Totalmente

O Planejamento turístico do município contempla práticas sustentáveis.

Concordo Totalmente Concordo Indiferente
 Discordo Discordo Totalmente

Há incentivo por parte do poder público local para implantação de práticas sustentáveis.

() Concordo Totalmente () Concordo () Indiferente
() Discordo () Discordo Totalmente

O(a) sr(a) acredita que as atividades turísticas podem comprometer o meio ambiente local.

() Concordo Totalmente () Concordo () Indiferente
() Discordo () Discordo Totalmente

4. Benefícios obtidos com a implantação de práticas sustentáveis

O(a) sr(a) percebeu ocorrência de mudanças positivas após a inserção das práticas sustentáveis.

() Concordo Totalmente () Concordo () Indiferente
() Discordo () Discordo Totalmente

Acredita que a adoção de práticas socioambientais pode aumentar.

() Concordo Totalmente () Concordo () Indiferente
() Discordo () Discordo Totalmente

Os clientes efetuam sugestões visando à adoção de práticas sustentáveis pela empresa.

() Concordo Totalmente () Concordo () Indiferente
() Discordo () Discordo Totalmente

Aproveitamento da água da chuva para reutilização é uma prática adotada pela empresa.

() Concordo Totalmente () Concordo () Indiferente
() Discordo () Discordo Totalmente

Controle de energia é uma prática adotada pela empresa.

() Concordo Totalmente () Concordo () Indiferente
() Discordo () Discordo Totalmente

A empresa faz a conscientização de funcionários e clientes através da adoção de programas de educação ambiental.

() Concordo Totalmente () Concordo () Indiferente
() Discordo () Discordo Totalmente

A empresa faz a separação de lixo/ resíduos.

() Concordo Totalmente () Concordo () Indiferente

Discordo Discordo Totalmente

A implantação de alguma prática sustentável gerou redução de custos.

Concordo Totalmente Concordo Indiferente

Discordo Discordo Totalmente

A comunidade local percebe a mudança de cultura na prática de um turismo sustentável.

Concordo Totalmente Concordo Indiferente

Discordo Discordo Totalmente

5. Percepção dos Gestores

Os clientes têm percebido a adoção das práticas sustentáveis contempladas pela empresa.

Concordo Totalmente Concordo Indiferente

Discordo Discordo Totalmente

Os colaboradores têm percebido a adoção das práticas sustentáveis contempladas pela empresa.

Concordo Totalmente Concordo Indiferente

Discordo Discordo Totalmente

Os atributos que os turistas consideram mais importantes na escolha de Teresina como destino turístico coincidem com as percepções dos empresários do setor hoteleiro da região.

Concordo Totalmente Concordo Indiferente

Discordo Discordo Totalmente

As expectativas gerais em relação à oferta turística da região são cumpridas.

Concordo Totalmente Concordo Indiferente

Discordo Discordo Totalmente

As práticas sustentáveis adotadas pela empresa são feitas porque realmente existe a preocupação em desenvolver um turismo de forma sustentável.

Concordo Totalmente Concordo Indiferente

Discordo Discordo Totalmente

As práticas sustentáveis adotadas pela empresa são impostas pela lei ou são exigidas pelo segmento.

Concordo Totalmente Concordo Indiferente

Discordo Discordo Totalmente

As práticas sustentáveis adotadas pela empresa visam atender o cliente que exige um consumo consciente.

- Concordo Totalmente Concordo Indiferente
 Discordo Discordo Totalmente

As práticas sustentáveis adotadas pela empresa visam à redução dos custos.

- Concordo Totalmente Concordo Indiferente
 Discordo Discordo Totalmente

Apêndice 3: Tabelas das Empresas do Segmento Hoteleiro Teresinense

Tabela 1 O Planejamento turístico do município contempla práticas sustentáveis.

| | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
|---------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido Discordo | 1 | 25,0 | 25,0 | 25,0 |
| Indiferente | 2 | 50,0 | 50,0 | 75,0 |
| Concordo totalmente | 1 | 25,0 | 25,0 | 100,0 |
| Total | 4 | 100,0 | 100,0 | |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Tabela 2 Há incentivo por parte do poder público local para implantação de práticas sustentáveis

| | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
|-----------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido Discordo | 1 | 25,0 | 25,0 | 25,0 |
| Indiferente | 3 | 75,0 | 75,0 | 100,0 |
| Total | 4 | 100,0 | 100,0 | |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Tabela 3 O(a) sr(a) acredita que as atividades turísticas podem comprometer o meio ambiente local.

| | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
|-----------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido Discordo | 3 | 75,0 | 75,0 | 75,0 |
| Concordo | 1 | 25,0 | 25,0 | 100,0 |
| Total | 4 | 100,0 | 100,0 | |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Tabela 4 O(a) sr(a) percebeu ocorrência de mudanças positivas após a inserção das práticas sustentáveis.

| | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
|---------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido Discordo | 2 | 50,0 | 50,0 | 50,0 |
| Concordo | 1 | 25,0 | 25,0 | 75,0 |
| Concordo totalmente | 1 | 25,0 | 25,0 | 100,0 |
| Total | 4 | 100,0 | 100,0 | |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Tabela 5 Acredita que a adoção de práticas socioambientais pode aumentar.

| | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
|---------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido Concordo | 3 | 75,0 | 75,0 | 75,0 |
| Concordo totalmente | 1 | 25,0 | 25,0 | 100,0 |
| Total | 4 | 100,0 | 100,0 | |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Tabela 6 Os clientes efetuam sugestões visando à adoção de práticas sustentáveis pela empresa.

| | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
|--------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido Indiferente | 2 | 50,0 | 50,0 | 50,0 |
| Concordo | 2 | 50,0 | 50,0 | 100,0 |
| Total | 4 | 100,0 | 100,0 | |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Tabela 7 Aproveitamento da água da chuva para reutilização é uma prática adotada pela empresa.

| | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
|----------------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido Discordo totalmente | 1 | 25,0 | 25,0 | 25,0 |
| Discordo | 1 | 25,0 | 25,0 | 50,0 |
| Concordo | 2 | 50,0 | 50,0 | 100,0 |
| Total | 4 | 100,0 | 100,0 | |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Tabela 8 Controle de energia é uma prática adotada pela empresa.

| | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
|---------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido Concordo | 2 | 50,0 | 50,0 | 50,0 |
| Concordo totalmente | 2 | 50,0 | 50,0 | 100,0 |
| Total | 4 | 100,0 | 100,0 | |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Tabela 9 A empresa faz a conscientização de funcionários e clientes através da adoção de programas de educação ambiental.

| | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
|---------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido Discordo | 1 | 25,0 | 25,0 | 25,0 |
| Indiferente | 1 | 25,0 | 25,0 | 50,0 |
| Concordo | 1 | 25,0 | 25,0 | 75,0 |
| Concordo totalmente | 1 | 25,0 | 25,0 | 100,0 |
| Total | 4 | 100,0 | 100,0 | |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Tabela 10 A empresa faz a separação de lixo/ resíduos.

| | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
|---------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido Indiferente | 1 | 25,0 | 25,0 | 25,0 |
| Concordo | 2 | 50,0 | 50,0 | 75,0 |
| Concordo totalmente | 1 | 25,0 | 25,0 | 100,0 |
| Total | 4 | 100,0 | 100,0 | |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Tabela 11 A comunidade local percebe a mudança de cultura na prática de um turismo sustentável.

| | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
|-----------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido Discordo | 1 | 25,0 | 25,0 | 25,0 |
| Indiferente | 1 | 25,0 | 25,0 | 50,0 |
| Concordo | 2 | 50,0 | 50,0 | 100,0 |
| Total | 4 | 100,0 | 100,0 | |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Tabela 12 Os clientes têm percebido a adoção das práticas sustentáveis contempladas pela empresa.

| | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
|--------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido Indiferente | 2 | 50,0 | 50,0 | 50,0 |
| Concordo | 2 | 50,0 | 50,0 | 100,0 |
| Total | 4 | 100,0 | 100,0 | |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Tabela 13 Os atributos que os turistas consideram mais importantes na escolha de Teresina como destino turístico coincidem com as percepções dos empresários do setor hoteleiro da região.

| | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
|-----------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido Discordo | 2 | 50,0 | 50,0 | 50,0 |
| Concordo | 2 | 50,0 | 50,0 | 100,0 |
| Total | 4 | 100,0 | 100,0 | |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Tabela 14 As expectativas gerais em relação à oferta turística da região são cumpridas.

| | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
|-----------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido Discordo | 1 | 25,0 | 25,0 | 25,0 |
| Indiferente | 1 | 25,0 | 25,0 | 50,0 |
| Concordo | 2 | 50,0 | 50,0 | 100,0 |
| Total | 4 | 100,0 | 100,0 | |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Tabela 15 As práticas sustentáveis adotadas pela empresa são impostas pela lei ou são exigidas pelo segmento.

| | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
|-----------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido Discordo | 1 | 25,0 | 25,0 | 25,0 |
| Concordo | 3 | 75,0 | 75,0 | 100,0 |
| Total | 4 | 100,0 | 100,0 | |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Tabela 16 As práticas sustentáveis adotadas pela empresa visam atender o cliente que exige um consumo consciente.

| | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
|---------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido Discordo | 2 | 50,0 | 50,0 | 50,0 |
| Concordo | 1 | 25,0 | 25,0 | 75,0 |
| Concordo totalmente | 1 | 25,0 | 25,0 | 100,0 |
| Total | 4 | 100,0 | 100,0 | |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Tabela 17 As práticas sustentáveis adotadas pela empresa visam à redução dos custos.

| | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
|---------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido Concordo | 1 | 25,0 | 25,0 | 25,0 |
| Concordo totalmente | 3 | 75,0 | 75,0 | 100,0 |
| Total | 4 | 100,0 | 100,0 | |

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)